

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA (PPGLIN)

MILCA BORGES LUZ

**EFEITOS-SENTIDO NAS JUSTIFICATIVAS FAVORÁVEIS À ADMISSIBILIDADE
DO PROCESSO DE *IMPEACHMENT* DE DILMA ROUSSEFF**

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA
2018

MILCA BORGES LUZ

**EFEITOS-SENTIDO NAS JUSTIFICATIVAS FAVORÁVEIS À ADMISSIBILIDADE
DO PROCESSO DE *IMPEACHMENT* DE DILMA ROUSSEFF**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de mestre em Linguística.

Área de Concentração: Linguística

Linha de Pesquisa: Texto, Significado e Discurso

Orientadora: Profa. Dra. Maria da Conceição Fonseca-Silva

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA

2018

Luz, Milca Borges

L979e Efeitos-sentido nas justificativas favoráveis à Admissibilidade do Processo de *Impeachment* de Dilma Rousseff. Milca Borges Luz; orientadora Maria da Conceição Fonseca-Silva - - Vitória da Conquista, 2018.
102 f.

Dissertação (Mestrado em Linguística). - Programa de Pós-Graduação em Linguística.

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2018.

Inclui Referência F. 97-102

1. Análise de Discurso 2. Efeito-sentido 3. *Impeachment* 4. Dilma Rousseff
5. Acontecimento Discursivo I. Fonseca-Silva, Maria da Conceição (orientadora). II.
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. III. Título.

CDD: 401.41

Título em inglês: Effects of meaning on the justifications favorable to Admissibility of the process of *Impeachment* of Dilma Rousseff.

Palavras-chaves em inglês: Discourse Analysis. Effects of meaning. Impeachment. Dilma Rousseff. Discursive Event.

Área de concentração: Linguística

Titulação: Mestre em Linguística

Banca Examinadora: Profa. Dra. Maria da Conceição Fonseca-Silva (presidente); Profa. Dra. Gerenice Ribeiro de Oliveira Cortes (titular); Profa. Dra. Anna Flora Brunelli (titular).

Data da Defesa: 28 de março de 2018

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Linguística.

MILCA BORGES LUZ

**EFEITOS-SENTIDO NAS JUSTIFICATIVAS FAVORÁVEIS À ADMISSIBILIDADE
DO PROCESSO DE *IMPEACHMENT* DE DILMA ROUSSEFF**

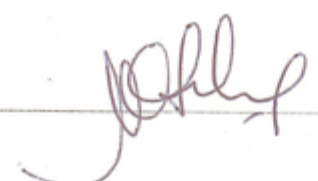
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de mestre em Linguística.

Orientadora: Profa. Dra. Maria da Conceição Fonseca-Silva

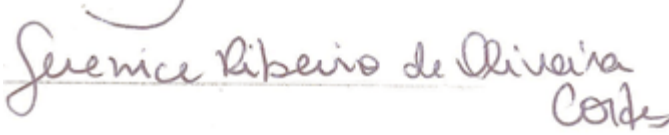
Data da aprovação: 28 de Março de 2018.

Banca Examinadora

Profa. Dra. Maria da Conceição Fonseca-Silva (Presidente)
Instituição: UESB

Ass.: 

Profa. Dra. Gerenice Ribeiro de Oliveira Cortes
Instituição: UESB

Ass.: 

Profa. Dra Anna Flora Brunelli
Instituição: UNESP

Ass.: 

Na medida em que um signo, segundo a fórmula saussureana, comporta ao mesmo tempo um significante e um significado, na medida em que, por outra parte, o significado, segundo Bally, é um pensamento, a liberdade que temos de escolher os signos implica a liberdade de escolher um pensamento: o estouro da frase posto a nossa disposição pela língua é ao mesmo tempo uma galeria de máscaras ou um baú cheio de fantasias que permitem representar uma multidão de personagens diferentes – e mesmo que a personagem escolhida esteja conforme o pensamento real, ela é ainda personagem.

Oswald Ducrot

O sujeito político está pois lá, fiel e comparsa. Fazemo-lo falar se bem que ele seja por natureza rigorosamente mudo. O segredo da manutenção política, sob diversas formas instituídas, está em fazer “como se” o livre cidadão, infalível e irrefutável, falasse, enunciando um pensamento seu.

Pierre Legendre, Jouis du pouvoir

*A meus pais e meus irmãos
por termos aprendido
a conviver com a ausência.*

*A meu esposo, por
todo amor e cuidado.*

AGRADECIMENTOS

À Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e ao Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin), pela oportunidade de realização da minha formação em nível de mestrado.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio e financiamento das atividades do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UESB.

A minha orientadora, Profa. Dra. Maria da Conceição Fonseca-Silva, por todo o conhecimento compartilhado, não somente o conhecimento acadêmico mas aquele que iremos levar, em suas palavras, “para toda a vida”. Conhecimentos que nos levaram a olhar o mundo de um modo diferente. Saberes que ultrapassam o campo científico. Serei eternamente grata por toda a troca agradável que experimentamos nos encontros do grupo de pesquisa (GPADis), direcionado com base na união e companheirismo. Agradeço também pelo comprometimento com o nosso aprendizado, com o nosso crescimento como pesquisadores, com a qualidade da pesquisa, por ter nos ensinado a nos distanciar do objeto de pesquisa para agir com impessoalidade, cuidado, fidelidade e responsabilidade ao lidar com os dados, ao mobilizar as teorias, a fim de obter bons resultados.

Aos professores membros da Banca de Qualificação, Profa. Dra. Gerenice Ribeiro de Oliveira Cortes e Prof. Dr. Adilson Ventura, por todo o cuidado com que se debruçaram sobre o meu trabalho e por todas as importantes considerações.

Aos professores membros da Banca de Defesa, Profa. Dra. Gerenice Ribeiro de Oliveira Cortes e a Profa. Dra. Anna Flora Brunelli, pela leitura, avaliação e valiosas contribuições a este trabalho.

Aos dedicados professores do Programa de Pós-Graduação em Linguística, por todo o conhecimento compartilhado.

Aos funcionários do Programa de Pós-Graduação em Linguística e do Programa de Pós-Graduação em Memória, Linguagem e Sociedade, Vilma, Luciana, Poliana, Vaneide, Tâmara, Jhonatas, pela atenção e cuidado que sempre tiveram para comigo, mas principalmente pela amizade.

A Thaiane e Morena pela amizade que forjamos ao longo dessa caminhada. A Thaiane, a quem a vida forçou se tornar forte, embora profundissimamente sensível, foi o que precisávamos que ela fosse. Menina incrível, sempre disposta a servir, sensível ao outro, que ajuda, que se entrega, que pega na mão e as vezes no colo, que sempre soube o que fazer quando

tudo parecia perdido, dona de um senso de humor ímpar, nos ajudou a revigorar nossas energias, inclusive nutrindo, cozinhando com maestria e adoçando os nossos dias. Sou muitíssimo grata por toda ajuda, e sobretudo pela amizade, que pretendo levar por toda a vida. Ela não lamenta o passado, ela vive o presente, supera, evolui e nos ensina todos os dias. Ela é luz, energia e alegria. A Morena, pessoa com uma humanidade fora da média, uma sensibilidade exacerbada, que percebe tudo ao seu redor com a exata precisão de quem já sabe o que acontece antes mesmo do seu acontecer, com a sabedoria de quem já viveu de tudo, sem ter vivido. Extremamente amorosa e cuidadora, parece ter o dom de acolher, de abraçar, de proteger. Feliz de quem ela permite que se aproxime, e aí daquele que se atreve a tentar se afastar. Ela é fúria e calma, barulho e silêncio, riso e choro, tudo na medida exata e no tempo preciso que a faz equilíbrio. Me reconheço nela e aprendo todos os dias. Tornou-se nosso apoio e amparo nos dias chuvosos. Enfim, uma amizade linda e forte, construída num momento de fragilidade, vulnerabilidade. O mestrado se mostrou um lugar de encontros, ou melhor, reencontros.

Aos demais colegas do Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso (GPADis), pela troca de conhecimentos e pelas discussões agradáveis.

A turma do mestrado em linguística 2016.1, em especial à “gangue do discurso”, Graciete, Tatiane, Patrícia, Poliana, Jokasta e Ana, pela agradável convivência. Graciete, a moça dos encantos, apaixonada pela vida e por conhecer cada dia mais, que leva amor a todos a sua volta, exemplo de ser humano, com quem aprendi demais. Tatiane por ser tão simples, uma simplicidade difícil de alcançar, serena e tranquila, que nos dias de angústia, por mais que dissesse também estar angustiada, só exalava tranquilidade, um dom de poucos. Pati por toda a paz que transmitiu a nós, uma pessoa cheia de serenidade e super do bem. Poli, por sua avidez, agilidade e estar sempre atenta em tudo, nos situando a todo o tempo de datas e prazos, uma garota cheia de vida que mesmo com as muitas atribuições parece não ter as energias esgotadas, menina das boas notícias, menina de luz. Jokasta pela sua meninice e meiguice, menina simples e encantadora, que nos fazia ver a vida com mais leveza. Ana, sempre tão pontual, organizada, sistemática, e por isso nos transmitiu a confiança que precisávamos pra entender que tudo era possível. Enfim, cada uma delas, e todas as outras, traziam consigo uma dose diferente do que foi necessário para vencermos essa etapa, e ao compartilhar conosco, cada uma a seu modo, tornou nossa caminhada mais leve e doce. Sou muito grata por conhecer e conviver com vocês.

Aos meus pais, a base em que me sustento, por terem aprendido a conviver na ausência, por terem lidado com a distância cruel, num momento difícil. Mesmo distante foram os responsáveis por me manter de pé todos os dias. Terminar o dia e saber que poderia ligar e

desejar uma boa noite revigorava minhas forças. Ter vocês é o meu melhor presente, sou privilegiada e grata todos os dias por isso.

Ao meu esposo João Paulo, pela paciência, pela compreensão e apoio que sempre manteve quanto às minhas escolhas. Pelo incentivo nos dias difíceis, pelo café, pelo chá, pelo afago, enfim por todo o zelo com que cuidou e cuida de mim, por todos os sacrifícios que faz por minha causa, por omitir de mim seus dias difíceis para que os meus fossem mais brandos. Meu presente de todos os dias, que me ajuda diariamente a restaurar minha paz interior, que me lembra quem eu sou e me ajuda a me reencontrar, é por ter você que faço minhas escolhas sem medo de ter que desistir, porque quem tem alguém como você, nunca está só. Te amo!

A toda a minha família, por compreender embora muitas vezes não conseguindo entender os motivos. A estes minha gratidão, pois bastou a minha palavra de que era importante para que não mais se questionasse a minha ausência. Meus irmãos e irmãs, serei eternamente grata por terem me dado condições de estar onde estou hoje. Amo vocês.

Aos meus colegas de trabalho, que de um modo ou de outro me ajudaram a chegar até aqui, aos colegas do setor de compras, onde fiz amigos que levarei para a vida, a família Celem, onde também forjei amizades sólidas que carrego para sempre perto de mim, aos colegas da Escola São João Batista.

Aos meus amigos, especialmente a Joelma, amiga das horas mais difíceis, em quem sempre encontrei consolo e carinho, e a Narinha, anjinho bom que apareceu no momento mais oportuno só pra me dizer que estava tudo bem. E por falar em anjos, levarei sempre uma gratidão imensa por duas pessoas que conheci e que imediatamente me ajudaram muito mais do que imaginei, Lilian e Gicélia. No momento em que mais precisei, elas surgiram como luz e apoio me ajudando a conseguir alcançar objetivos que pareciam impossíveis, o que me possibilitou cursar o mestrado com mais calma. Meninas que a vida retribua em dobro tudo o que fizeram por mim.

A Deus, que em sua infinita bondade me ama muito além da minha capacidade de amar, e me mostra isso todos os dias. Agindo nos pequenos detalhes, me faz sentir a sua presença dia após dia. Sentir sua presença e cuidado foi e é fundamental para mim. Consolo em dias de angústia, calma nos momentos de agitação, paz em meio aos conflitos, luz nos dias de baixo ânimo. Meu auxílio e Deus meu.

RESUMO

Neste trabalho, apresentamos resultados da pesquisa que objetivou identificar e analisar os efeito-sentido que funcionam nas justificativas dos votos favoráveis à admissibilidade da abertura do processo de *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff. O *corpus* foi constituído de impresos de notícias sobre as manifestações populares de 2013, 2015 e 2016, no Brasil, de notícias sobre o resultado da votação pela admissibilidade do *impeachment* de Dilma Rousseff, de cópia do arquivo audiovisual da Sessão da Câmara dos Deputados e do texto impresso do Diário da Câmara dos Deputados, de número 056, onde consta a transcrição da referida sessão. Na análise, mobilizamos pressupostos teóricos da Análise de Discurso (AD). Os resultados indicaram que a admissibilidade da abertura do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff pode ser compreendida como um acontecimento discursivo como postula Pêcheux ([1983] 2015a), pois no “jogo oblíquo de suas denominações” que são os enunciados, não se produziram os mesmos efeito-sentido, além de provocar o encontro entre uma atualidade e uma memória para reorganizá-la, desestruturá-la e reestruturá-la. Indicaram ainda, na circulação-confronto ocorrida no acontecimento discursivo da Admissibilidade do Processo de *Impeachment*, que o efeito-sentido jurídico de crime de responsabilidade fiscal que motivou a abertura do processo foi esvaziado e quase apagado das justificativas dos votos favoráveis à abertura do Processo de *Impeachment*.

PALAVRAS-CHAVE

Análise de Discurso. Efeito-sentido. *Impeachment*. Dilma Rousseff. Acontecimento Discursivo

ABSTRACT

In this paper, we present results of the research that aimed to identify and analyze the meaning effects that function in the justification for the favorable votes to the admissibility of the *impeachment* process of former President Dilma Rousseff. The corpus was composed by printed news of riots from 2013, 2015 and 2016, in Brazil; by news about the result of the vote on the admissibility of Dilma Rousseff's *impeachment*, by copy of the audiovisual file of the Chamber of Deputies's Session and of the Chamber of the Deputies's Daily and the printed text of the Chamber of the Deputies's Daily", number 056, which shows the official transcription of the session. In the analysis, we mobilized theoretical postulates of Discourse Analysis (AD). The results indicated that, in the circulation-confrontation occurred in the discursive event for Admissibility of the *Impeachment* Process polling, in the Chamber of Deputies, the legal meaning effect liability crime that led to the opening of the process was exhausted and almost wiped out.

KEYWORDS

Discourse Analysis. Meaning Effects. *Impeachment*. Dilma Rousseff. Discursive Event.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Categorização das justificativas dos votos pela admissibilidade do	46
Tabela 2. Representação do item lexical <i>povo</i> nas justificativas dos votos pela admissibilidade	69

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Votação pela admissibilidade do processo de <i>Impeachment</i> de Dilma Rousseff..	49
Gráfico 2. Votos pela admissibilidade do <i>Impeachment</i> justificados	50
Gráfico 3. Votos pela admissibilidade do <i>Impeachment</i> justificados somente pelo crime.....	51
Gráfico 4. Votos pela admissibilidade do <i>Impeachment</i> justificados pelo combate a corrupção	59
Gráfico 5. Votos pela admissibilidade do <i>Impeachment</i> justificados pelo <i>povo</i>	67
Gráfico 6. Votos pela admissibilidade do <i>Impeachment</i> justificados por <i>Deus</i>	79
Gráfico 7. Votos pela admissibilidade do <i>Impeachment</i> justificados pela família	85

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
1.1 Considerações iniciais e justificativa.....	14
1.2 Considerações sobre o percurso teórico-metodológico.....	25
1.3 Estrutura organizacional dos capítulos	32
2 A ADMISSIBILIDADE DO <i>IMPEACHMENT</i> DE DILMA ROUSSEFF COMO ACONTECIMENTO DISCURSIVO.....	33
2.1 Considerações iniciais.....	33
2.2 Os confrontos discursivos que prefiguraram o acontecimento.....	33
<i>2.2.1 Circulação-confronto de formulações nas manifestações populares.....</i>	<i>34</i>
<i>2.2.2 Circulação confronto em alguns suportes midiáticos.....</i>	<i>37</i>
3 EFEITO-SENTIDO NAS JUSTIFICATIVAS PELA ADMISSIBILIDADE DO <i>IMPEACHMENT</i>	45
3.1 Considerações iniciais.....	45
3.2 Efeito-sentido de crime de responsabilidade e a posição-sujeito porta-voz.....	47
3.3 Efeito-sentido de crime de corrupção e a posição sujeito porta-voz	58
3.6 Sentido e o sujeito porta-voz da família	85
4. CONCLUSÃO	93
REFERÊNCIAS.....	98

1 INTRODUÇÃO

1.1 Considerações iniciais e justificativa

Neste trabalho, apresentamos resultados de pesquisa desenvolvida no Laboratório de Pesquisa de Análise de Discurso (LAPADis), onde o Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso (GPADis/CNPQ/Uesb), coordenado pela Profa. Dra. Maria da Conceição Fonseca-Silva e constituído por doutorandos, mestrandos e alunos de iniciação científica, além de pesquisadores colaboradores, tem desenvolvido pesquisas que tentam responder, entre outras, questões relacionadas, de um lado, à memória e a efeito-sentido da assunção político-jurídica de sujeitos políticos (mulheres e homens) nas esferas de poder (legislativo, executivo ou judiciário); e, de outro lado, questões que se relacionam a efeito-sentido, efeitos de memória, efeitos de verdade e efeitos de justiça, em casos de ilícitos jurídicos, tais como corrupção¹, crime contra a administração pública, improbidade administrativa, crimes de responsabilidade e processo de *impeachment* no cenário político brasileiro. Em ordem cronológica, apresentamos breves considerações sobre algumas das pesquisas desenvolvidas no LAPADIS, com o intuito de melhor precisar o estado da arte da questão de pesquisa que resultou este trabalho.

Vieira (2009) analisou edições da revista de informação *Veja* que circularam entre os anos de 1999 e 2009, com o objetivo de identificar as posições de sujeito em funcionamento em relação a Hugo Chávez, à época, presidente da Venezuela. Os resultados obtidos por Vieira (2009) indicaram o funcionamento de três enunciados² de fundo político e jurídico sobre Chávez materializados no periódico *Veja*: o enunciado de que Chávez é um tirano; o enunciado de que Chávez é um comunista/esquerdista démodé; e, por fim, o de que Chávez é um inimigo/ameaça à democracia.³

Prado (2010) investigou, na discursivização de edições da revista de informação *Veja*, que circularam entre janeiro de 1998 a dezembro de 2008, as posições de sujeito em que se subjetivam a mulher que atua nas esferas dos poderes executivo, legislativo e judiciário. Os resultados apresentados pela autora indicaram que o periódico *Veja* discursiviza sobre a mulher que atua nas esferas de poder político, em posição-sujeito da esfera da intimidade e privada, com referência à vida pessoal e afetiva; em posições de sujeito da esfera pública: posição-sujeito

¹ Ver Fonseca-Silva (2009).

² O enunciado de que trata Vieira (2009) é um conceito cunhado por Foucault (1969). Tal conceito é explicado por Fonseca-Silva (2010).

³ Ver também Vieira e Fonseca-Silva (2013).

de mulheres de personalidade forte, competentes e comprometidas com o trabalho; em posição-sujeito de mulheres herdeiras do poder oligárquico no Brasil; e, em posição-sujeito de mulheres com trajetória na militância política e na luta armada. Os resultados das análises indicaram o funcionamento de um discurso em que diferentes enunciados coexistem e marcam uma tensão entre os lugares de subjetivação associados historicamente à mulher e os lugares de subjetivação associados aos sujeitos que atuam nas esferas de poder político.

Viggiato (2012) tentou responder questões relacionadas ao funcionamento do espetáculo e da espetacularização midiática do caso de corrupção política comandado por Paulo César Farias, e, como a memória irrompe na discursivização da revista *Veja* indicando associações entre PC e Fernando Collor de Mello. Os resultados das análises da autora indicaram que a discursivização sobre práticas de corrupção ligadas ao ex-tesoureiro PC Farias, além de apontar efeitos de memória de uma associação constante entre PC Farias e Collor de Mello, indicam um funcionamento do espetáculo em torno do “esquema PC”, que acontece a partir da produção de efeito-sentido que rememora dizeres que maculam a imagem de Fernando Collor, mesmo após o processo de *Impeachment*.

Gonçalves (2012) analisou procedimentos hermenêuticos aplicados na interpretação de normas jurídicas, proferidos durante os julgamentos de três recursos extraordinários relacionados à aplicação da Lei da “Ficha Limpa” às Eleições 2010. Com o objetivo de discutir precedentes jurisprudenciais como lugares de memória discursiva e de identificar os métodos de interpretação empregados pelos exegetas e o funcionamento da opacidade/equivocidade da língua nesses mesmos procedimentos hermenêuticos, e identificar também os objetos de discurso que são retomados pelas posições-sujeito em funcionamento, examinando, para tanto, o(s) espaço(s) de memória discursiva, que são evocado(s) pelos enunciados e articulações linguísticas dos intérpretes da Tribuna e do Plenário do Supremo Tribunal Federal, foram analisadas sustentações orais de advogados, parecer ministerial do Procurador-Geral da República e votos dos ministros do Supremo Tribunal Federal. Os resultados indicaram, portanto, que a “opacidade da língua e a memória exercem papel preponderante nos gestos de leitura, permitindo arranjos que implicam novas interpretações e ressignificações dos precedentes jurisprudenciais e das exegeses normativas, na produção/circulação de sentidos” (GONÇALVES, 2012, p. 138).⁴

Vieira (2013) identificou os discursos de ordem político-jurídica sobre Hugo Chávez, à época presidente da Venezuela, materializados na mídia impressa, digital e televisiva, entre

⁴ Ver também Gonçalves e Fonseca-Silva (2012) e Gonçalves (2016).

2000 e 2012, e analisou a circulação de um enunciado que indicava Chávez como um herói [épico], mas que deveria exercer o poder político dentro de determinados limites, sob pena de deslegitimar discursivamente o poder que detinha tornando-se tirano. Os resultados da pesquisa de Vieira (2013) indicaram que, discursivamente, Hugo Chávez chegou ao poder pelo heroísmo, mas a sua autocracia e a sua permanência indefinida no poder o deslocaram para a posição de tirano (como metáfora), que se julga o único detentor de um saber e de um poder quase divinos, com a justificativa de a salvar a *pólis*.

Oliveira (2013) analisou capas e reportagens veiculadas pela revista *Veja*, no período anterior ao *Impeachment* de Fernando Collor de Melo, e dos votos dos Ministros do STF que decretaram a absolvição do então Presidente, com o objetivo de investigar o caso do julgamento de Collor, uma vez que, embora os fatos imputados nas duas instâncias – política e jurídica – tenham sido os mesmos, Collor foi considerado culpado no julgamento político e absolvido no julgamento jurídico. Os resultados mostraram que, a espetacularização da mídia sobre os fenômenos de corrupção do governo Collor, consideradas como excesso de memória, possibilitou sua condenação política no Senado Federal, mas não sua condenação na esfera do poder judiciário, pois as bases de análise do material probatório foram voltadas para um olhar técnico sobre o arcabouço de provas colhido.

Machado (2013) analisou as relações de poder e a corrupção política no Brasil, face aos indícios de materialidade e autoria do escândalo do mensalão (2003-2005), que resultou a instauração e julgamento pelo Supremo Tribunal Federal - STF da Ação Penal n.º 470/2007. Os resultados indicaram que a instauração e julgamento da Ação Penal 470/2007, deve ser compreendida em um contexto de disputa, conquista e manutenção de poder e de hegemonia no Estado e na sociedade; a repercussão midiática espetacularizada do escândalo do mensalão constituiu-se como uma estratégia de disputa política eleitoral, a qual interferiu ou pretendeu interferir no resultado das eleições gerais e municipais - majoritárias e proporcionais, e ainda que a memória discursiva evocada e potencializada pela disputa política ideológica tem como objeto a corrupção política e a sua judicialização pelo Poder Judiciário, ao qual, no exercício do poder jurisdicional, caberia legitimar, via julgamentos, a condenação de adversários como supostos responsáveis, em conformidade com o clamor induzido, em sua repercussão espetacularizada, pelos escândalos políticos midiáticos produzidos como acontecimentos discursivos.

Barbosa (2014) analisou, no periódico *Veja*, o funcionamento das discursivizações sobre Dilma enquanto pré-candidata/candidata às eleições presidenciais de 2010 e enquanto presidente da República até dezembro de 2013. Observou a relação discursiva estabelecida

entre o sujeito político Dilma Rousseff e o sujeito político Lula; e entre o sujeito político Dilma e o Partido dos Trabalhadores, a partir de temas que envolvem os chamados “radicais do PT” e da corrupção ligada ao governo petista. O autor mostra, no que tange à relação entre o sujeito político Dilma e a corrupção, que a então presidente Dilma não compactuava com a corrupção em seu governo; ocupava um lugar discursivo diverso e de conflito ao lugar discursivo ocupado por Lula, que é o mesmo lugar ocupado pelo PT, e que funciona, muitas vezes, como o lugar da corrupção. Os casos de corrupção descobertos durante o Governo Dilma são discursivizados como “herança de Lula” ou do Governo Lula.⁵

Amorim (2015), para mostrar o movimento discursivo da passagem do sujeito pragmático Marina Silva para a posição-sujeito utópico, e, portanto, sujeito do discurso, analisou sequências discursivas retiradas de textos que circularam na mídia, entre 2009 e 2014, sobre o sujeito pragmático Marina Silva, que foi candidata a presidente da República do Brasil, nas eleições de 2010 e 2014. Analisou, ainda, os efeito-sentido que se constituíram nessa posição-sujeito, inscritos numa rede de memória discursiva. Os resultados, apresentados pela autora, indicaram que na discursivização da mídia o funcionamento da posição-sujeito-utópico estava imbricada por três efeito-sentido: efeito-sentido de utopia, efeito-sentido de sonho e efeito-sentido de princípio. Mostrou, ainda, um funcionamento de efeito-sentido de posituação e de negatuação da candidata Marina Silva e/ou das utopias, sonhos e princípios que ela possuía ou que foram associados às suas propostas de governo.⁶

Brito (2016) analisou, na discursivização de *Veja e Istoé*, e rede social *Facebook*, os sentidos que foram retomados e atualizados nas Eleições Presidenciais de 2014 em que Dilma foi reeleita Presidente da República. A autora mostra que os resultados de suas análises apontaram que: i) o Brasil não surgiu, mas ressurgiu dividido no acontecimento das eleições de 2014, pois os efeitos de divisão já funcionavam no acontecimento das eleições presidenciais do período de 1989 a 2010; ii) na discursivização da mídia sobre as Eleições Presidenciais de 1989, 2006 e 2010, há um funcionamento de um efeito-sentido de divisão do Brasil por classe social, de modo que o eleitor se identifica com determinado candidato a depender da posição-sujeito com a qual se identifica: posição-sujeito rico; posição-sujeito classe média e posição-sujeito pobre; iii) na discursivização da mídia sobre as Eleições Presidenciais de 2006, 2010 e 2014, funcionou um efeito-sentido de divisão do Brasil por região, o eleitor se identificou com os candidatos à Presidência da República conforme a região geográfica e a situação econômica das regiões, e os eleitores das regiões Norte e Nordeste, regiões menos desenvolvidas do país,

⁵ Ver também Barbosa e Fonseca-Silva (2017).

⁶ Ver também Amorim e Fonseca-Silva (2015).

identificaram-se com o candidato do PT e os eleitores das regiões Sul e Sudeste, regiões mais desenvolvidas, identificaram-se com o candidato do PSDB ou com o candidato do PV; iv) na discursivização da mídia sobre as Eleições Presidenciais de 2014, funcionou o efeito-sentido de divisão do Brasil entre a posição-sujeito de eleitor petista e a posição-sujeito de eleitor antipetista: efeitos de petismo e antipetismo relacionados a divisão do Brasil entre Norte/Nordeste e Sul/Sudeste; v) na repercussão das Eleições de 2014, especificamente, por meio do *Facebook*, o efeito de divisão entre petismo e antipetismo surgiu como um acontecimento novo das eleições de 2014, o que reforçou a massificação do discurso de divisão.

Santos (2016) desenvolveu pesquisa em busca de responder como se deu o ato de julgar, levado a efeito nas instâncias política e jurídica no caso Collor de Mello. Segundo o autor, o efeito de memória e o efeito de justiça, inerentes ao ato de julgar, incidiram de modo diverso no juízo político e no juízo jurídico aos quais o caso Collor foi submetido, de modo que o resultado dos julgamentos foi distinto. Collor foi condenado no âmbito político e absolvido no âmbito jurídico. Os resultados por ele apresentados, indicaram que na primeira instância a condenação política foi fortemente influenciada pelo abuso de memória promovido pela espetacularização midiática e prevaleceram a conveniência e a oportunidade, ensejando o espírito de vingança, e na segunda instância prevaleceram os princípios processuais, posto que, na falta de provas substanciais que atestassem a autoria e materialidade dos crimes imputados a Collor, este foi absolvido em favor do senso de justiça.⁷

Destacamos, ainda, dois trabalhos desenvolvidos, paralelamente a este: o de Costa (2018) que apresenta resultados de pesquisa cujo objetivo foi identificar e analisar efeito-sentido da posição-sujeito réu no julgamento do *Impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff que se deu em Sessão Extraordinária no Senado Federal do dia 25 de agosto a 31 de agosto de 2016; e o de Conceição (2018) que busca identificar e analisar em capas de edições da revista *Veja*, que circularam de 2010 a 2017, efeitos de memória e efeitos de verdade sobre o *Impeachment* de Dilma Rousseff.

É nesse contexto das pesquisas desenvolvidas no LAPADis pelos membros do GPADis⁸ que desenvolvemos a pesquisa sobre a admissibilidade do *Impeachment* da ex-Presidente Dilma Rousseff, no intuito de também contribuir e ajudar a responder questões relacionadas aos eixos norteadores do projeto temático de pesquisa, anunciado no início deste capítulo. Para situarmos a questão de pesquisa e a hipótese que tentamos comprovar neste trabalho e apresentamos mais adiante, fazemos breves considerações sobre a trajetória Dilma Rousseff no cenário político

⁷ Ver também Santos e Fonseca-Silva (2018).

⁸ Ver ainda Pinto (2012); Prates (2018).

brasileiro, desde as eleições presidenciais de 2010, em que Dilma foi eleita a primeira mulher presidente do Brasil, até o fim do seu governo, em 2016.

Nas eleições de 2010, Dilma Rousseff candidatou-se pela primeira vez à presidência do Brasil, pelo Partido dos Trabalhadores. Com o apoio do então presidente Lula, a chapa eleitoral era formada por Dilma Rousseff (PT), como candidata a Presidente, e por Michel Temer (PMDB), como candidato à vice-presidência. Eleita no dia 31 de outubro de 2010, em segundo turno, Dilma Rousseff sucedeu o presidente Lula, tornando-se a primeira mulher presidente do Brasil, o que, segundo Fonseca-Silva (2012; 2013) provocou “uma ruptura tanto na história do país quanto na história das mulheres que vêm conseguindo conquistar espaço em todas as esferas de poder político do país: executivo, legislativo e judiciário” (FONSECA-SILVA, 2012; 2013, p. 241)

Ainda conforme Fonseca-Silva (2012, 2013), a noite de 31 de outubro de 2010 foi marcada pela novidade do acontecimento da eleição da primeira mulher presidente do Brasil. De acordo com a autora, a partir das 20 horas deste dia, a circulação-confronto prosseguiu através desse acontecimento, na mídia nacional e internacional, ressoando como um grito de formulações colocadas em um jogo parafrástico e polissêmico que indicam que o acontecimento foi marcado pela sua atualidade e novidade, e pela memória que é convocada para funcionar, atravessada

[...] pelas gerações de mulheres [...] que, da Colônia a República no Brasil, participaram de relacionamentos de força, lutaram e promoveram contra condutas individuais e coletivas (cf. FOUCAULT, 2006) no interior de racionalidades políticas, para poderem se subjetivar no lugar de sujeito político. O nome Dilma Rousseff, nesse sentido, deixou de figurar uma pessoa para figurar um lugar que representa todas as gerações de mulheres brasileiras [...] que não aceitaram as injunções impostas pela sociedade e se colocaram no lugar de resistência (FONSECA-SILVA, 2013, p. 240).

A autora também aponta que, na circulação-confronto deste acontecimento, a mídia provocou um deslizamento de sentido quanto a participação de Dilma Rousseff nos movimentos clandestinos, na militância contra o regime militar que, antes do acontecimento, era negativizado pela mídia, de modo a impedi-lo e, portanto, fazia com que Dilma fosse discursivizada como subversiva e terrorista. Após a apuração das urnas, tais atos indicavam Dilma como uma “líder, de personalidade forte, de estilo polêmico e combativo, responsável e comprometida com o país” (FONSECA-SILVA, 2013, p. 241).

Dilma Rousseff tomou posse em 2011 e o seu primeiro mandato foi marcado inicialmente por grande aprovação popular, chegando a 59%⁹ ¹⁰ de aprovação ao final do primeiro ano de governo, o que caracterizou a maior taxa para o período desde a redemocratização. Logo no primeiro ano, Dilma realizou o que ficou conhecida como “faxina ética”¹¹, quando demitiu seis ministros (e mais um no ano seguinte – 2012), acusados de envolvimento em corrupção, sendo esse um dos fatores que elevaram a sua aprovação.

O Partido dos Trabalhadores (PT) possuía a maior bancada na Câmara dos Deputados e a segunda maior no Senado, ficando atrás apenas do PMDB, o que poderia indicar uma boa relação do governo com o Congresso. Entretanto, os parlamentares queixavam-se de que não eram recebidos pela então Presidente Dilma - de 2011 a 2014 a presidente só recebeu com exclusividade 2 deputados federais e 13 senadores. Tais queixas eram frequentes e acarretaram na queda do Ministro das Relações Institucionais¹². Apesar da instabilidade relacional entre o Palácio do Planalto e o Congresso Nacional, inclusive com partidos da base aliada, o primeiro mandato contou com o apoio do Congresso em decisões importantes para o país.

Retomamos o trabalho de Barbosa (2014) para melhor compreendermos a relação entre Dilma e os partidos da base aliada e a sua relação também com o próprio ex-presidente Lula, de acordo com o que foi discursivizado na mídia. Barbosa (2014) identificou a partir de suas análises um funcionamento discursivo em que Dilma ocupava um lugar marcado pela oposição frente aos chamados “radicais do PT” ou às ideias de cunho radical defendidas pelo partido. Desse modo, observamos que o governo Dilma era conduzido de forma diferente do que foi o governo Lula:

⁹Dados obtidos no site do Instituto Datafolha, criado em 1983, ainda como departamento de pesquisas e informática do Grupo Folha da Manhã, com o objetivo de oferecer conteúdo e servir como ferramenta de planejamento para o jornal Folha de S. Paulo e outros veículos e serviços da empresa. Em seguida, tornou-se uma empresa independente e, atualmente, é um dos mais importantes institutos de pesquisa de opinião do Brasil.

¹⁰Optamos por utilizar uma única fonte de pesquisa sobre a popularidade do governo Dilma, a fim de obter resultado comparativo mais preciso ao longo dos seus dois mandatos, uma vez que percebemos uma pequena oscilação entre os dados em diferentes institutos (Instituto MDA, Ibope etc.) para o mesmo período. Além disso, o Instituto Datafolha foi o mais frequente na realização das pesquisas de popularidade envolvendo o Governo Dilma. Relatórios Disponíveis em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2012/01/1211074-primeiro-ano-de-dilma-tem-a-maior-aprovacao-desde-redemocratizacao.shtml>. (Acesso em 29/10/2017)

¹¹A presidente Dilma Rousseff, ao longo dos seis primeiros meses de governo, demitiu seis ministros após denúncias de envolvimento em casos de corrupção, e, sete meses depois, demitiu mais um pelo mesmo motivo. Essa atitude ficou conhecida na mídia como “faxina ética”. Os ministros foram Carlos Lupi (PDT-RJ) do Trabalho, Orlando Silva (PC do B-SP) do Esporte, Pedro Novais (PMDB-MA) do Turismo, Wagner Rossi (PMDB-SP) da Agricultura, Antonio Palocci (PT-SP) da Casa Civil e Alfredo Nascimento dos Transportes (PR-AM) e por último Mário Negromonte (PP-BA) do ministério das cidades. Informações obtidas no site: <http://g1.globo.com/globo-news/noticia/2012/02/confira-os-ministros-que-cairam-no-governo-dilma-rousseff.html> (Acesso em 31/10/2017)

¹²Informações obtidas no site <https://oglobo.globo.com/brasil/no-primeiro-mandato-dilma-recebeu-somente-15-dos-594-parlamentares-14512018> (Acesso em 31/10/2017)

Além disso, a relação entre Dilma e Lula, passa agora a ser marcada por uma relação de desvencilhamento, na medida em que Dilma busca diminuir a influência que sofre do ex-presidente Lula em seu governo, sendo que, na memória que é posta em funcionamento, parte desta dívida está ligada a uma “dívida eleitoral” que Dilma teria com Lula. Podemos identificar, ainda, que Dilma e Lula ocupam posicionamentos discursivos distintos em relação ao modo de governar e principalmente em relação ao modo de lidar com o PT e com os partidos que compõem a chamada base aliada do governo. Nessa perspectiva, no efeito-sentido que vemos em funcionamento aqui, se por um lado Dilma é identificada a todo momento numa zona de conflito com o PT, por outro lado, Lula quase que se confunde com o próprio partido (BARBOSA, 2014, p. 67).

No decorrer do mandato de Dilma Rousseff, a economia apontava sinais de desaceleração, o PIB cresceu menos que o esperado, houve alta da inflação e taxa de juros, porém a empregabilidade permaneceu em alta¹³. Apesar disso, até março de 2013, a popularidade da Presidente mantinha-se em crescimento, chegando a pontuar 65%¹⁴, devido, principalmente, ao desenvolvimento das políticas sociais e à condução da economia.

Em junho de 2013, porém, o governo se deparou com uma onda de manifestações populares¹⁵ nas principais capitais do país, que começaram com um protesto do Movimento Passe Livre (MPL) contra o aumento das tarifas de transporte público, e chegaram a reunir milhares de manifestantes nas ruas de capitais e cidades do interior do país agregando outras pautas como a reivindicação de investimentos em saúde e educação, menos corrupção, fim da Copa das Confederações Fifa de 2013, que se realizava naquele período, e contra os gastos com a Copa do Mundo Fifa de 2014. Quando tais manifestos atingiram o auge, Dilma fez um pronunciamento¹⁶ em rede nacional, convocando um pacto com parlamentares e governantes em torno das melhorias exigidas.

Em março de 2014, inicia-se a Operação Lava Jato¹⁷, deflagrada pela Polícia Federal, que investigava um grande esquema de desvio e lavagem de dinheiro que envolvia a Petrobrás, grandes empreiteiras e políticos, incluindo nomes ligados ao governo Dilma. De acordo com

¹³ Informações obtidas em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/12/30/os-avancos-e-as-cries-do-primeiro-mandato-de-dilma-rousseff> (Acesso em 31/10/2017)

¹⁴ Relatórios disponíveis em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2013/03/1252102-aprovacao-a-governo-dilma-atinge-65.shtml> (Acesso em 31/10/2017)

¹⁵ Informações obtidas no site: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/entenda-os-protestos-em-sp-contr-aumento-das-tarifas-do-transporte.html> (Acesso em 31/10/2017)

¹⁶ A íntegra do pronunciamento da Presidente Dilma Rousseff pode ser encontrada no site: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,leia-o-pronunciamento-de-dilma-rousseff-sobre-os-protestos-pelo-brasil,1045435> (Acesso em 31/10/2017)

¹⁷ Mais informações sobre a operação Lava Jato podem ser encontradas numa página criada no site do Ministério Público Federal para facilitar o acesso às informações sobre a operação pela população. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/para-o-cidadao/caso-lava-jato/entenda-o-caso> (Acesso em 31/10/2017)

Brito (2016), os escândalos de corrupção que apareceram nos 12 anos de governo do PT, principalmente o escândalo o Mensalão e a Operação Lava Jato, além das manifestações populares de 2013, contribuíram para a acentuada queda da popularidade do governo Dilma. Entretanto, nas eleições de 2014, Dilma se reelege em segundo turno, naquela que ficou conhecida como a disputa mais acirrada¹⁸ da história do país, com uma diferença de votos de 3,28%¹⁹.

Em 2015, Dilma assumiu o segundo mandato e, logo no início, já enfrentou uma série de dificuldades. Nesse mesmo ano ocorreu a queda do PIB, aumento da inflação e do desemprego. O governo adotou um ajuste fiscal voltado a redução de gastos públicos e aumento de impostos. O ministro da Fazenda, Joaquim Levy, lançou medidas que logo ficaram conhecidas como “pacote de maldades”, e tinham por objetivo aumentar a arrecadação federal e retomar o crescimento da economia. Entretanto, com a difícil relação entre governo e parlamento, muitas medidas propostas pelo governo não se cumpriram, e o então ministro se demitiu do cargo em dezembro de 2015.

Com a situação econômica agravada e a crise de governabilidade, a popularidade da presidente sofreu uma queda considerável já no primeiro ano, a rejeição ao governo chegou a 71%²⁰ no mês de agosto, uma porcentagem superior a que obteve o ex-Presidente Collor, pouco antes de sofrer o *Impeachment*. Os manifestos populares continuaram e passaram a pedir a saída de Dilma e do PT do poder e o combate à corrupção. Surgiram também manifestos favoráveis ao governo, e as ruas se dividiram em protestos que duraram até março de 2016.

Na tarde do dia 02 de dezembro de 2015, o líder do PT na Câmara dos Deputados, Sibá Machado, anunciou que a bancada do partido votaria favoravelmente, no Conselho de Ética da casa, pela admissibilidade do processo por quebra de decoro parlamentar contra o então Presidente da Câmara, Eduardo Cunha, processo que poderia resultar na cassação do seu mandato. Na noite desse mesmo dia, Cunha acolheu²¹ a denúncia de um dos 37 pedidos de *impeachment* que foram feitos contra Dilma Rousseff. O pedido em questão foi feito pelos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Jr. e Janaina Paschoal, e tinha como fundamento a acusação

¹⁸ O resultado das eleições apontou Dilma (PT) com 51,64% e Aécio (PSDB) com 48,36%, abstenção de 21,1% dos votos. Votos em brancos somaram 1,71% e nulos, 4,63%. Dilma teve, ao todo, 54.501.118 votos e Aécio, 51.041.155 votos. Disponível no site: <http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2014/10/dilma-rousseff-e-reeleita-com-545-milhoes-de-votos-no-segundo-turno.html> (Acesso em 30/10/2017)

¹⁹ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/10/26/politica/1414362936_748118.html (Acesso em 30/10/2017)

²⁰ <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2015/08/1665278-recorde-reprovacao-a-dilma-supera-pior-momento-de-collor.shtml>. (Acesso em 31/10/2017)

²¹ Disponível em: <http://veja.abril.com.br/politica/cunha-aceita-pedido-de-impeachment-de-dilma-rousseff/> (Acesso em 31/10/2017)

de que Dilma teria cometido crime de responsabilidade fiscal ao editar três decretos presidenciais de créditos suplementares sem autorização do Legislativo²² e ao praticar as chamadas “pedaladas fiscais”²³.

O processo, liderado por Eduardo Cunha, seguiu o rito prescrito na Lei do *Impeachment* nº 1.059/1950, que define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento, na Constituição Federal e no Regimento Interno da Câmara dos Deputados, conforme definido pelo Supremo Tribunal Federal ao julgar o chamado rito do *impeachment* na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 378, a pedido do Partido Comunista do Brasil - PCdoB.

Dilma Rousseff, naquele momento, começou a perder o apoio de alguns partidos da base aliada. Inicialmente do PMDB, partido do vice-presidente Michel Temer, e a primeira bancada a romper oficialmente com o governo, seguido do PRB e demais partidos menores. Em 11 de abril de 2016, a Comissão Especial do *Impeachment* aprovou o relatório do deputado Jovair Arantes (PTB), que recomendava a abertura do processo de *impeachment* pela prática do crime de responsabilidade fiscal. O relatório seguiu para votação em plenário em 17 de abril de 2016.

A Sessão de Votação pela Admissibilidade do *Impeachment* de Dilma Rousseff foi transmitida “ao vivo”, por diversos meios de comunicação, para a população brasileira: pela internet; no site da TV Câmara; nas ruas, através de telões - principalmente em ruas que já haviam sido palco de manifestações populares há alguns dias -, onde um grande número de pessoas se reuniu para acompanhar; na Esplanada dos Ministérios, em que foi utilizada uma placa de metal para separar manifestantes favoráveis e contrários ao *impeachment*; pela TV aberta, em diferentes canais, alguns inclusive interrompendo sua programação para a transmissão. Foi uma sessão histórica que mobilizou o país.

Todo o processo de discussão e votação do *impeachment* na Câmara durou cerca de 53 horas, visto que iniciou-se no dia 15 de abril (sexta-feira). A sessão de votação, iniciada no dia 17 (domingo), foi marcada por tumulto, protestos, troca de acusações e debates, e durou aproximadamente seis horas. Os deputados levantavam cartazes²⁴ com formulações do tipo: “*O agro não é omissor. Impeachment já!*”, “*O agro vota pelo sim*”, “*Plantamos mudança para colher crescimento*”, “*Tchau, querida!*”, “*Impeachment já!*”, “*Invasão é crime, Impeachment*

²² Conforme a Constituição Federal art. 85, inciso VI, e art. 167 inciso V, e Lei 1079 de 1950, art 10 item 4 e art. 11, item 11.

²³ “Pedaladas Fiscais” se caracterizam pela prática da contratação ilegal de operação de créditos, conforme Lei 1079 de 1950, art. 11, item 3.

²⁴ Fonte: <http://www.camara.leg.br/internet/bancoimagem/default.asp?origem=pesquisa> (Acesso em 03/12/2017)

já!”, “Amo o Brasil, Impeachment já”, “Brasil contra o golpe”, “Cunha: réu conduzindo uma farsa”, “Cunha/Temer: chefes do acordão!”, “Temer/Cunha unidos pelo fim da Lava Jato”, “Impeachment sem crime é golpe”, “Fica, querida!”, “Vem pra democracia”, “Não à farsa do Impeachment”; bem como faixas com os dizeres: “Se somos o futuro, temos que lutar pelo presente. #Impeachment”, “Fora Cunha”, “Movimento Tchau, querida / acabou a boquinha”, “Não vai ter Golpe”, “Mulheres pela democracia / Não vai ter Golpe”. Além dos cartazes, levantavam bandeiras do Brasil, bandeira do SUS e dos estados brasileiros, com as quais alguns deputados cobriam-se ou erguiam durante a sessão.

A votação foi nominal e aberta, decisão estabelecida pelo Presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB), validada pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Os deputados foram chamados a votar de acordo com o Estado a que pertenciam, começando por um Estado da Região Norte, alternando com um Estado da Região Sul. Cada voto proferido na tribuna foi pontuado com manifestações acaloradas dos presentes tanto dos favoráveis quanto dos contrários à admissibilidade. Eram necessários 342 votos para que o processo fosse admitido e seguisse para o Senado. Ao final da votação, dos 513 deputados, dois deles ausentes, 367 deputados votaram pela admissibilidade do processo, 137 contrários e 7 se abstiveram.

Em 18 de abril de 2016, o parecer da Câmara foi encaminhado ao Senado, que também formou uma Comissão Especial de Admissibilidade, cujo relatório favorável a admissibilidade do *impeachment* foi aprovado em 12 de maio de 2016 e seguiu para votação no plenário. A presidente foi então afastada do cargo temporariamente e o Vice-presidente Michel Temer assumiu interinamente. Em 31 de agosto de 2016, o Senado realizou a votação do processo, e por 61 votos favoráveis e 20 contrários, Dilma Rousseff sofreu o *impeachment*, que significou a perda do seu mandato. Porém, o Senado rejeitou a pena de inabilitação de Dilma para exercer cargos públicos.

Diante do exposto e considerando que a admissibilidade do Processo de *Impeachment* da Ex-presidente Dilma Rousseff, que ocorreu na sessão de votação do dia 17 de abril, é interpretada neste trabalho como um acontecimento discursivo²⁵, marcado pela circulação-confronto de formulações favoráveis e contrárias ao impedimento, levantamos a seguinte questão norteadora deste trabalho: Como se dá o movimento de efeito-sentido nas justificativas dos votos favoráveis à admissibilidade do *Impeachment*?

Como resposta a esta questão, operamos um gesto de interpretação de forma a mostrar que, na circulação-confronto ocorrida na Sessão de Votação pela Admissibilidade do Processo

²⁵ Discutiremos a sessão da admissibilidade como um acontecimento discursivo, conforme formulado por Pêcheux ([1983] 2015), no capítulo 2.

de *Impeachment* na Câmara de Deputados, o efeito-sentido jurídico de crime de responsabilidade fiscal contra a lei orçamentária, assentado e estabilizado na materialidade discursiva da Lei do *Impeachment* nº 1.059/1950 e usado para justificar o pedido de abertura do processo, entrou em deriva, deslizou-se discursivamente, foi “esvaziado” e quase apagado.

1.2 Considerações sobre o percurso teórico-metodológico

Salientamos que na pesquisa que resultou este trabalho, mobilizamos princípios e procedimentos da Análise de Discurso (AD). Dessa forma, quanto à abordagem, a pesquisa é qualitativa/quantitativa, posição que nos coloca mais atentos aos riscos de excessiva confiança que podem comprometer o gesto de interpretação que operamos na construção do arquivo, enquanto materialidade discursiva, e do *corpus* discursivo, compreendido como conjunto de sequências discursivas, selecionadas para a análise. Quanto a seus objetivos, descritiva/interpretativa, pois em AD não existe descrição sem interpretação. E quanto aos procedimentos, análise discursiva de caso da Sessão de votação pela admissibilidade do *Impeachment* da Ex-Presidente Dilma Rousseff, na Câmara dos Deputados.

Tomando a admissibilidade do *Impeachment* da Ex-Presidente Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados como campo de referência, operamos um gesto de interpretação para construir o arquivo e selecionamos: i) materialidades discursivas extraídas de sites de notícias sobre as manifestações populares de 2013, 2015 e 2016 e de sites de notícias e da mídia impressa, nacional e internacional, que noticiaram sobre o resultado da votação pela admissibilidade do *impeachment* de Dilma Rousseff; ii) materialidade discursiva audiovisual da Sessão Votação pela Admissibilidade do *Impeachment* de Dilma Rousseff da Câmara dos Deputados, realizada em 17 de abril de 2016, disponibilizado no canal da Câmara dos Deputados do *YouTube*, intitulado, “TV Câmara”, conforme o link <https://www.youtube.com/watch?v=V-u2jD7W3yU>, que foi assistida e depois transcrita, principalmente as justificativas dos quinhentos e onze que votaram na referida sessão, ; iii) e materialidade discursiva do “Diário da Câmara dos Deputados”, de número 056, datado de 18 de abril de 2016, disponível no sítio da Câmara dos Deputados (www.camara.leg.br/), em que consta a transcrição oficial da Sessão Deliberativa Extraordinária. Essa materialidade foi publicada depois que a transcrição do vídeo já tinha sido feita. Comparamos as duas

transcrições e optamos pela oficial. Posteriormente, separamos as transcrições dos pronunciamentos dos votos dos deputados em duas pastas: uma com os pronunciamentos dos votos favoráveis à admissibilidade do processo e outra com as justificativas dos votos contrários.

Em um momento posterior, operamos o gesto de interpretação das materialidades discursivas que constituem o arquivo analítico para construirmos o *corpus* discursivo com as sequências discursivas (SDs) que são analisadas nos capítulos 2 e 3.

No gesto de descrição e interpretação das sequências discursivas analisadas neste trabalho, mobilizamos conceitos teóricos do quadro epistemológico da AD que se constitui na articulação do materialismo histórico, da linguística e da teoria do discurso, “atravessadas por uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica)” (PÊCHEUX, FUCHS, [1975] 1993, p. 164). Fonseca-Silva (2007a) salienta que Pêcheux (1975) reconhece a necessidade de uma articulação conceitual, entre as categorias *ideologia* (no sentido Althusseriano) e *inconsciente* (no sentido Freudiano), que melhor se compreende pela própria tese de Althusser de que os indivíduos são interpelados em sujeitos pela ideologia. Na AD, ideologia e inconsciente são ressignificados ou reterritorializados para que a questão do sujeito e do sentido sejam pensados como efeitos.

O sujeito se submete à língua mergulhado em sua experiência de mundo e determinado pela injunção a dar sentido, a significar-se. E o faz em um gesto, um movimento sócio-historicamente situado, em que se reflete sua interpelação pela ideologia. A ordem da língua e a da história, em sua articulação e seu funcionamento, constituem a ordem do discurso. (ORLANDI, 2005, p. 2)

Sempre afetado pelo inconsciente e interpelado pela ideologia, o sujeito do discurso não é fonte do sentido, mas, conforme define Orlandi (1999) “é posição entre outras, subjetivando-se na medida mesmo em que se projeta de sua situação (lugar) no mundo para sua posição no discurso” (ORLANDI, 1999, p. 17).

Os sujeitos pragmáticos se apropriam dos saberes acreditando que estes se originam nele mesmo, se vêem como origem do que diz e do que pensa, quando retoma já-ditos que foram produzidos em outros lugares, e inscritos num regime de repetibilidade. Assim os sujeitos pragmáticos, por meio da ideologia, são interpelados em sujeitos. O sujeito que interessa a AD é, pois, pensando discursivamente, uma posição-sujeito. Conforme Orlandi (1998):

Abandona-se, na AD, a noção psicológica de sujeito empiricamente coincidente consigo mesmo. O que há são posições do sujeito. O sujeito é estruturalmente dividido desde sua constituição e só tem acesso a parte do que diz. A falha o constitui, assim como a falha constitui a língua. Espaço da interpretação, instância ideológica. O sujeito é pensado discursivamente como posição entre outras. Não é uma forma de subjetividade mas um lugar que ocupa para ser sujeito do que diz. Acontece que o modo pelo qual ele se constitui sujeito não lhe é acessível, ele não tem acesso direto à exterioridade que o constitui (ORLANDI, 1998, p. 12).

De acordo com Pêcheux ([1975] 1993), “sob a evidência de que ‘eu sou realmente eu’ [...], há o processo da interpelação/identificação que produz o sujeito no lugar deixado vazio” (PÊCHEUX, [1975] 1993, p. 145), sob a ilusão de que tem domínio do que pensa e do que diz, o sujeito toma posições sempre que enuncia. A Análise de Discurso, portanto, pressupõe a historização do sentido, a sua não literalidade e o descentramento do sujeito que, afetado pelo esquecimento, é sempre já assujeitado.

Segundo Orlandi (2009, p. 15) a disciplina da AD visa compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história. (p. 15). Pêcheux pensa a linguagem, estabelecendo princípios que, conforme Orlandi (1990) não estão em regiões categorizadas do conhecimento, mas nos entremeios, em interstícios disciplinares. Pêcheux então situa o discurso, conforme Henry (1993), entre a linguagem e a ideologia. Assim, se afasta do sentido logicamente estabilizado, do semanticamente normal, e passa a refletir nos entremeios, nos vãos deixados pela contraditória articulação das disciplinas.

Conforme Fonseca-Silva (2005a; 2005b; 2007a), Pêcheux pensa o discurso no confronto gerado pela articulação entre o sujeito da linguagem e o sujeito da ideologia, de forma que o discurso se constitui pela sua relação com a história e também como efeito-sentido. Tal efeito, por sua vez, se realiza no lugar material da língua. É na língua que o discurso se materializa, atravessando-a, como efeito-sentido. A língua portanto, é tomada como estrutura, em que o real da língua manifesta-se como uma série de equívocos.

A Análise de Discurso, enquanto disciplina de interpretação, está construindo procedimentos para expor o olhar-leitor à opacidade tanto da língua quanto de outros domínios semióticos, colocando em jogo o outro enquanto espaço real de leitura, o que significa que os diversos domínios semióticos, assim como a língua, não são transparentes, pois funcionam como lugar material onde os efeitos se realizam (FONSECA-SILVA, 2005a, p. 3-4)

Enfim, conforme a autora, significar não está na ordem da língua, tampouco de outros domínios semióticos, mas na ordem do discurso. A língua é constituída pela falha, pelo equívoco, pela ambiguidade etc., e o sentido é “efeito de”, portanto sempre escapa ao logicamente estabilizado.

Para Pêcheux ([1969] 1993), o discurso “não se trata necessariamente de uma transmissão de informação entre A e B mas, de modo mais geral, de um ‘efeito-sentidos’ entre os pontos A e B” (PÊCHEUX, [1969] 1993). Assim, discurso deve ser compreendido como efeito-sentido entre posições de sujeito em determinada estrutura social.

Pêcheux ([1983] 2015a) pensa o discurso também como estrutura e acontecimento, e, para tanto, entrelaça três caminhos, quais sejam: o do acontecimento, o da estrutura e o da tensão entre descrição e interpretação no interior da Análise de Discurso.

Partindo do princípio de que o não-logicamente estável não é um defeito, considera um real próprio às disciplinas de interpretação. Supõe, então, a existência de um outro tipo de “real”, bem como um outro tipo de saber, que não se limita a ordem das “coisas-a-saber”. A existência de um real que é “estranho à univocidade lógica, e um saber que não se transmite, não se aprende, não se ensina, e que, no entanto, existe produzindo efeitos” (PÊCHEUX, [1983] 2015a, p. 43).

Segundo o autor, no trabalho em AD, a primeira exigência é dar o primado aos gestos de descrição das materialidades discursivas. Enfatiza que descrever consiste em reconhecer o real específico sobre o qual a descrição se instala: o real da língua, pensando o equívoco como “fato estrutural implicado pela ordem do simbólico. O próprio da língua aparece dividido discursivamente em dois espaços: o da manipulação de significações estabilizadas e normatizadas, e o da transformação do sentido que escapa a qualquer norma estabelecida. Para ele, é difícil precisar a fronteira entre esses espaços, pois existe uma zona intermediária de processos discursivos em que o logicamente estabilizado não funciona.

A segunda exigência é que toda descrição está exposta ao equívoco da língua e, portanto, nas palavras do autor, conforme observamos abaixo:

todo enunciado é intrinsecamente sucetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, de deslocar-se discursivamente de seu sentido para derivar para um outro [...]. Todo enunciado, toda sequência de enunciados é pois linguisticamente descritível [...] como uma série de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação (PÊCHEUX, [1983] 2015a, p. 53).

É pela existência do *outro* nas sociedades e na história, que corresponde ao *outro* próprio do linguageiro discursivo, que pode haver ligação, identificação ou transferência, ou seja, uma relação que possibilita a interpretação, conforme o autor, para quem a ligação de filiações históricas são passíveis de se organizar em memórias, e ainda, as relações sociais em redes de significante.

O desafio, portanto, no sentido postulado pelo autor, é identificar o lugar e momento da interpretação em relação ao da descrição, nas práticas da AD, visto que ambas funcionam por um batimento. A descrição de um enunciado ou sequência abre sobre a interpretação, e isso implica que ela “coloca necessariamente em jogo (através da detecção de lugares vazios, de elipses, de negações e interrogações, múltiplas formas de discurso relatado...) o discurso-outro como espaço virtual de leitura desse enunciado ou sequência” (PÊCHEUX, [1983] 2015a, p. 54).

Por fim, a terceira exigência é entender o discurso como estrutura e como acontecimento, vinculado a redes de memória e de trajetos sociais nos quais irrompe e possibilita uma “desestruturação-reestruturação” dessas redes e trajetos. Nas palavras do autor,

Todo discurso é índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho [...] de deslocamento no seu espaço: não há identificação plenamente bem sucedida, isto é, ligação sócio-histórica que não seja afetada, de uma maneira ou de outra, por uma “infelicidade” no sentido performativo do termo – isto é, no caso, por um “erro de pessoa”, isto é, sobre o *outro*, objeto da identificação (PÊCHEUX, [1983] 2015a, p. 56).

O autor propõe que à AD cabe, por meio das descrições regulares de montagens discursivas, identificar os momentos de interpretação enquanto atos que surgem como tomadas de posição, reconhecidas como tais, isto é, como efeitos de identificação assumidos e não negados.

Sobre o conceito de memória de que trata a Análise de Discurso, Pêcheux (2015b) esclarece que trata dos “sentidos entrecruzados de memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador” (PÊCHEUX, [1983] 2015b, p. 44). A memória é compreendida como uma:

[...] estruturação da materialidade discursiva complexa, estendida em uma dialética da repetição e da regularização: a memória discursiva seria aquilo que face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem reestabelecer os

‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos;etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (PÊCHEUX, [1983] 2015b, p. 45-46).

O autor destaca a hipótese de Achard ([1983] 1999) de que, sob a repetição, se forma um efeito de série pela qual uma “regularização” teria início, e nela residiriam os implícitos, “sob a forma de remissões, de retomadas e de efeitos de paráfrase” (PÊCHEUX, [1983] 2015b, p. 46). Destaca ainda que, para Achard ([1983] 1999), essa regularização pode se desfazer sob a incidência do acontecimento novo. A memória tende a absorver o acontecimento discursivo, como em uma série matemática, porém ao incidir um acontecimento novo sobre essa memória, ele tende a perturbá-la, desconstruindo essa regularização e produzindo uma nova série sobre a anterior, alterando-a desde o seu começo, o que seria o produto do acontecimento. Desse modo o acontecimento “desloca e desregula os implícitos associados ao sistema de regularização anterior” (PÊCHEUX, [1983] 2015b, p. 46).

Desse modo, na memória discursiva, sob o impacto do acontecimento, um jogo de forças está sempre presente, que pode manter uma regularização pré-existente, com estabilização parafrástica, buscando integrar o acontecimento até que ele seja absorvido ou disperso. Mas pode também criar um jogo de forças que desregule, perturbando a rede dos implícitos.

A repetição, para Pêcheux ([1983] 1995b), assegura o espaço da estabilidade de uma “vulgata parafrástica” que se produz por repetição literal. Entretanto, sob o “mesmo” dessa materialidade pode ocorrer o jogo da metáfora, como uma outra possibilidade de articulação do discurso, de modo que a memória é perfurada antes de se desdobrar em paráfrase. Sobre esse fenômeno, o autor salienta que esse “efeito de opacidade”, ou o momento em que o mesmo não é mais repetido, indica que não se pode mais reconstruir os “implícitos” e é por esse motivo que a AD se afasta das evidências, da estabilidade parafrástica, ao tempo em que questiona os efeitos materiais de montagens de sequências que se dão antes mesmo de se investigar sua significação ou condições implícitas de interpretação.

A memória na AD, portanto, constitui-se no nível da mobilidade, do movimento, do conflito, o que reafirma o lugar onde a disciplina de Análise do Discurso deve atuar. Segundo Pêcheux ([1983] 2015b), a memória,

[...] não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentes históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de

regularização...Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos (PÊCHEUX, [1983] 2015b, p. 50).

Isto posto, destacamos, ainda, neste trabalho, a importância do conceito de efeito metafórico, postulado por Pêcheux ([1969]1993) como:

Chamaremos *efeito metafórico* o fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual para lembrar que esse ‘deslizamento de sentido’ entre *x* e *y* é constitutivo do ‘sentido’ designado por *x* e *y*; esse efeito é característico dos sistemas linguísticos ‘naturais’, por oposição aos códigos e às ‘línguas artificiais’, em que o sentido é fixado em relação a uma metalíngua ‘natural’: em outros termos um sistema ‘natural’ não comporta uma metalíngua a partir da qual seus termos poderiam se definir: ela é por si mesma sua própria metalíngua (PÊCHEUX, [1969]1993, p. 96).

Isso significa dizer que não se passa necessariamente de uma sequência discursiva a outra apenas por uma substituição, mas que as duas sequências estão, em geral, ligadas uma à outra por uma série de efeitos metafóricos (PÊCHEUX, [1969]1993, p. 99).

Assim, por efeito metafórico entende-se um efeito semântico produzido por uma substituição contextual que provoca um deslizamento de sentido, sendo que as sequências discursivas não se substituem, mas se ligam umas às outras através desse efeito. O funcionamento da metáfora não se dá como comparação, tampouco como desvio, e sim como uma transferência que ocorre num processo contínuo de deslizamentos que nos leva tanto ao lugar da interpretação quanto ao lugar da historicidade, conforme Prado (2010), na leitura que faz de Pêcheux (1969). Portanto, palavras e expressões etc., não significam por si mesmas e não há sentido sem metáfora, visto que este se dá numa relação entre palavras e expressões por outras palavras ou expressões (PRADO, 2010).

O efeito metafórico, portanto, no sentido postulado por Pêcheux ([1969] 1993), se dá numa tensão entre processos de paráfrase (o mesmo) e de polissemia (o diferente), permitindo tanto a continuidade quanto a ruptura. Por paráfrase, o autor compreende uma reformulação ou ainda uma atividade efetiva de reformulação; e, por polissemia, contrária à paráfrase, a ruptura na continuidade realizada pela paráfrase, sendo assim o deslocamento, o equívoco, a emergência do diferente, da multiplicidade dos sentidos no discurso. Essa tensão, portanto, evidencia, conforme Orlandi (2001), que em todo dizer há algo que se mantém e, ao mesmo tempo, direciona-se para novos sentidos.

Esses postulados constituem a base de nossas análises desenvolvidas nos capítulos 2 e 3 deste trabalho.

1.3 Estrutura organizacional dos capítulos

Este trabalho está organizado em quatro capítulos. Este primeiro que consideramos a **Introdução**, em que tecemos considerações sobre o problema de pesquisa, hipótese, objetivos, constituição do *corpus* e percurso metodológico e teórico. O segundo é intitulado **A Admissibilidade do *Impeachment* de Dilma Rousseff como acontecimento discursivo**. Nele tratamos de alguns confrontos discursivos que prefiguraram a Sessão de Votação pela Admissibilidade do *Impeachment* para então considerá-la como um acontecimento discursivo, conforme formulado por Pêcheux ([1983] 2015a). O terceiro é intitulado **Efeito-sentido nas justificativas pela admissibilidade do *Impeachment***. Nele analisamos SDs extraídas da materialidade discursiva das justificativas dos votos pela admissibilidade do *impeachment* na Câmara dos Deputados, identificando os efeito-sentido que atravessam as justificativas. O quarto capítulo que é a **Conclusão**, onde apresentamos de forma sucinta resultados das análises desenvolvidas nos capítulos 2 e 3. Por fim, apresentamos as **Referências**.

2 A ADMISSIBILIDADE DO *IMPEACHMENT* DE DILMA ROUSSEFF COMO ACONTECIMENTO DISCURSIVO

2.1 Considerações iniciais

Neste capítulo tratamos da Admissibilidade do *Impeachment* de Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados, ocorrida em 17 de abril de 2016 como um acontecimento discursivo, definido por Pêcheux ([1983] 2015a) como “[...] (o fato novo, as cifras, as primeiras declarações) em seu contexto de atualidade e no espaço de memória que ele convoca e que já começa a reorganizar [...]” (PÊCHEUX, [1983] 2015a, p. 19).

Para tanto, fazemos um percurso pelos confrontos discursivos que, também conforme Pêcheux ([1983] 2015a), são responsáveis por prefigurar discursivamente o acontecimento. Desse modo, tratamos da circulação-confronto de formulações que antecedem a Sessão de Votação pela Admissibilidade do *Impeachment*, com o objetivo de compreender seu funcionamento e como ele dá forma e figura o acontecimento, apressando a sua emergência.

2.2 Os confrontos discursivos que prefiguraram o acontecimento

Acreditamos, com Pêcheux ([1983] 2015a), que para um acontecimento emergir, funciona antes toda uma circulação-confronto de formulações, capaz de antecipar sua vinda ou mesmo de impedi-la. Esses confrontos discursivo, ainda segundo o autor, fazem trabalhar “formulações (retomadas, deslocadas, invertidas, [...])” (p. 20) muito antes do acontecimento, prefigurando-o discursivamente.

É necessário salientar, no entanto, que não é nosso objetivo neste capítulo mapear todo o confronto discursivo que precede o acontecimento, por se tratar de um grande trabalho de formulações, que não saberíamos dizer ao certo quando se inicia e tampouco quando termina, pois ele pode também prosseguir ao acontecimento.

Destacamos aqui, para melhor compreendermos o acontecimento discursivo sobre o qual tratamos ao longo deste trabalho, a circulação-confronto de discursos materializados na mídia (revista, sites de notícias e redes sociais da internet), durante o segundo mandato de Dilma. Em todos os espaços funcionaram discursos que pressupõem o acontecimento e também discursos que objetivam antecipar ou impedir sua chegada, conforme veremos mais adiante.

2.2.1 Circulação-confronto de formulações nas manifestações populares

Em 06 de junho de 2013, manifestantes foram as ruas do país em protesto contra o aumento de R\$ 0,20 (vinte centavos) na tarifa de transporte público da cidade de São Paulo – SP. O movimento foi organizado pelo Movimento Passe Livre (MPL) por meio das redes sociais da internet. Tal manifestação posteriormente cresceu, espalhando-se por diversos estados do país, com uma pauta mais expansiva (por mais investimento em saúde e educação, pelo combate à corrupção, por transporte urbano de qualidade, contra o preconceito, e principalmente contra os gastos com a construção dos estádios para a Copa do Mundo de 2014)²⁶, tornando-se um acontecimento histórico que teve grande repercussão na mídia e impacto nas diversas esferas de poder do país, além de repercutir também internacionalmente. Em 19 de junho, revogou-se em São Paulo o aumento da taxa do transporte. Depois desta data, e diante do êxito frente ao que foi pedido nos protestos, o MPL deixou de convocar manifestações, entretanto elas continuaram a acontecer, por outros motivos.

Oliveira, Costa e Neto (2013), com base em diferentes pesquisas de opinião realizadas ao longo dos manifestos por institutos de pesquisa (como o Instituto de Pesquisas Datafolha, Instituto de Pesquisa Maurício de Nassau (IPMN) e Ibope) sobre as causas das manifestações segundo os manifestantes, mostram que os primeiros protestos que ocorreram em São Paulo, devido ao aumento do preço da passagem de ônibus, impulsionaram a realização de protestos em outras cidades do país. Os autores destacam que os participantes das manifestações advinham das classes mais elevadas economicamente, ressaltando que, ainda que as manifestações representassem a insatisfação da sociedade em diversas questões, apenas duas das questões preponderaram, quais sejam: o cancelamento do aumento da tarifa de transporte coletivo e o combate a corrupção. Por fim, observam ainda que as manifestações provocaram a mudança de opinião dos indivíduos acerca das instituições.

Em sites de notícias da internet que trataram das manifestações de 2013, 2015 e 2016, identificamos e extraímos formulações como as apresentadas na rede a seguir:

- (1) É possível distinguir ao menos **três fases de protestos. A primeira teve foco na tarifa** e reuniu majoritariamente estudantes. **A segunda** – com forte apoio popular e mais efêmera – **arrastou multidões contra a baixa**

²⁶ Informações obtidas em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/veja-integra-da-pesquisa-do-ibope-sobre-os-manifestantes.html>; <http://www.ebc.com.br/cidadania/2014/06/protestos-completam-um-ano-e-violencia-policia-se-repete>; <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/06/17/onda-de-protestos-cresce-e-leva-mais-de-220-mil-brasileiros-as-ruas-de-norte-a-sul-do-pais.htm> (Acesso em 03/12/2017).

qualidade dos serviços públicos, a corrupção, a polícia e tudo o mais (Folha de S. Paulo, Editorial de “Cotidiano” – 27/12/2013).

- (2) [...] **Uns se manifestaram contra a política. Outros, em relação a uma política ou a medidas no âmbito de políticas específicas: contra o aumento das passagens; contra a repressão policial; contra a corrupção; pela qualidade dos serviços públicos; contra os gastos da Copa.**

Ainda que difusas e multifacetadas. [...]

Nas manifestações de 2015, explicitaram-se de forma clara cisões já presentes em 2013. No dia 15 de março, manifestaram-se os que têm como principal bandeira o combate à corrupção, incluindo participantes que, embora não tão jovens, foram pela primeira vez às ruas. No âmbito desta vertente dos movimentos, inclui-se a proposta de Impeachment da presidente Dilma e, de forma minoritária, a proposta do retorno à ditadura!

Outras manifestações, como a do dia 13 de março, **rejeitaram a equiparação do combate à corrupção à luta contra o governo e contra o PT, propondo a defesa de direitos, da reforma política e da Petrobrás. Outras ainda, constituíram-se em torno de temas específicos ligados à preservação de direitos, como no caso das ocorridas em todo o país contra a lei de terceirização** (Estadão, Redação de “Política e sociedade: as manifestações de rua de 2013 e 2015” - 12/05/2015).

- (3) **“Vem! Vem pra rua! Vem!” “O Gigante Acordou.” “Não é por 20 centavos.”**

Esses foram alguns dos slogans mais comuns nas manifestações de junho de 2013 quando centenas de milhares de pessoas foram para as ruas exigir mudança simultaneamente e em diferentes cidades, **refletindo a multiplicidade de bandeiras que poderiam ser classificadas como mais “festivas” (Vem! Vem pra rua! Vem!), consideradas mais conservadoras (houve quem atribuisse “O Gigante Acordou” aos mesmos setores nacionalistas que apoiaram os militares), ou ainda, bordões tidos como apartidários (Não é por 20 centavos se referia ao aumento da tarifa em São Paulo)** (UOL, “Manifestações de junho de 2013: Qual é o saldo dos protestos um ano depois?”, 11/07/2014).

- (4) Sem o comando tradicional dos partidos políticos, no dia 17 de junho, as manifestações em nove capitais e 16 outras cidades mobilizaram quase 300 mil pessoas. Em meio a problemas de mobilidade urbana, **a redução dos preços das passagens de ônibus era a principal bandeira das passeatas**, que reuniram principalmente jovens, e o estopim de um novo movimento social que varreu o Brasil.

Nas ruas os manifestantes gritavam slogans contra a corrupção, os governos e os políticos, que viraram alvos dos protestos.

[...]

Iniciadas em 6 de junho, as passeatas reuniram naquele dia apenas 5 mil manifestantes, em quatro cidades: Rio, São Paulo, Goiânia e Natal. **Em frente aos estádios onde eram realizados jogos da Copa das Confederações, manifestantes também passaram a exigir do governo e dos políticos um Brasil “Padrão Fifa”, em meio a críticas aos gastos do governo para a Copa. Entre as reivindicações, escolas e hospitais de qualidade, além de transporte barato e eficiente para melhorar a mobilidade urbana.** [...]. No Maracanã, apesar do veto da Fifa,

torcedores mostravam cartazes em vários pontos das arquibancadas, **exigindo dos governos serviços públicos melhores**. Um deles dizia: **“Corrupção também é vandalismo”**. Na abertura da Copa das Confederações, após ser vaiada, a presidente Dilma disse que as manifestações pacíficas eram legítimas e próprias da democracia.

[...]

Nas maiores manifestações da História recente do Brasil, **a população tomou as ruas para exigir o fim da corrupção e serviços públicos de qualidade** (O Globo, “O Brasil foi às ruas em junho de 2013”, 15/04/2014).

A rede de formulações de (1) a (4) sobre as manifestações, consideradas as maiores já realizadas no país, apontam insatisfação popular pelo aumento da tarifa de transporte coletivo, baixa qualidade dos serviços públicos, atuação da “classe política”, repressão policial, corrupção política, gastos com a Copa do Mundo; problemas na educação e na saúde pública, etc.

Em 2015, as ruas se tornaram, novamente, palco para os protestos²⁷ que se dividiram entre manifestantes contra o *impeachment* de Dilma Rousseff, a favor da Petrobrás, contra ajustes fiscais, contra Joaquim Levy (Ministro da Fazenda), Eduardo Cunha, contra o “golpe”, etc.; e, entre manifestantes favoráveis ao *impeachment*, que eram contra o PT, contra Lula, pelo fim da corrupção, pela intervenção militar, entre outros. Nessas manifestações, a circulação de confrontos discursivos se tornou mais acirrada confirmando a divisão do país nas ruas, como indica Brito (2016).

A circulação de confrontos discursivos nos protestos de 2015 atualiza a circulação de confrontos discursivos que ocorreram nas eleições para presidente em 2014. Podemos identificar o funcionamento da posição sujeito petista e antipetista, já identificadas por Brito (2016) nas eleições de 2014. Considerando o que defende Pêcheux ([1983] 2015a), a circulação-confronto de formulações que apontam o Brasil dividido entre petistas e antipetistas no acontecimento das eleições de 2014, prosseguiu ao acontecimento e continuou funcionando também nas ruas, em suportes midiáticos, e como veremos mais adiante, na Sessão pela Admissibilidade do *impeachment* de Dilma Rousseff, dando forma e figura ao acontecimento da abertura do processo.

²⁷ Fontes: <<http://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,cronologia-protestos-2015-a-2016,12157,0.htm>>; <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/13/politica/1450015512_142895.html>; <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/08/manifestantes-protestam-contr-o-governo-dilma-em-cidades-do-brasil.html>>; <<http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2015/03/15-de-marco-os-bprotestos-pelo-brasilb.html>> (Acesso em 05/12/2017).

2.2.2 Circulação confronto em alguns suportes midiáticos

Os resultados do trabalho de Barbosa (2014), Brito (2016) e Conceição (2018) nos ajudam, neste trabalho, a mostrar como a circulação-confronto de formulações por determinados suportes midiáticos também prefigurou o acontecimento do *impeachment*.

O trabalho de Barbosa (2014) mostra que, nas edições da revista *Veja* que circularam no período de 2010 e início de 2014, num primeiro momento, enquanto pré-candidata/candidata, Dilma Rousseff é discursivizada numa relação de proximidade a Lula, ambos ocupando a mesma posição-sujeito, diferente da posição-sujeito ocupada pelos chamados radicais do PT. Num segundo momento, entretanto, é discursivizado o distanciamento entre essas posições de sujeito ocupadas por Dilma e Lula. E, num terceiro momento, o de Dilma Rousseff enquanto presidente, é discursivizado o desvencilhamento de Dilma em relação tanto a Lula e quanto aos chamados radicais do PT. O autor mostra ainda que, na discursivização da revista, nesse período, Dilma ocupa uma posição-sujeito de não compactuar com a corrupção em seu governo, posição diferente da ocupada por Lula e pelo PT, discursivizado na posição-sujeito da corrupção,

Conceição (2018), por sua vez, analisa as capas do periódico *Veja*, que circularam durante os dois mandatos da ex-presidente Dilma, e mostra que, no segundo semestre de 2014, as duas capas que circularam antes dos primeiro e segundo turnos das Eleições Presidenciais tratam de corrupção. A capa de nº 2393, datada de 01 de outubro de 2014 (edição especial), apresenta formulação que trata do depoimento de Paulo Roberto Costa (ex-diretor de abastecimento da Petrobrás e envolvido no escândalo de corrupção da estatal) à Polícia Federal, em que afirma que a campanha eleitoral de 2010 de Dilma Rousseff foi financiada por dinheiro de esquema de corrupção da Petrobrás. E a capa 2397 da edição que circulou às vésperas do segundo turno, com data de 29 de outubro de 2014, mas posta em circulação no dia 24 de outubro, apresenta a imagem da então presidente Dilma ao lado da imagem do ex-presidente Lula, e a formulação linguística em que o doleiro Alberto Yousseff, afirma que ambos sabiam das “transações tenebrosas” que ocorriam na Petrobrás. Essas duas capas, portanto, discursivizam Dilma e Lula na mesma posição-sujeito, ou seja, a posição-sujeito favorável à corrupção.

A circulação-confronto de formulações que antecipa o acontecimento da Admissibilidade da sessão do *Impeachment* também ocorreu em suportes da mídia visual. Sobre essa questão, valem-nos do trabalho de Brito (2016). Ao tratar das eleições de 2014 e da repercussão da disputa nas redes sociais da internet, e os efeitos que ela provoca entre os

eleitores, mostra como o Brasil ressurgiu dividido politicamente nas eleições de 2014, marcado por duas posições-sujeito: a do “eleitor petista” e a do “eleitor antipetista”.

Segundo a autora, a “divisão do Brasil entre petismo e antipetismo”, eleições presidenciais de 2014, foi marcada por um funcionamento discursivo separatista nas redes sociais da internet entre os eleitores que se agrediram verbalmente, principalmente na rede social *Facebook* o que ela denominou de um “ring virtual” entre eleitores de Aécio Neves (PSDB) e de Dilma Rousseff (PT), por meio de denúncias, ofensas, falsas notícias sobre os candidatos e partidos, e ofensas entre os eleitores que se subjetivavam em posição-sujeito opostas. Enfim, o Trabalho de Brito (2016) mostra em funcionamento duas posições de sujeito de eleitor: petista e antipestista que produziram um efeito de ataque e de contra ataque com ofensas discriminatórias recíprocas na rede social.

Entendemos, pois, que a reeleição de Dilma, a ascensão e queda da sua popularidade, devido ao cenário econômico desfavorável, os desdobramentos da Operação Lava Jato, as manifestações populares contrárias e favoráveis ao *Impeachment* da então presidente, os debates dos internautas nas redes sociais da internet, são eixos de circulação-confronto de formulações que antecederam o acontecimento da Admissibilidade do *Impeachment*.

A circulação-confronto de formulações que ocorreu nas manifestações de 2013, 2015 e 2016, na mídia impressa e na virtual continua na sessão de votação, marcando o confronto discursivo entre a posição-sujeito petista e a posição-sujeito antipetista. Conforme Indursky (2011), repetir, para a AD, não quer dizer necessariamente repetir palavra por palavra algum dizer, embora tal repetição também ocorra com frequência; pode-se repetir para ressignificar, deslizar, quebrar o regime de regularização dos sentidos, como mostraremos no tópico a seguir.

2.1 O acontecimento discursivo da Admissibilidade do *impeachment* de Dilma Rousseff

O resultado da votação estampado no telão da Câmara dos Deputados, transmitido e também reproduzido e comentado por diferentes meios de comunicação de massa, representou um sentido aparentemente estabilizado, pois foi o resultado de toda circulação-confronto que o antecedeu o acontecimento. Na noite do dia 17 de abril de 2016, todo o país assistiu ao número de votos na Sessão Especial, que autorizou a abertura do pedido de *impeachment* de Dilma Rousseff.

Comentários dos jornalistas que faziam a cobertura do evento começaram a surgir instantaneamente. Em todo o mundo foi autorizado, a partir do resultado da votação, enunciar

que, no Brasil, o Poder Legislativo dava início ao processo que poderia resultar na perda do mandato da presidente Dilma Rousseff, o outro acontecimento que é analisado por Costa (2018), paralelamente a este trabalho, como dissemos no tópico 1.1 do capítulo da Introdução.

Entretanto, este evento que remete ao aparente logicamente estabilizado pela evidência das tabelas e gráficos, que apresentamos no próximo capítulo, e pela aparente transparência no seu modo de significar, é, no sentido em que compreendemos Pêcheux ([1983] 2015a), opaco. E a opacidade se inscreve no “jogo oblíquo de suas denominações” que são os enunciados. A circulação-confronto de formulações que aconteceu antes e durante a votação, mostram a não-transparência do sentido sobre o acontecimento, pois não produzem os mesmos efeito-sentido, já que os confrontos discursivos prosseguem ao acontecimento do dia 17 de abril.

Há aproximadamente 40 minutos antes do fim da sessão, às 23h08min, o voto do deputado Bruno Araújo (PSDB-PE) completou os 342 votos necessários para a autorização do processo. A partir desse momento, podemos identificar em suportes da mídia nacional e internacional, a circulação-confronto de formulações (deslocadas, repetidas e retomadas), no sentido de Pêcheux (1990), colocadas no jogo parafrástico e polissêmico e que dava continuidade ao acontecimento, como exemplificamos no conjunto de SDs, a seguir:

**1. Câmara aprova impeachment e deixa governo Dilma por um fio
Com larga vantagem, oposição imprime a mais dura derrota do governo de Dilma Rousseff e deixa mandato da petista por um fio (Exame – publicado em 17/04/2016, às 23h07min).²⁸**

2. Câmara aprova pedido de impeachment e afastamento de Dilma se aproxima (O Globo – publicado em 17/04/2016).²⁹

**3. Plenário da Câmara aprova o pedido de impeachment de Dilma
Está autorizada a instalação do processo contra a presidente no Senado.
A votação, que começou por volta das 17h e terminou às 23h40, decidiu que o processo de afastamento vai ao Senado (Estadão - 17 de abril de 2016 às 14h00min).³⁰**

**4. Câmara aprova pedido de impeachment e afastamento de Dilma se aproxima.
A Câmara dos Deputados aprovou neste domingo o pedido de abertura de processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff, tornando seu**

²⁸Fonte: <<https://exame.abril.com.br/brasil/camara-aprova-impeachment-e-deixa-governo-dilma-por-um-fio/>> (Acesso em 27/02/2018).

²⁹Fonte: <<https://oglobo.globo.com/economia/camara-aprova-pedido-de-impeachment-afastamento-de-dilma-se-aproxima-19112095>> (Acesso em 27/02/2018).

³⁰ Fonte: <<http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/ao-vivo-camara-decide-se-abre-processo-de-impeachment-de-dilma/>>(Acesso em 27/02/2018).

afastamento da Presidência praticamente irreversível (Terra – 17/04/2016 às 23h23).³¹

5. Câmara aprova processo de impeachment contra Dilma Rousseff.

Resultado da votação deste domingo indica que a voz das ruas se sobrepôs à tentativa do Planalto de cooptar parlamentares em negociações conduzidas por Lula. **Agora, caberá ao Senado definir se a presidente permanece no cargo** (Site de notícias da revista Veja – publicado em 17/04/2016 às 23h08min).³²

6. El golpe institucional contra Dilma Rousseff ya está en marcha.

La oposicion consiguio en la camara de diputados los 342 votos necesarios para iniciar el juicio politico contra la primera presidenta mujer del pais (Jornal argentino Página 12, publicado em 17 de abril de 2016, às 19h56min).³³

7. Brazil/Congress votes to impeach president Dilma Rousseff.

Government concedes after lower house overwhelmingly backs move to remove Rousseff. Who now faces vote in senate (Jornal britânico The Guardian – publicado em 18 de abril de 2016).³⁴

8. Rotundo voto contra Dilma la acerca a su destitución.

Em uma maratônica sesión, los diputados opositores consiguieron sobrepasar el número necesario para aprobar el “impeachment” de la mandataria. Ahora, el proceso avanza al Senado (Jornal argentino Clarin - publicado em 18 de abril de 2016).³⁵

9. El congreso brasileño aprueba el inicio de la destitución de Rousseff

La presidenta se encuentra ya a un paso de ser descabalgada del poder después del voto mayoritario em la Cámara para que cese, aunque el punto final del proceso será la votación em el Senado (Jornal espanhol El País – publicado em 18 de abril de 2016).³⁶

10. Brazil's Leader Is Impeached by Wide Margin in Lower House

The vote sends the case to the Senate, which will decide whether to hold a trial on charges that President Dilma Rousseff illegally used money from state-owned banks (Jornal americano New York Times – publicado em 17 de abril de 2016).³⁷

11. Brazil Lower House Votes to Impeach President Rousseff

Brazil's Congress took a giant step toward removing President Dilma Rousseff from office Sunday when the lower house voted to send the

³¹ Fonte: <<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/camara-aprova-pedido-de-impeachment-e-afastamento-de-dilma-se-aproxima,88323063f466381139f80b733e09c483wtyrcbc0.html>> Acesso em 27/02/2018.

³² Fonte: <https://veja.abril.com.br/politica/camara-aprova-processo-de-impeachment-contra-dilma-rousseff/> Acesso em 27/02/2018.

³³Fonte: <<https://www.pagina12.com.ar/diario/ultimas/20-297187-2016-04-17.html>> Acesso em 27/02/2018.

³⁴Fonte:<<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/04/imprensa-internacional-destaca-aprovacao-de-impeachment-no-brasil.html>> Acesso em 27/02/2018.

³⁵Fonte:<<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/04/imprensa-internacional-destaca-aprovacao-de-impeachment-no-brasil.html>> Acesso em 27/02/2018.

³⁶Fonte:<<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/04/imprensa-internacional-destaca-aprovacao-de-impeachment-no-brasil.html>> Acesso em 27/02/2018.

³⁷Fonte:<<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/04/imprensa-internacional-destaca-aprovacao-de-impeachment-no-brasil.html>> Acesso em 27/02/2018.

impeachment process to the Senate for trial (Jornal Americano Wall Street Journal – publicado em 17 de abril de 2016).

12. Brazil president Rousseff loses crucial impeachment vote
Lawmakers have reached the two-thirds majority needed to impeach Dilma Rousseff in a rollicking marathon session that her supporters describe as a coup. The issue goes from the lower house of Congress to the nation's Senate, which could suspend her (The Washington Post - publicado em 17 de abril de 2016).

A novidade do dia 17 de abril de 2016, a admissibilidade do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, é compreendida aqui como um acontecimento discursivo, pois instaura o acontecimento novo e convoca uma memória para reorganizá-la, desestruturá-la e reestruturá-la.

Essa rede exemplifica a circulação-confronto de formulações que resume o acontecimento em *Foi aberto o processo de Impeachment da então presidente Dilma Rousseff*, por 367 votos favoráveis e 137 contrários a abertura do processo, quando eram necessário apenas 342 votos. Essas formulações, no entanto, não são transparentes. O efeito metafórico destacado em negrito nas formulações acima resulta de uma tensão entre a paráfrase, ou o retorno ao mesmo no espaço do dizível, e a polissemia, ou o deslizamento de sentido.

Podemos dizer que as formulações postas em circulação-confronto na noite de 17 e no dia 18 de abril de 2016 marcam o encontro entre uma atualidade e uma memória e um antes e um depois do acontecimento. Há uma memória atravessada por uma série de situações inéditas na história do Brasil: a eleição do primeiro governo de esquerda a chegada do PT ao poder, a chegada de um operário ao poder, a chegada da primeira mulher a presidência do país, que marcou, como nos mostra Fonseca-Silva (2012; 2013), o funcionamento de uma posição-sujeito que representa todas as gerações de mulheres que lutaram e resistiram para ocupar a posição-sujeito de poder político, além de evocar também uma memória da história política de Dilma Rousseff, como mulher que ocupou antes a posição-sujeito político como guerrilheira que lutou contra a ditadura militar em favor da democracia do país.

Destacamos que na circulação-confronto de formulações que prosseguiu ao acontecimento da Admissibilidade do *Impeachment*, ocorrem deslizamentos de sentido sobre o resultado da votação na Câmara. Nas SDs de 1 a 12, identificamos efeitos-sentido negativos e positivos sobre o resultado da votação, o que indica a tentativa tanto de impedir quanto de apressar um outro acontecimento futuro, a aprovação do *Impeachment* no Senado.

Pêcheux ([1983] 2015a) mostra que o enunciado que marca a noite da vitória de François Mitterand como Presidente da França surgiu com uma intensidade particular como um

acontecimento discursivo: “On a gagné” [“Ganhamos”], repetiu-se entre aqueles que comemoram a vitória do então presidente.

Na noite da sessão de votação da Admissibilidade do *Impeachment*, um enunciado foi retomado, não como acontecimento, mas para reafirmar o acontecimento trabalhado antes em outros lugares, como vimos: “Tchau, querida!”. Esse enunciado foi repetido durante a votação e também em cartazes que os deputados erguiam ao longo da sessão. Tal enunciado foi retomado de uma situação bem particular e se tornou conhecido após a divulgação na mídia no dia 16 de março de 2016, de um grampo telefônico de uma conversa entre o ex-presidente Lula³⁸, e a então Presidente Dilma e, ao final, ele se despede enunciando “Tchau, querida!”. O grampo gerou um escândalo, uma vez que na conversa trataram sobre o termo de posse que nomeava Lula como Ministro Chefe da Casa Civil. Essa divulgação causou uma grande repercussão na mídia, na esfera política e na sociedade em geral, num momento de grande instabilidade, visto que à época, Lula era investigado na Operação Lava Jato, e caso assumisse o posto de Ministro da Casa Civil, faria jus à garantia do foro privilegiado, de modo que os processos nos quais figurava como réu, ainda em primeira instância, seriam remetidos de imediato ao STF.

A divulgação provocou manifestações nas ruas com o objetivo de tentar impedir a nomeação de Lula como Ministro. O diálogo revelado pelo grampo telefônico foi repetido e retomado por dias por jornalistas da mídia televisiva de jornais impressos, por usuários das redes sociais da internet. E no dia em que foi revelado, foi o assunto mais comentado nos *trending topics*³⁹ do *twitter*, além da produção de uma série de “memes”⁴⁰. Posteriormente, na mídia impressa, especificamente na revista de informação *Veja*, esse enunciado figurou como formulação na capa da edição de número 2477.

³⁸ A íntegra do que foi divulgado na mídia da conversa entre o ex-presidente Lula e a então presidente Dilma, pode ser encontrado em <<http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2016/03/pf-libera-documento-que-mostra-ligacao-entre-lula-e-dilma.html>> Acesso em 26/02/2018.

³⁹ A tradução ao pé-da-letra de Trending Topic (TT) é tópico em tendência. Mas o termo usado na versão em português, “Assuntos do Momento”, explica melhor o conceito. Quando alguém diz que tal assunto é TT da semana, isto quer dizer que o número de tuítes com uma hashtag ou palavra(s) relacionada(s) a este tópico tem sido disseminada por um vasto número de pessoas num determinado período. Quando isso acontece, o assunto entra para um ranking do Twitter de assuntos mais populares e se torna um trending topic. Fonte: <<http://tecnologia.ig.com.br/o-que-sao-e-como-funcionam-os-trending-topics/n1597175643026.html>> Acesso em 27/02/2018.

⁴⁰ Meme é um termo grego que significa imitação. O termo é bastante conhecido e utilizado no “mundo da internet”, referindo-se ao fenômeno de “viralização” de uma informação, ou seja, qualquer vídeo, imagem, frase, ideia, música e etc, que se espalhe entre vários usuários rapidamente, alcançando muita popularidade. O conceito de “meme” teria sido criado pelo zoólogo e escritor Richard Dawkins, em 1976, quando escreveu no livro *“The Selfish Gene”* (O Gene Egoísta) que tal como o gene, o meme é uma unidade de informação com capacidade de se multiplicar, através das ideias e informações que se propagam de indivíduo para indivíduo. Os memes constituem um vasto campo de estudo da Memética. Fonte: <<https://www.significados.com.br/meme/>> Acesso em 27/02/2018.

Na Sessão de Votação pela Admissibilidade, o enunciado “Tchau, querida!” que apareceu repetidamente em diversos cartazes e também repetidamente em pronunciamentos de votos favoráveis à abertura do processo, ressurgiu agora apegado ao acontecimento que tomava forma e figura à medida que os votos iam se somando no telão da Câmara, produzindo um efeito-sentido de que a votação teria um resultado favorável a abertura do processos de *Impeachment*. A expressão que surge com um efeito-sentido fraternal e carinhoso no tratamento de Lula para com Dilma, desliza-se então para um efeito-sentido de “expulsão” da então presidente do cargo, durante a Sessão de votação. Esse enunciado sobredeterminou o acontecimento, ressaltando sua equivocidade.

Concluída a votação, o resultado que admitiu a abertura do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff se inscreveu no universo de aparência do logicamente estabilizado, pois caberia perguntar, por exemplo, “quem está mesmo em vias de sair da presidência?”, “O PT?”, “A esquerda?”, “quem é a querida a que se refere a expressão?” “além das aparências? face à história?” Desse modo, após às 23h47min do dia 17 de abril de 2016, a proposição “A Câmara dos Deputados aprovou a autorização para prosseguir o processo de *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff” produziu um efeito de verdade, mas com espaço para questionamentos. O que indica que o enunciado “Tchau, querida!” que circulou durante toda a sessão e que continuou produzindo efeitos depois do resultado da votação é opaco. Essa materialidade está imersa no que Pêcheux ([1983] 2015a) denomina rede de relações associativas implícitas – paráfrases, implicações, comentários, alusões, etc – uma série de enunciados que é heterogênea, e com uma estabilidade lógica variável.

Desse modo, considerando que os confrontos discursivos prosseguem ao acontecimento, logo após o resultado da votação, outros efeitos foram produzidos a partir do enunciado “Tchau, querida!”. Houve deslizamento de sentido e o enunciado se tornou outros, tais como: “Tchau, querida democracia!”, “Tchau, querida urna eleitoral!”, “Fica, querida!”. Em seguida, após Dilma sofrer o *impeachment* e o seu vice, Michel Temer, assumir a presidência, passou a circular na mídia, principalmente na internet e nas redes sociais da internet, outros deslizamentos de sentido para a expressão “Tchau, querida!”, quais sejam: “Tchau, querida aposentadoria!”, “Tchau, querida farmácia popular!”.

Assim, a equivocidade do enunciado “Tchau, querida!” indica também que a admissibilidade do processo de *Impeachment* de Dilma Rousseff se configura como um acontecimento discursivo, uma vez que o resultado se inscreve sob a aparência do sentido logicamente estabilizado, mas constitui-se profundamente opaco, produzindo efeito-sentido diversos, no encontro entre uma atualidade e uma memória que evoca para reestruturar, qual

seja a memória da história da esquerda ou do PT no poder no Brasil, além da história das gerações de mulheres que lutaram e resistiram para se subjetivarem em posições de poder na sociedade brasileira.

Ressaltamos que a circulação-confronto de formulações prosseguiu ao acontecimento da admissibilidade do *Impeachment*, mas, aqui, não trataremos dessa questão, pois esta é tratada por Costa (2018) e Conceição (2018), em trabalhos desenvolvidos também no âmbito do LAPADis.

3 EFEITO-SENTIDO NAS JUSTIFICATIVAS PELA ADMISSIBILIDADE DO *IMPEACHMENT*

3.1 Considerações iniciais

Neste capítulo, discutimos efeito-sentido na circulação-confronto de formulações das justificativas dos votos pela admissibilidade do *Impeachment* de Dilma Rousseff. Para a análise, conforme definido no capítulo de introdução, mobilizamos conceitos do quadro teórico da Análise de Discurso, trabalhando os gestos de descrição/interpretação, que na perspectiva da AD consiste em reconhecer um real específico sobre o qual a descrição se instala: o real da língua. Conforme Pêcheux:

O objeto da linguística (o próprio da língua) aparece assim atravessado por uma divisão discursiva entre dois espaços: o da manipulação de significações estabilizadas, normatizadas por uma higiene pedagógica do pensamento, e o de transformações do sentido, escapando a qualquer norma estabelecida a priori, de um trabalho do sentido sobre o sentido, tomados no relançar indefinido das interpretações (PÊCHEUX, [1983] 2015a, p. 51).

Desse modo, nosso trabalho consiste em considerar o próprio da língua por meio do papel do equívoco, da elipse, da falha, etc. É nessa equivocidade constitutiva da língua que pretendemos realizar os gestos de descrição e interpretação, uma vez que, conforme também postula Pêcheux ([1983] 2015) “todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação” (PÊCHEUX, [1983] 2015a, p. 53).

Ressaltamos, no entanto que a AD:

não pretende se instituir em especialista da interpretação, dominando “o” sentido dos textos, mas somente construir procedimentos expondo o olhar-leitor a níveis opacos à ação estratégica de um sujeito (tais como a relação discursiva entre sintaxe e léxico no regime dos enunciados, com o efeito do interdiscurso induzido nesse regime, sob a forma do não-dito que aí emerge, como discurso outro, discurso de um outro ou discurso do Outro) (PÊCHEUX, [1983] 1999, p. 291).

Pêcheux ([1969]1993), para explicar que um discurso não pode ser analisado com um texto, utiliza como exemplo o discurso de um deputado na Câmara. Para o autor o discurso sempre é pronunciado a partir de condições de produção dadas, o que no caso de um deputado

significa dizer que este está ligado “a um partido político próximo ao governo ou um partido de oposição e portanto, é porta-voz de tal ou tal grupo que representa tal ou tal interesse, ou então está ‘isolado’ etc” (PÊCHEUX, [1969] 1993, p. 37). Desse modo, o deputado ao enunciar ocupa um lugar determinado, e, portanto, o que ele enuncia, promete ou denuncia, terá um sentido diferente a depender desse lugar em que ele se encontra.

Ainda sobre a análise do discurso político, Pêcheux ([1969] 1993) esclarece que esse processo discursivo não tem início, um discurso sempre remete a um discurso anterior, a um *já dito*. O orador, por sua vez, ao evocar um acontecimento que já foi objeto de um discurso anterior, pode fazê-lo para ressurgir, nos seus interlocutores, o discurso no qual tal acontecimento era alegado, agora relacionado à situação presente, e da qual, ainda conforme o autor, pode tirar partido. “Isso implica que o orador experimenta de certa maneira o lugar de ouvinte a partir do seu próprio lugar de orador: sua habilidade de imaginar, de preceder o ouvinte é, às vezes, decisiva se ele sabe prever, em tempo hábil, onde este ouvinte o ‘espera’” (PÊCHEUX, [1969] 1993, p. 77)

Na circulação-confronto, no sentido de Pêcheux ([1983] 195a; [1983] 1995b), de formulações que são deslocadas, repetidas ou retomadas e que se colocam no jogo parafrástico e polissêmico da Sessão de Votação pela Admissibilidade do *Impeachment* de Dilma Rousseff, identificamos uma regularidade discursiva nas justificativas que divergem do objeto da acusação que consta no pedido, qual seja: crime de responsabilidade fiscal. De 511 justificativas de votos na referida sessão, somente em 12% identificamos o efeito-sentido jurídico de *crime de responsabilidade*, efeito que motivou o pedido de abertura do processo do *Impeachment*. Em 88% das justificativas, esse efeito deslizou-se discursivamente. Nessa deriva, *corrupção*, *Deus*, *família* e *povo* se tornam motivos para que admissibilidade seja aceita, conforme indica a tabela 1, a seguir:

Tabela 1. Categorização das justificativas dos votos pela admissibilidade do *Impeachment* de Dilma Rousseff

MOTIVAÇÃO / JUSTIFICATIVA	QUANTIDADE DE VOTOS	TOTAL	%
CORRUPÇÃO	65	367	18%
DEUS	58	367	14%
FAMÍLIA	159	367	30%
POVO	221	367	60%
CRIME DE RESPONSABILIDADE	44	367	12%

Fonte: Elaboração própria.

Desse modo, além do crime de responsabilidade fiscal, cujo efeito-sentido jurídico motiva o pedido de *impeachment* de Dilma Rousseff, outros motivos produzem efeito-sentidos não previstos juridicamente para que um presidente seja impedido. Trataremos então dos votos *pelo crime de responsabilidade fiscal*, no item 3.2, *pelo combate a corrupção* no item 3.3, *pelo povo* no item 3.3, *por Deus e pela família* no item 3.4, com o objetivo não de interpretar o objeto a ela submetido, mas sim, conforme Pêcheux ([1983] 2015a), compreendê-lo em seus diferentes modos de significar.

3.2 Efeito-sentido de crime de responsabilidade e a posição-sujeito porta-voz

A instauração de um processo de *Impeachment* contra um Presidente da República, Ministro de Estado, Ministro do Supremo Tribunal Federal ou ainda de um Procurador Geral da República só é possível em caso do cometimento de crimes de responsabilidade fiscal, regulado no Brasil pela Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, devendo ser julgado pelo Senado Federal. O procedimento do *Impeachment* se dá da seguinte forma:

Por ele, depois que a Câmara dos Deputados, pelo voto da maioria absoluta dos seus membros, declara procedente a acusação, o Presidente da República, suspenso de suas funções, é submetido a julgamento perante o Senado Federal nos crimes de responsabilidade.

Este poderá destituí-lo do cargo e inhabilitá-lo, até cinco anos, para o exercício de qualquer função pública; só o fará, porém, pelo voto de dois terços dos seus membros e em sua presidência funcionará o Presidente do Supremo Tribunal Federal (PINTO, 1965, p. 10/11).

A casa não se começa pelo telhado, mas pelo alicerce. Denúncia. Apuração pela CPI, Relatório da CPI. Câmara de Deputados. Senado Federal. Assim, não se pede, imediata e diretamente o *Impeachment* do Presidente da República. *Impeachment* não é início. É fase final do *processus*. É a condenação, do denunciado, pelo Senado Federal, quando este receber a peça enviada pela Câmara de Deputados. Os documentos serão arquivados em caso contrário (CRETELLA JÚNIOR, 1992, p. 57).

Quanto ao papel que cabe a Câmara dos Deputados, segundo Cretella Júnior, (1992), somente ela pode autorizar, por dois terços de seus membros, a *instauração de processo*. No processo de acusação, existem dois momentos, o da *pronúncia* e o do *julgamento*. Não cabe à Câmara processar e tampouco julgar, funções cabíveis ao Senado. Caso os deputados, na parcela de dois terços, concluírem pela *procedência da acusação*, o colegiado, como um todo, desloca o processo para o Senado Federal para a *instauração* ou *abertura do processo*. Desse modo, conforme descreve Pinto (1965),

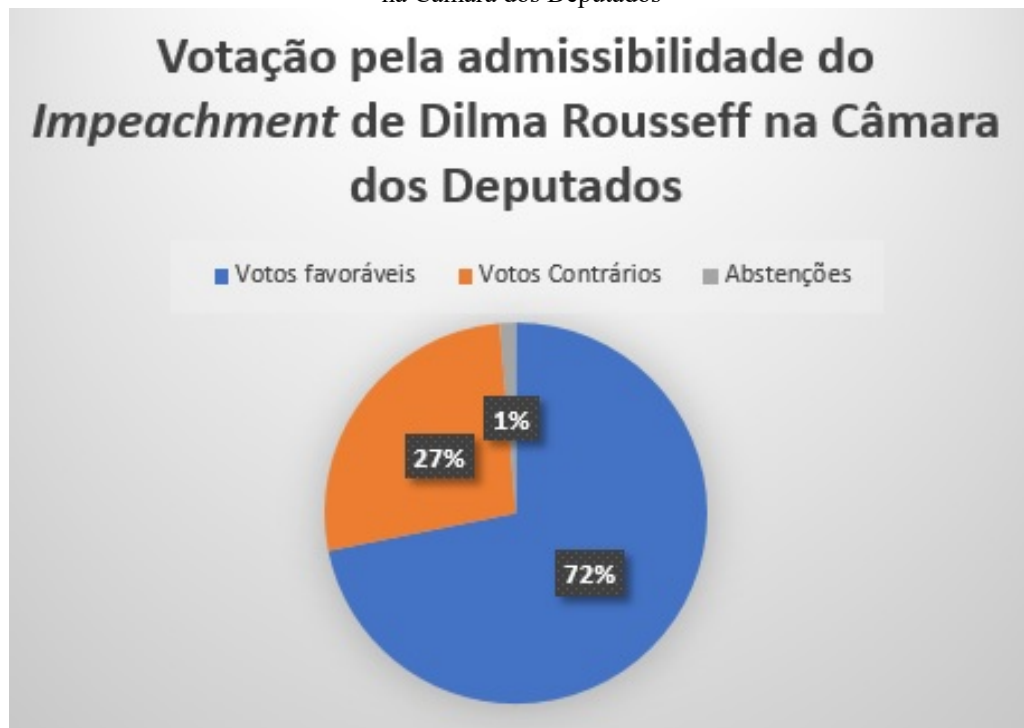
Outorgando poderes à Câmara para acusar e ao Senado para julgar, a Constituição conferiu ao Congresso, com exclusividade, a plenitude dos poderes para, conclusivamente, resolver acerca de "impeachment", iniciando-o, conduzindo-o e encerrando-o. E no exercício deles não interferem, direta ou indiretamente, nem o Executivo nem o Judiciário. (PINTO, 1965, p. 143)

Ainda de acordo com Pinto (1965), “entre nós, porém, como no direito norte-americano e argentino, o "*Impeachment*" tem feição política, não se origina senão de causas políticas, objetiva resultados políticos, é instaurado sob considerações de ordem política e julgado segundo critérios políticos [...]” (PINTO, 1965, p. 71). Em consonância, Cretella Júnior (1992) dispõe que “O *Impeachment* é procedimento político, inspirado por motivos políticos e, não raro, por isso mesmo, desvirtuado, distorcido.” (CRETELLA JÚNIOR, 1992, p. 61). Sendo assim, o autor alerta para o cuidado necessário para evitar a todo custo que, no estado de direito sobre a legalidade, a paixão política do momento prevaleça.

O pedido de *Impeachment* da então Presidente Dilma foi justificado pelos autores por ela ter cometido crime de responsabilidade. O pedido foi baseado no que prevê a materialidade discursiva da Lei de Responsabilidade Fiscal nº 1.079, de 10 de abril de 1950. Depois de aprovado pela Comissão do *Impeachment*, o relatório seguiu para a votação na Câmara dos Deputados.

Na discursividade da Sessão de Votação pela Admissibilidade do Processo de *Impeachment* de Dilma Rousseff, dos 511 votos dos Deputados e Deputadas presentes na sessão, 367 foram favoráveis a abertura do processo, 137 contrários e 7 se abstiveram, como indica gráfico a seguir:

Gráfico 1. Votação pela admissibilidade do processo de *Impeachment* de Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados

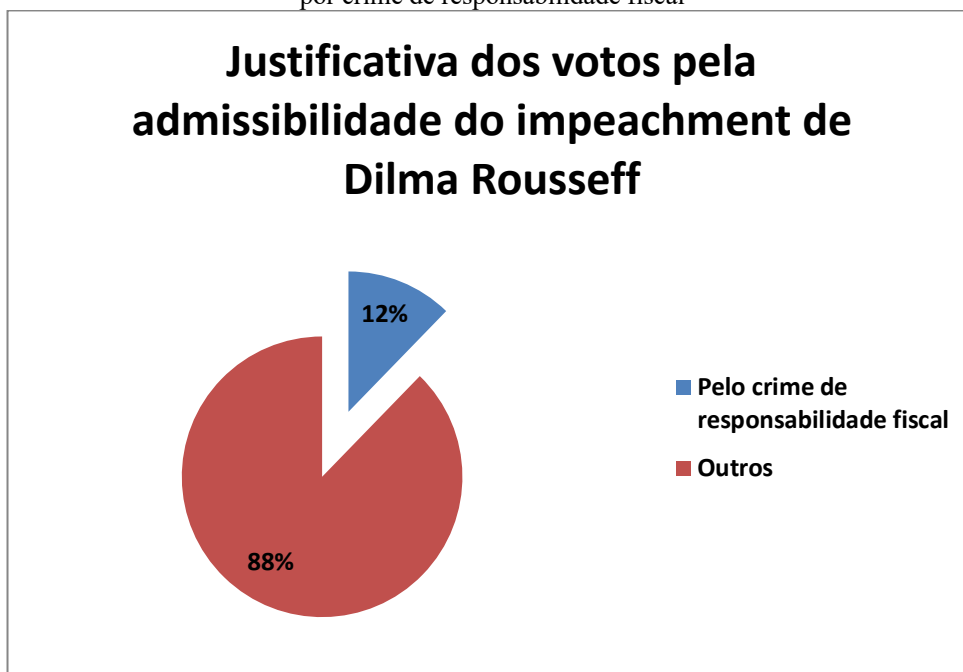


Fonte: Elaboração própria.

A novidade do dia 17 de abril de 2016 ou a admissibilidade do processo de *Impeachment* de Dilma Rousseff é compreendida aqui, conforme tratamos no capítulo 2, como um acontecimento discursivo, pois instaura o acontecimento novo e convoca uma memória para reorganizá-la, desestruturá-la e reestruturá-la. Nas justificativas dos votos favoráveis ao *Impeachment*, identificamos uma repetibilidade de justificativas pelo crime de responsabilidade fiscal do qual Dilma era acusada, mas também uma regularidade por outros motivos que diferem do objeto da acusação, a exemplo de votos por Deus, pela família, pelo povo e pelo combate à corrupção.

Assim, o primeiro conjunto de sequências discursivas (SDs) selecionado para análise, neste capítulo, diz respeito a votos pela admissibilidade do *Impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff, justificados com base no crime de responsabilidade fiscal e que perfazem um total de 45 votos, equivalente a 12% do total de votos favoráveis, conforme demonstrado no gráfico abaixo:

Gráfico 2. Votos pela admissibilidade do *Impeachment* justificados por crime de responsabilidade fiscal



Fonte: Elaboração própria.

Observamos que, nas justificativas em que identificamos o efeito-sentido de crime de responsabilidade fiscal (12% dos votos), que corresponderam a 45 dos 367 favoráveis a abertura do processo de *Impeachment*, em 11 desses votos funcionou somente o efeito de crime de responsabilidade fiscal e nos 34 votos restantes, o efeito-sentido de crime de responsabilidade funcionou junto a outros efeitos que passam pela família, pelo povo etc, conforme indicamos no gráfico 3:

Gráfico 3. Votos pela admissibilidade do *Impeachment* justificados somente pelo crime de responsabilidade fiscal e pelo crime de responsabilidade fiscal e outras justificativas



Fonte: Elaboração própria.

Desse modo, organizamos na Série I, SDs de justificativas de voto pelo crime de responsabilidade fiscal:

Série I

13. [...]. E, se as leis são para todos, se as pedaladas condenam Dilma, devem condenar também Governadores como o do meu Estado.

Sr. Beto Richa, a sua hora está chegando! Meu voto é “sim”.

Ressaltando o papel que cabe a esta Casa de julgar a admissibilidade, entendo que há elementos suficientes para o prosseguimento da ação.

Portanto, o meu voto é “sim”.

14. [...], eu estudei esse processo e posso afirmar, sem medo de errar, que o parecer do Relator está de acordo com a Constituição, com as leis que regulam o *Impeachment* com o Regimento Interno desta Casa.

Por isso, eu voto “sim” ao prosseguimento do processo.

15. [...]. É uma Presidente que cometeu as pedaladas fiscais e gerou um rombo de 60 bilhões, uma Presidente que publicou decretos sem autorização desta Casa, a Casa do Povo, causando um prejuízo de 90 bilhões, uma Presidente que infringiu a Constituição brasileira [...].

Por isso, é “sim” ao Impeachment!

16. A Presidente Dilma cometeu crime de responsabilidade.

A regra constitucional é clara. O povo coloca o Presidente no poder. Quando o Presidente da República comete crime de responsabilidade, cabe aos representantes do povo – portanto, nós – tirar aquele que cometeu o crime do cargo que ocupa como Presidente da República. E nós estamos cumprindo com a nossa obrigação perante a Constituição. Vamos votar “sim” pelo Impeachment da Presidente Dilma Rousseff.

17. [...], quero dizer que, quando este processo começou, eu não tinha opinião formada. Eu fui para a Comissão Especial, [...]. Ouvi, com toda a atenção, os denunciante, dissequei a defesa e fiz meu convencimento.

[...] a Presidente da República não cometeu um crime de responsabilidade: ela cometeu um rol de crimes de responsabilidade. Ela atentou contra o Orçamento do País, ela atentou contra a competência do Congresso Nacional, ela atentou contra a própria democracia.

[...]. Renunciei à liderança da minha bancada, para chegar a este momento aqui em paz com o meu travesseiro, que é o melhor amigo da minha consciência.

Voto “sim” pelo Impeachment! Voto “sim” pelo afastamento da Presidenta!

Na opacidade da materialidade das SDs de 13 a 17 interparafrásticas que, no sentido de Pêcheux ([1983] 2015a), são enunciados que produzem os mesmos efeitos-sentido, Dilma Rousseff cometeu crime de responsabilidade fiscal e, portanto, precisa responder pelos seus atos. Além disso, na SD 15 em “[...] eu *estudei* esse processo e *posso afirmar, sem medo de errar* [...]”, e 17, em “[...] *Ouvi, com toda a atenção, os denunciante, dissequei a defesa e fiz meu convencimento.*”, o efeito jurídico de legitimação do crime cometido pela acusada se dá pelo sujeito que, afetado pelo esquecimento, pensa ser origem do que diz e conhecedor da Lei. O efeito-sentido de legitimação pode ser observado também na SD16 em “*A regra constitucional é clara*”. Nessa formulação, convoca-se a Constituição para dar legitimidade ao ato da admissibilidade do impedimento. As SDs 13, 14, 15 e 16 também movimentam o efeito-sentido jurídico de legitimação. A SD 13 produz o efeito-sentido jurídico de crime de responsabilidade praticado por Dilma Rousseff e deve ser estendido a outros agentes políticos que deveriam ser punidos por isonomia, a exemplo de Beto Richa (PSDB – PR).

As SDs que apresentamos na Série (II), como pode ser observado adiante, indicam que, além do efeito jurídico de crime de responsabilidade fiscal, os efeitos de vontade do povo, de fé cristã e de vontade de combate à corrupção funcionam nas justificativas dos votos favoráveis à admissibilidade do impedimento.

Nas SDs da Série (II), figuram uma posição-sujeito porta-voz da vontade do povo brasileiro, de partidos políticos, da sociedade, do Estado, dos evangélicos etc. Conein (1980) define a figura do porta-voz como um enunciador que se inclui como membro de um grupo e, em nome deste, fala e se constitui “um agente coletivo em movimento” desse grupo. Guilhaumon (1989) conceitua como uma das formas históricas de representação do sujeito de enunciação. Pêcheux (1990) opera um deslocamento do porta-voz e o define dentro do quadro da Análise de Discurso como um sujeito que é:

ao mesmo tempo autor visível e testemunha ocular do acontecimento: O efeito que ele exerce falando “em nome de...” é antes de tudo um efeito visual, que determina esta conversão do olhar pela qual o invisível do acontecimento se deixa enfim ser visto: o porta-voz se expõe ao olhar do poder que ele afronta, falando em nome daqueles que ele representa, e sob o seu olhar. Dupla visibilidade (ele fala diante dos seus e parlamenta com o adversário) que o coloca em posição de negociador potencial, no centro visível de um ‘nós’ em formação e também em contato imediato com o adversário exterior [...] (PÊCHEUX, [1982] 1990, p. 17)

Assim, a posição do porta-voz é a da mediação da linguagem, em que um sujeito que integra um grupo e é reconhecido por ele, destaca-se como o centro de um “nós em formação” e ocupa um lugar de negociador com o poder constituído.

De acordo com Fontana (1997), em sua obra *Cidadãos Modernos*, essa posição ocupada pelo porta-voz, configura-se

como uma relação de destinação da palavra realizada em duas direções: do grupo para o porta-voz e através deste para o poder ou adversário, e do poder ou adversário para o grupo, passando necessariamente pelo porta-voz, direções que no discurso político contemporâneo se representam como: “povo”-líder, a primeira, e líder-“povo”, a segunda. Embora o porta-voz raramente recupere a materialidade linguística da palavra do “povo”, desde que este apagamento é constitutivo de sua configuração enunciativa como mediador (Conein, *op. Cit.*), tanto o “povo” quanto o adversário aparecem como os enunciadores originários da palavra mediada (FONTANA, 1997, p. 20-21)

Na sessão de votação da admissibilidade do *Impeachment* de Dilma Rousseff, a figura do porta-voz funcionou no jogo discursivo da circulação-confronto de formulações. Os parlamentares favoráveis ao impedimento, como representantes da população, expressavam a demanda do “povo” contra o inimigo comum: o Partido dos Trabalhadores, em ambas as direções (povo-líder e líder-povo), como pode ser observado nas SDs da Série (II) a seguir:

Série (II)⁴¹

18. Cumprindo a minha obrigação constitucional de legislador e de fiscalizador, eu acolho a denúncia dos juristas que foi apresentada contra a Presidente Dilma Rousseff. **Também, fazendo um julgamento político, creio que não é o melhor Governo para este País.** Mas, Sr. Presidente, com todo respeito institucional que tenho por V.Exa., **espero que também esta Casa tenha a coerência de fazer com que o processo contra V. Ex.^a. progrida, para que esta Casa também seja passada a limpo.**

[...] Pelo Brasil, pelo meu Estado e pela honra da minha família, eu voto “sim”.

19. Pelos fundamentos do cristianismo, em defesa dos princípios da administração pública, porque ninguém está acima da lei, eu voto “sim”.

20. Em nome do povo brasileiro, por amor a este País, aos paranaenses de Curitiba, [...], e sabendo que este Governo não tem maioria no Parlamento – em qualquer Parlamento do mundo, quando não se tem maioria, só se tem um terço, não tem como governar. Na Europa, troca-se o Governo que não tem maioria. Pelos crimes de responsabilidade e de lesa-pátria cometidos pela Presidente Dilma, voto “sim”, pelo Brasil.

21. Sr. Presidente, [...]. É a segunda vez que tenho que votar contra um gestor que cometeu improbidade administrativa.

Como na primeira vez, eu voto pelo meu Mato Grosso do Sul. Pela juventude do meu Brasil, eu voto “sim”.

Tchau, querida!

22. Sr. Presidente, **demonstrada a existência de crime de responsabilidade, contra a corrupção estrutural e sistêmica, que ofende a probidade da administração, contra o desgoverno, [...], eu voto “sim” ao Impeachment.**

23. Eu quero dizer a todos que chega o momento de se valer da Constituição, de se valer do Regimento da Casa. De dar uma demonstração nesta tarde e ouvir a sintonia das vozes das ruas. Então, pelo meu Estado Democrático, pelo meu filho Matheus Floriano, [...], “sim”.

24. Sr. Presidente [...], tenho presenciado aqui uma incoerência de um discurso humanista com uma prática inconsequente, rasteira e mentirosa. Por isso tudo e também pelo crime de responsabilidade cometido, [...], meu voto é “sim”!

25. Sr. Presidente, [...], a decisão unânime do PMDB de Minas Gerais levou em conta, primeiro, o relatório do Deputado Jovair Arantes. Em segundo lugar, pesou muito o descalabro econômico que nós estamos vivendo. Nós temos o recuo das políticas sociais, nós temos a saúde que está em frangalhos, temos uma educação que está cada vez mais com dificuldades, os recursos do FIES estão sendo reduzidos.

⁴¹ Iguais a essas temos mais 22 SDs.

Então, a pergunta que perpassou a nossa decisão unânime foi: o Brasil dá conta de esperar até 2018?

Portanto, o meu voto, [...], é “sim”.

26. Com a convicção de que este Governo da Presidenta Dilma, corrupto e mentiroso, cometeu crime de responsabilidade fiscal e sonhando com um Governo sem corrupção, na esperança de que o próximo Presidente governe para o Brasil e não para o seu partido, aproveitando para homenagear o Ministério Público, [...], eu voto “sim”.

27. Estão presentes os pressupostos políticos e jurídicos que caracterizam crime de responsabilidade da Presidente. Essa grande manifestação do Parlamento brasileiro é o sentimento da maioria da sociedade brasileira.

Por Pernambuco, pelo meu líder Eduardo Campos, pelo Brasil, eu voto “sim”.

28. Sr. Presidente, pelo respeito à Constituição Federal, pelo respeito às outras leis do ordenamento jurídico do nosso País que regulamentam o crime de responsabilidade civil, pelo povo do Brasil, pelo povo do Rio Grande do Norte, por todos aqueles que ocupam as ruas do nosso Brasil, para pedir mudanças para este País, pelas famílias que estão desempregadas [...], eu voto “sim” ao Impeachment da Presidente Dilma.

29. [...] a Presidente Dilma Rousseff vai receber o Impeachment desta Casa porque é incompetente administrativamente e porque não tem relação política com o Congresso Nacional.

O meu voto é “sim”.

30. Por uma nova chance para o Brasil, reconhecendo a legitimidade do processo constitucional que estamos movendo, pelo meu Amazonas, voto “sim”.

31. Sr. Presidente, [...] e com a convicção de que a Constituição Federal ampara esta sessão; pelo povo brasileiro; pelo Distrito Federal; pela nação evangélica e cristã e pela paz de Jerusalém, eu voto “sim”.

32. [...]. Em respeito ao meu povo, que me mandou para cá [...], de um povo que foi enganado no castelo de mentiras que elegeu a Presidenta Dilma, no segundo mandato de um Governo que cometeu erros que o Advogado-Geral da União não conseguiu defender, pois são indefensáveis, e para garantir o respeito à Constituição brasileira e a responsabilidade fiscal, eu voto “sim” ao afastamento da Presidenta Dilma.

Na circulação-confronto de formulações-reformulações apresentadas na Série (II), há uma relação interparafrástica que produz o mesmo efeito-sentido sobre os votos favoráveis à admissibilidade pelo crime de responsabilidade cometido pela ex-Presidente Dilma que deve, por isso, ser penalizada. Entretanto, ao efeito-sentido de crime de responsabilidade, somam-se os efeitos de motivação do voto pelo povo brasileiro, pelos fundamentos do cristianismo, pelo amor ao país, por ser um governo que não tem maioria no parlamento, pelos estados, pelos

jovens, pelo combate a corrupção, pela família, pelo problema econômico que o país enfrenta, etc.

Como já mencionado, a Constituição Federal de 1988 prevê o *Impeachment* somente em casos da prática do crime de responsabilidade. Entretanto, por se tratar de um processo que é não somente jurídico mais essencialmente político, são produzidos outros efeito-sentido que destoam dos da acusação.

Desse modo, nos votos analisados na série (II), observamos efeito-sentido que indicavam a possibilidade de realização do *Impeachment*, por outras razões, conforme observamos na SD24 “*Por isso tudo e também pelo crime de responsabilidade cometido [...]*”, e na SD25 “[...] *levou em conta, primeiro, o relatório do Deputado Jovair Arantes. Em segundo lugar, pesou muito o descalabro econômico que nós estamos vivendo[...]*”. Há ainda, nas SDs 20, 28 e 29, o atravessamento de um discurso que justifica o acontecimento do *Impeachment* com base na falta de apoio parlamentar, visto que isto implicaria a ingovernabilidade da então presidente.

Na SD21, também produzindo um efeito-sentido de equidade na aplicação da Lei, com vimos mais acima na SD1 da Série I, Eduardo Cunha (PMDB – RJ) que no momento presidia a sessão, também deveria sofrer um processo pela mesma Casa Legislativa. Ressaltamos que Eduardo Cunha à época, estava respondendo a um processo na CPI, por quebra de decoro parlamentar.

As SDs 20, 24, 26, 29 e 32 atualizam uma memória sobre o governo da esquerda⁴², uma memória que mostra o PT como um partido que defende as causas humanitárias, que prega a

⁴² Para explicitar o que estamos chamando de esquerda, e compreendermos os deslizamentos de sentido que este ítem lexical sofreu no *corpus* em análise, faz-se necessário traçarmos algumas considerações sobre como a esquerda se constitui e como ela se configura nos dias atuais. De acordo com Freitas (2004), o surgimento dos termos “esquerda” e “direita” originou-se durante a Revolução Francesa. Na Assembleia Constituinte, aqueles que eram favoráveis e apoiavam o antigo regime, ou seja, os conservadores, se posicionavam originalmente do lado direito do parlamento, enquanto que aqueles defensores da nova ordem social e política, apoiadores da mudança, sentavam-se do lado esquerdo. Assim, nessa básica distinção, as concepções esquerda e direita adquiriram um significado fundamentalmente político. Assim como Freitas (2004), Bresser-Pereira (2006), com base nos estudos de Sader (1995), diz que a esquerda, então, de caráter contestatório, representa um conjunto de forças que luta por transformações na ordem social e política, de modo a instaurar uma nova ordem ou reformular a ordem vigente. A direita, por sua vez, representa forças que lutam para manter a ordem social e política, pela conservação do sistema vigente, o capitalismo, visando interesses econômicos, sociais e políticos do seu grupo. Bresser-Pereira (2006) por sua vez, salienta que a direita mantém-se unida com poucas divisões internas, o que se dá devido ao interesse interno do capital, comum a todo o grupo, enquanto a esquerda conta com valores e ideais que divergem entre si, provocando divisões no grupo, que formam quatro tipos diferentes de esquerda, quais sejam: a extrema esquerda, a esquerda utópica, a esquerda burocrático-sindical, e a centro-esquerda. Freitas (2004) e Bresser-Pereira (2006) defendem que após o fim da bipolaridade mundial entre capitalismo e socialismo que orientou toda a ordem política mundial durante anos, a contraposição esquerda-direita passou a se expressar fundamentalmente na contraposição mercado *versus* justiça social, caracterizada principalmente pela emergência e ascensão do neoliberalismo. Ambos os autores acreditam que a esquerda nos dias atuais, inclusive no Brasil, não aponta alternativas ao sistema capitalista, mas um caminho de modernização para este sistema, que difere daquele

igualdade de direitos, ideais historicamente relacionados à esquerda, com uma atualidade, em que o sujeito reinscreve esse “já dito” para ir de encontro a ele, numa formulação em que o PT, na verdade, comporta-se como um partido inconsequente, mentiroso e rasteiro, contradizendo sua própria bandeira de luta. Há aqui a atualização de saberes sobre os governos de esquerda e sobre o PT, que já circularam antes em outro lugar e agora retornam reformulados e refutados.

Nas SDs da série (II), a circulação-confronto de formulações das manifestações de 2013/2015 e 2016 são atualizadas, produzindo efeitos de memória sobre a corrupção, sobre a crise econômica do país e sobre os efeitos da esquerda no poder. A circulação-confronto atualiza, na Sessão de votação pela admissibilidade, efeito-sentido de prática da corrupção no governo Dilma, de crise econômica do país e de incompetência administrativa da ex-Presidente para governar, legitimando os motivos pelos quais emergiu o “Fora Dilma” nas ruas e agora esse mesmo “Fora” é retomado na abertura do processo de *Impeachment*.

Nas SDs de 18 a 32 funciona a posição-sujeito porta-voz, respectivamente do povo cristão, do povo brasileiro, dos manifestantes, do Partido político (PMDB de Minas Gerais), do povo brasileiro e do Estado, da nação evangélica e cristã, e dos eleitores do representante e eleitores de Dilma que se arrependeram do voto. Nessas SDs, o sujeito como porta-voz é delineado sob a ilusão de representar ou intermediar uma vontade dos grupos aos quais representa. Entretanto, o discurso que atravessa as SDs citadas não podem ser atribuídos ao “povo”, como originário da demanda, uma vez que, assim como percebe Fontana (1997), aqui também, não há nenhuma identidade (embora discursivamente construída) entre a palavra do porta-voz e certos reclamos ou clamores populares. Os grupos representados pelo sujeito porta-voz são considerados unos e indivisos, bem como o anseio dos mesmos. A nação Evangélica, o povo brasileiro, os manifestantes etc., são delineados sob a ilusão de, na sua totalidade, pedirem a saída da então presidente, pelo sujeito porta-voz que se configura enunciativamente com um discurso para o povo, na direção líder - povo, ao invés de apresentar-se como uma fala em nome do ou pelo “povo”.

Fontana (1997) afirma que “a posição-sujeito porta-voz, permite encobrir, sob a ilusão de uma função enunciativa de mediação ou de representação, uma fala que só implica uma função de destinação” (FONTANA, 1997, p. 21). Assim, aqueles que não se identificam com a essa posição-sujeito, têm sua voz silenciada. A autora, com base em Pêcheux ([1982] 1990),

apontado pelo neoliberalismo, de modo que não se pode dizer que a dicotomia esquerda-direita está instinta, uma vez que se percebe vias de modernização e desenvolvimento sendo apresentadas de forma conflitante e com base em princípios opostos. Freitas (2004) acredita ainda que essa nova esquerda está distanciando-se dos ideias comunistas e socialistas, aproximando-se de ideais que visam uma reformulação do sistema capitalista, que deve seguir se modernizando e desenvolvendo, porém com mais humanidade e menos desigualdade.

trata da *dupla visibilidade* em relação à figura do porta-voz. Pêcheux descreve o porta-voz como simultaneamente ator visível e testemunha ocular do acontecimento. Ou seja, participa, como ator, das ações do grupo e se destaca deste como alvo privilegiado do olhar alheio. Já enquanto testemunha, se diferencia do grupo, devido a um olhar reflexivo que lhe permite uma conversão do olhar por meio do qual o invisível do acontecimento se deixar ser visto. Assim, a figura do porta-voz é constituída por uma tensão contraditória, em que funcionam opostos:

por um lado, processos discursivos de identificação, que reúnem porta-voz e representados sob a ilusão do mesmo; por outro lado, processos discursivos de diferenciação, que distinguem e destacam o porta-voz do grupo que ele representa, definindo-o no espaço semântico do diferente. Movimento pendular de inclusão/exclusão do porta-voz no grupo enunciatário do qual ele é o centro visível (FONTANA, 1997, p. 22).

Na circulação-confronto de formulações da Sessão da Admissibilidade a posição-sujeito porta-voz tem, pois, destaque. O povo assistiu, por meio dos meios de comunicação de massa, a legitimação da posição do porta-voz, “a confirmação documentária da cena rousseaneana do contrato social, pela qual a sociedade se constitui em *Povo* e, como tal, delega o poder político ao Estado” (FONTANA, 1997, p. 60). Conforme Fontana (1987), para que esse contrato funcione, faz-se necessário que esse mesmo povo que delega o poder esteja livre de qualquer indício de divisão interna, precisa tornar-se uno e indiviso, com uma vontade única. Na Sessão de Admissibilidade, a construção desse povo uno e indiviso acontece e essa voz uníssona ressoa pela posição-sujeito do porta-voz, que constrói a ilusão de uma vontade coletiva que ele expressa como representante, na tentativa de estender a autoridade e legitimidade que tem como representante de um determinado grupo, para falar em nome de todo o povo brasileiro, ou de todo o povo cristão e evangélico etc., silenciando e emudecendo a voz daqueles que não se identificam com essa posição-sujeito.

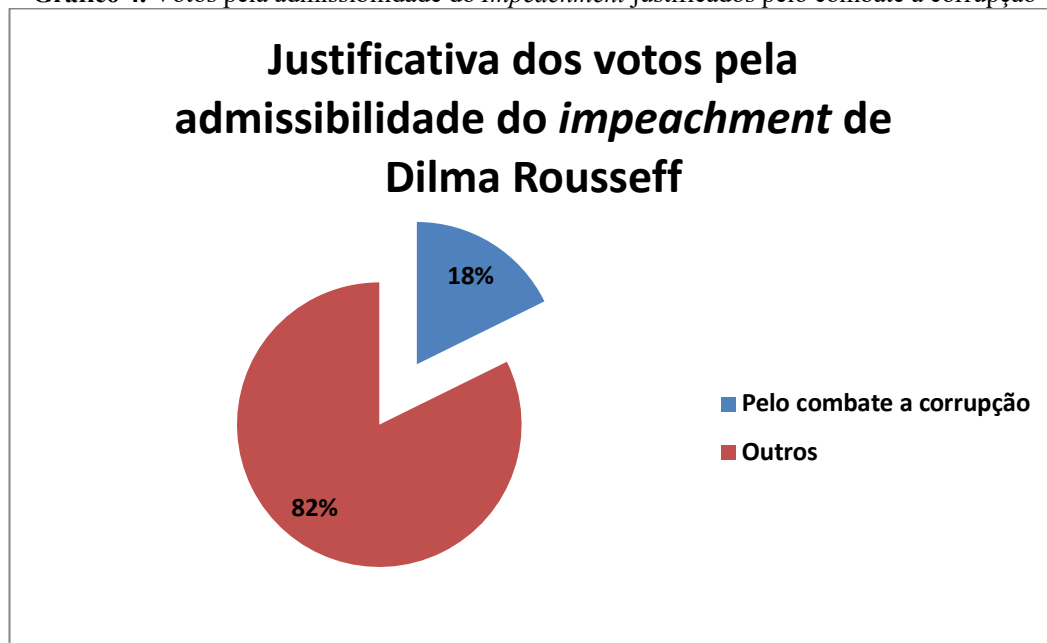
3.3 Efeito-sentido de crime de corrupção e a posição sujeito porta-voz

Embora o efeito de crime de corrupção não apareça no pedido de abertura do processo, e, conforme afirma Barbosa (2014), Dilma ocupe uma relação de distanciamento com esse efeito que já estava lá nos três primeiros anos de seu mandato na discursivização da mídia, foi em seu segundo mandato que o maior escândalo de corrupção se apresentou por meio da deflagração da “Operação Lava Jato” pela polícia federal. Disto resultou que o efeito-sentido

de crime de responsabilidade fiscal derivou também para o efeito-sentido de crime de corrupção como motivo da admissibilidade do processo de *Impeachment* de Dilma Rousseff.

Nos confrontos discursivos que antecederam e prefiguraram o acontecimento da admissibilidade, efeito-sentido sobre crime de corrupção e combate a esse tipo de crime atravessaram com grande peso a circulação-confronto de formulações nas manifestações populares, nos meios da mídia impressa e virtual, etc. Nas justificativas pela admissibilidade, esse efeito aparece em 65 dos 367 votos, conforme indicado no gráfico abaixo:

Gráfico 4. Votos pela admissibilidade do *Impeachment* justificados pelo combate a corrupção



Fonte: Elaboração própria.

Nas justificativas do votos em que esse efeito-sentido pode ser identificado, há o encontro de uma atualidade, em que se vota pela abertura do processo de *Impeachment* contra a então presidente, e uma memória em que se dá o confronto discursivo sobre a corrupção política do PT, indicadas nos escândalos que apareceram nos 12 anos de governo, conforme destacado nas SDs que seguem.

Série (III)⁴³

33. **Sr. Presidente, voto com a coerência de quem sempre fez oposição ao PT, apontando os seus erros, os seus equívocos e as suas mentiras, apontando os crimes de responsabilidade que causaram um rombo no**

⁴³ Iguais a estas SDs temos mais 20.

Orçamento e essa farra com o dinheiro público, cuja conta quem paga é o cidadão. [...], roubaram o dinheiro dos aposentados nos fundos de pensão. [...], meu voto é “sim”, Sr. Presidente.

34. Sr. Presidente, **esta não é uma história de ricos contra pobres nem da direita contra a esquerda, mas é da Nação contra a corrupção.** Eu voto “sim”, Sr. Presidente!

35. [...]; **para combater o projeto de poder e de corrupção do Lula e do PT;** [...], voto “sim” pelo Impeachment.

36. [...], **por um tempo novo contra essa corrupção.** Voto “sim” ao Impeachment!

37. Sr. Presidente, [...], **contra a corrupção estrutural e sistêmica, que ofende a probidade da administração, contra o desgoverno,** [...], eu voto “sim” ao Impeachment.

38. Sr. Presidente, **ao contrário do que muitos querem fazer crer, uma eleição não dá o direito de saquear o Brasil.** [...]. É “sim”, pelo Impeachment! **Fora, PT! Fora, roubalheira!**

39. [...], **em nome do povo cristão, que detesta a corrupção,** o meu voto é “sim”.

Já dizia Olavo de Carvalho, na década de 90, que o PT daria no Brasil PT – Perda Total.

40. [...] em homenagem e em resposta aos milhares de brasileiros que, pelas ruas do País, [...], **que nos cobram, nos exigem e nos chamam para responder afirmativamente contra a corrupção,** [...]. A resposta é “sim”.

41. [...], eu digo “não” à corrupção, eu digo “não” à fraude fiscal, eu digo “não” ao estelionato eleitoral, eu digo “não” à obstrução da Justiça. **Cinquenta milhões de votos não é biombo que autorize o assalto do País.** [...], eu digo “sim” ao Impeachment.

42. **10. Com a convicção de que este Governo da Presidenta Dilma, corrupto e mentiroso,** [...] e sonhando com um Governo sem corrupção, [...], eu voto “sim”.

43. **11. [...]; em respeito ao povo brasileiro, que não suporta mais este desgoverno de tanta corrupção;** [...] Meu voto é “sim”, a favor do Brasil!

44. **12. Sr. Presidente, [...], contra a corrupção, contra a mentira, contra o populismo,** [...], voto “sim” pelo afastamento da Presidente Dilma.

45. **13. [...], mas, quanto à Presidente Dilma, eu tenho pena por ela não ter entendido que vale muito mais a pena insistir no empreendedorismo do Brasil, insistir que cada cidadão e que cada cidadã construa sua própria vida do que fazer esse assistencialismo e esse populismo que assaltou o Brasil.**

Por isso, Sr. Presidente, [...], eu voto “sim” ao Impeachment!

46. **14. Sr. Presidente, pelo País sério que todos nós sonhamos e queremos, por um País sem mensalão, sem petrolão,** [...], eu voto “sim”.

47. 15. Sr. Presidente, meu voto é “sim”, [...]. **Aqui temos que julgar o mensalão, inclusive, e começar a voltar no tempo para ver como isso começou. Quanto maior forem as provocações, mais voltaremos no tempo. Vamos ver o petrolão, porque esse processo contra Dilma Rousseff permitirá fortalecer a Lava-Jato e aprofundar as investigações do petrolão.**

48. 16. Sr. Presidente, [...], voto “sim”, **contra a corrupção, contra a dilapidação das empresas estatais e dos fundos de pensão [...].**

49. **Contra a ladroeira, contra a imposição desse partido de esquerda, que quer transformar este Brasil numa ditadura de esquerda,** o meu voto é “sim”. [...], voto “sim”.

Nessa série, identificamos o funcionamento da posição sujeito porta-voz nas SDs 33, 34, 39, 40, 43, 46 e 48. Na SD 33, funciona o porta-voz dos aposentados; nas SDs, 34, 40, 43 e 46, o porta-voz da nação e do povo brasileiro; na SD 39, o porta-voz dos cristãos; na SD 48, o porta-voz das empresas estatais e de fundo de pensão. O telespectador que assistiu a sessão em tempo real era convocado a se reconhecer e a legitimar a posição-sujeito porta-voz, ocupada por aqueles que votaram a favor da admissibilidade do *Impeachment*.

As SDs de 33 a 49 repetem, retomam e atualizam a circulação-confronto de formulações com efeitos negativos sobre o PT, principalmente nos casos do Mensalão e do Petrolão. Sobre o escândalo do “Mensalão” deflagrado em 2005, no período do governo Lula, Machado (2013) destaca que:

[...] por meio de duas entrevistas com o então Deputado Roberto Jeferson (PTB-RJ), revelou um complexo esquema de corrupção, mediante ‘pagamento de uma mesada a partidos e líderes da base aliada do governo de Lula, para captação de apoio nas votações de projetos legislativos de interesse do governo’. Pelas denúncias que foram ganhando forma e sentido ao longo da cobertura noticiosa, empresas do publicitário Marcos Valério teriam recebido 135,9 milhões de reais para pagamento de políticos de cinco partidos (PT, PMDB, PP, PL e PTB), recursos usados, de acordo com a alegação dos envolvidos, para quitar dívidas eleitorais do PT e financiar ilegalmente campanhas eleitorais dos parlamentares e partidos da base aliada (MACHADO, 2013, p. 13-14).

[...] Tratou-se, portanto, de uma estratégia política-ideológica de preservação e ampliação de poder institucional e da governabilidade, já que estavam em pauta reformas estruturais que suprimiam ou flexibilizavam direitos sociais ou desmontavam os mecanismos do Estado Provedor em sua transição para o Estado Regulador, destacando-se as Reformas Previdenciária, Tributária e Trabalhista-Sindical (MACHADO, 2013, p. 14).

Em 2014, no governo Dilma, a Polícia Federal deflagrou a “Operação Lava Jato”⁴⁴, um conjunto de investigações ainda em curso no país, que objetiva apurar o que já era considerado pelo Ministério Público como o maior esquema de corrupção e lavagem de dinheiro do país, que movimentou bilhões de reais ilicitamente e envolvia/envolve a Petrobrás, grandes empreiteiras e políticos, incluindo nomes ligados ao governo Dilma. Apesar dos escândalos, o PT venceu as eleições, tanto em 2006 (ano da crise do “Mensalão”), como em 2014 (ano da crise do “petrolão”).

Essas SDs retomam e atualizam a circulação-confronto de formulações que produzem efeito-sentido de incompetência da esquerda brasileira para governar. A esquerda, conforme Bresser-Pereira (2006), distingue-se em quatro tipos: a extrema esquerda, a esquerda utópica, a esquerda burocrático-sindical e a centro-esquerda.

Segundo Bresser-Pereira (2006), o grupo revolucionário vê, na democracia atual, uma forma de dominação e, por isso, objetiva tomar o poder revolucionariamente, para implementar um novo sistema (sistema socialista) que o autor acredita estar mais para um estatismo, considerando o que ocorreu em todas as sociedades que realizaram revoluções que se pretendiam socialistas, a exemplo da Rússia. Já a esquerda utópica atua como uma força crítica das sociedades capitalistas contemporâneas, no intuito de fazer prevalecer na sociedade a justiça social, a solidariedade e a paz. A esquerda burocrático-sindical, por sua vez, participa do sistema democrático, na burocracia do Estado e nos sindicatos, se autodenomina esquerda e mantém um discurso formalmente socialista. Por fim, a centro-esquerda, segundo o autor, é um movimento reformista, que não almeja implantar o socialismo e sim governar o capitalismo de modo a reformá-lo, de modo a garantir o fortalecimento dos direitos sociais e proporcionar a igualdade.

A esquerda brasileira, conforme Bresser-Pereira (2006), consiste numa contraposição ao neoliberalismo. Esse espaço que intermedia a extrema esquerda e a centro esquerda, seria a esquerda anti-neoliberal, que busca governar o capitalismo, priorizando a justiça social, sem perder de vista o desenvolvimento e a modernização do país. Entretanto, a “esquerda” de que trata as SDs de 33 a 49 produz um efeito-sentido de homogeneidade. Nessas SDs, identificamos um retorno ao mesmo no espaço do dizível do sujeito porta-voz sobre a esquerda como uma posição política autoritária, que visa manter-se no poder, visto que o PT no Brasil já

⁴⁴ Mais informações sobre a operação Lava Jato podem ser encontradas numa página criada no site do Ministério Público Federal para facilitar o acesso às informações sobre a operação pela população. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/para-o-cidadao/caso-lava-jato/entenda-o-caso> (Acesso em 31/10/2017).

governava há 14 anos⁴⁵. Na atualidade dessas SDs, há uma memória sobre os governos latino americanos, sulamericanos de partidos de esquerda que se mantêm no poder por meio de programas e projetos sociais considerados populistas e assistencialistas, a exemplo dos que funcionaram nos governos do PT, como os programa "Bolsa Família", "Fome Zero", "Brasil sorridente" etc.

Nas SDs da série (IV) que apresentamos a seguir, podemos identificar que o combate ao crime de corrupção é também justificativa para admissibilidade do *Impeachment*:

Série (IV)⁴⁶

50. Sr. Presidente, **chega de roubalheira no Brasil! Chega de safadeza! Chega de tanta corrupção! Lugar de bandido é na cadeia, não é no Palácio do Governo.**

Por isso, Sr. Presidente, eu voto “sim”. Eu voto “sim” porque não há golpe, há Impeachment!

Presidente, tchau, querida!

51. [...]. **Estamos legitimados pelo povo brasileiro para dizer um “basta” para a roubalheira.** É “sim”, [...].

52. Pelo Brasil; [...] e **pelo fim da corrupção no Brasil**, eu voto “sim”.

53. [...]. Eu queria aqui, [...], votar “sim” [...], **por um Brasil [...] sem corrupção.**

54. Sr. Presidente, [...]. **E o que nós estamos votando hoje é o combate à corrupção, é o fim da corrupção.**
[...], voto “sim”!

55. Sr. Presidente, neste momento histórico que vivo, agradeço a Deus por ter a oportunidade de ajudar o meu povo a **limpar este País de mazelas, corrupção e malfeitos.**
[...], o meu voto é “sim”.

56. Sr. Presidente, [...], **por uma nova história do Brasil que vai varrer os corruptos que estão no Governo** e onde vão viver os meus filhos e os meus netos. “Sim”, Sr. Presidente.

Nas SDs de 50 a 56, identificamos efeito-sentido de que o fim da corrupção se dará pelo *impeachment*. Nessas SDs, os termos “varrer” e “limpar” produzem efeito-sentido sobre o PT, relacionando-o a sujeira, poeira, lixo, detrito que precisa ser “varrido”, “empurrado”, “expulso”

⁴⁵ Eleição e reeleição do Ex-Presidente Lula, eleito nos quadriênios: 2002/2006 e 2006/2010, e eleição e reeleição da então Presidente Dilma, eleita nos quadriênios: 2011/2014 e 2015/2018._

⁴⁶ Iguais a essas, temos mais 4 SDs.

do país. A SD51 é marcada também pela posição-sujeito porta-voz do povo brasileiro que reafirma seu lugar de poder político para falar “em nome de”. Nessa SD, há também “uma ilusória relação de diálogo, em que a voz (o poder político e a demanda) circula simetricamente como efeito de um processo duplo de delegação: o líder como porta-voz do povo e, reciprocamente, o povo como porta-voz (herdeiro) do seu líder.” (FONTANA, 1997, p. 61). Assim, o porta-voz se diz apto a votar “sim” em lugar do “povo” a que representa, “povo” esse, imaginariamente constituído de um corpo coletivo uno e indiviso que quer as mesmas coisas, que deseja e anseia o mesmo voto, favorável ao impedimento.

O efeito-sentido de que o PT é origem da corrupção no Brasil e dos problemas econômicos pelo qual o país atravessa pode ser identificado nas SDs a seguir:

Série (V)

57. [...], **contra um partido que aparelhou o nosso País, que se utiliza da política externa nacional para financiar ditaduras bolivarianas sanguinárias com recursos do País, [...], por melhores dias para o nosso País, livre dessa quadrilha que se entranhou em nosso seio**, com todo o coração voto “sim”.
Fora, Dilma!

58. [...], **precisamos reconstruir o País, arrasado pela quadrilha do PT**. [...], “sim” ao impedimento da Presidente da República!

As SDs 57 e 58 indicam que a política nacional e externa no governo do PT arrasaram com o país e de que este financiou países da América Latina cujos governos eram/é de esquerda: “ditaduras bolivarianas sanguinárias”. A SD58 indica que o Brasil sofreu um retrocesso durante o governo do PT, que o destruiu, o que produz um efeito de que a esquerda não contribuiu para o crescimento do país enquanto esteve no poder, mas, ao contrário, destruiu o que o país já havia construído. Essa série de formulações também atualiza uma memória dos escândalos de corrupção que ocorreram durante o governo do PT, associando o partido à prática corrupta, neste caso, sendo responsável pela “institucionalização” da prática. Ou seja, há um efeito de memória de que o PT fez da corrupção uma prática institucionalizada.

O efeito-sentido de fim do PT com a admissibilidade do *Impeachment* também pode ser observado nas SDs da Série VI

Série (VI)

59. Sr. Presidente, [...] **e para quebrar a espinha dorsal dessa quadrilha**, eu voto “sim”, Sr. Presidente.
60. Sr. Presidente, [...] **pelo fim da facção criminosa “lulopetista”, fim da “pelegagem” da CUT, fim da CUT e seus marginais**. Viva a Lava-Jato, a República de Curitiba! E a minha bandeira nunca será vermelha! “Sim”, Presidente!
61. Sr. Presidente, **se 342 votos eu tivesse, 342 votos eu daria para salvar o País dessa corrupção, dessa ladroagem que se chama PT**. O meu voto é “sim”.
62. [...] **e contra a boquinha do PT, pelo fim da boquinha do PT e do PCdoB**, eu voto “sim”, Sr. Presidente.
63. **Para extirpar da vida nacional essa organização criminosa que sequestrou a Bahia e o Brasil**, [...], e este campo-formosense vota “sim”.

A relação parafrástica das SDs de 59 a 63 produzem efeito-sentido de que a admissibilidade do *Impeachment* da Presidente Dilma é necessária para que o governo do PT e o próprio PT, que tem o efeito ilusório de origem de práticas de corrupção, tenham fim, sejam apagados, esquecidos.

Essas SDs atualizam o efeito-sentido de que os programas sociais do governo do PT eram meios de práticas de corrupção. A “espinha dorsal” é utilizada no sentido figurado para significar a “coluna” do PT, a parte mais importante e responsável por manter o PT “de pé”. Nas SDs destacadas, o *Impeachment* de Dilma Rousseff implicaria erradicação do Partido dos Trabalhadores, que seria extinto não apenas do poder, mas do país. Essas SDs produzem efeito de que o PT é uma quadrilha ou organização/facção criminosa que precisa ser extinta do país, um partido que remunera a “vagabundização”, e que, portanto, precisa ser erradicado, extirpado, destruído.

Por fim, identificamos também efeito-sentido que indicam que a corrupção no Brasil não se dá apenas no governo federal, como também em outras esferas:

Série (VII)

64. [...], **pelo fim da corrupção em todos os espaços de poder**, eu voto “sim”.
65. [...]; **por um País mais altivo, livre da corrupção de todos; por Lula e Dilma na cadeia**; voto “sim” ao *Impeachment*, Sr. Presidente.

66. Sr. Presidente, [...]. **Para mim, se a impunidade tem uma mãe, tem uma origem, tem um DNA, essa é a corrupção. Por acreditar em poder contribuir com o combate à corrupção, com o combate à impunidade, em todos os níveis de governo, inclusive, nesta Casa, da direita e da esquerda, eu voto “sim”.**

67. [...]. **É muita soberba abrir lombos bilionários nos cofres públicos e achar que não vai acontecer nada. É muita soberba, mas que isso sirva de exemplo para cada um de nós, tanto para os Deputados que compõem a base do Governo quanto para os Deputados da Oposição. A soberba precede à queda. Meu voto é “sim”, Sr. Presidente.**

68. Sr. Presidente, [...], eu voto “sim”, **contra a corrupção, venha ela de que partido vier.**

69. [...], **nós pedimos, punição exemplar contra aqueles políticos que se juntaram a alguns empreiteiros milionários que estão roubando o Brasil há mais de 20 anos, dos mais diversos partidos e Governos, conforme se confirma na Lava Jato. [...] e precisamos encontrar um caminho para que ninguém nunca mais roube no Brasil [...].**
Eu voto “sim” pelo Impeachment.

Na série VII acima, há uma relação interparafrástica em que ressoam efeito-sentido de que o governo federal é corrupto, porém a corrupção não se dá somente nessa esfera de governo, mas em outras esferas de poder. A SD36 produz um efeito de que a corrupção ocorre em todos os espaços de poder. Já a SD37 produz um efeito de que todos praticam corrupção, e, autorizando o *Impeachment*, o país estará se livrando da corrupção. Na SD38, a corrupção não está somente no governo federal, como também em todos os níveis de governo, na própria casa legislativa, em ambos os lados que votam a favor e contra na sessão, visto que está na direita e na esquerda. Na SD39 observamos o atravessamento de um discurso religioso “a soberba precede a queda”, que está em um versículo bíblico, no livro de Provérbios capítulo 16:18, e produz um efeito de que ninguém está impune, ou que todos serão julgados de acordo as suas ações, de modo que o que está ocorrendo com Dilma deve servir de exemplo a todos os legisladores da casa, de ambos os lados. Produz assim um efeito de que todos aqueles que cometem atos de corrupção serão punidos, ou ainda, “abrir lombos milionários nos cofres públicos”, ou seja, praticar atos de corrupção não seria uma suposta prática apenas da então Presidente Dilma, mas que na própria casa legislativa tais práticas também acontecem, visto que o acontecimento daquela noite deve servir de exemplo aos legisladores. Na SD40, há um discurso de que a corrupção pode ocorrer em qualquer partido político e deve ser combatida sem restrição. Por fim, a SD41 produz um efeito de que os mais diversos partidos e governos

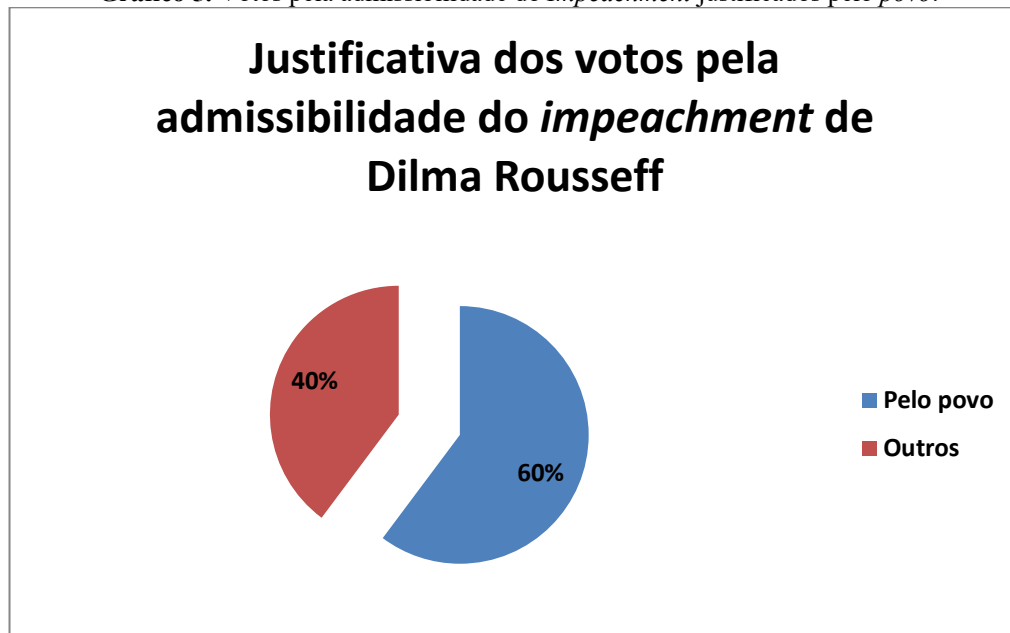
tem praticado atos de corrupção e precisam ser punidos. Nas SDs em questão, funciona um discurso segundo o qual a corrupção não se dá em um único lugar, não acontece somente no governo federal, mas funciona em diversos lugares, incluindo na própria casa legislativa. Votar “sim”, portanto, implica também combater a corrupção não apenas no governo federal, mas onde quer que ela esteja. Há ainda a atualização de uma memória de que a corrupção é um mal que precisa ser combatido, nesse caso, onde quer que ela se encontre.

Observamos ainda a atualização de uma memória de que "todo o político é corrupto", frase que circula no senso comum e que já significa antes em outro lugar, que agora é reformulada e passa a re-significar, uma vez que a corrupção é um crime passível de ser praticado em todos os lugares de poder político, pelos sujeito políticos que os ocupam.

3.4 Sentido e posição-sujeito porta-voz do povo⁴⁷

Nas justificativas dos votos pela admissibilidade, em que o povo aparece, votos pelo *povo*, verificamos uma repetibilidade em 221 deles, o que representou 60% dos votos, conforme demonstramos no gráfico que segue:

Gráfico 5. Votos pela admissibilidade do *Impeachment* justificados pelo *povo*.



Fonte: Elaboração própria.

⁴⁷ Ressaltamos que se enquadram neste tópico não apenas os votos em que se observou a ocorrência do item lexical “povo”, mas também o que consideramos sinônimos que também designam o povo brasileiro, tais como: brasileiros e brasileiras, mulheres, jovens, crianças, trabalhadores, manifestantes, eleitores, etc.

Conforme postulado por Pêcheux ([1975] 1988), “uma palavra, uma expressão ou uma proposição não têm um sentido que lhes seja próprio, preso a sua literalidade, nem, tampouco, sentidos deriváveis a partir dessa literalidade” (PÊCHEUX, [1975] 1988, p. 262). Assim o autor questiona a noção de literalidade, de onde advém esse efeito de transparência da linguagem, para mostrar que o sentido não está preso a uma palavra ou expressão, mas é produzido a partir das relações que estabelece com a língua e a história, em redes de formulações em que as palavras ou expressões estão inscritas.

Nesse tópico “pelo povo”, especificamente, identificamos em todas as SDs a posição-sujeito porta-voz, que fala em nome desse “povo”. Constrói-se assim, ao longo da sessão de votação, a ilusória relação de interlocução entre ‘o povo’ e seu líder. Essa posição se afirma e constrói um “Nós” que funciona como um lugar discursivo coletivo, uno e indiferenciado, onde povo e líder são conjuntamente constituídos, numa ilusão de uma constante relação dialógica. Assim, no acontecimento da admissibilidade, povo e legislativo são definidos por um *pacto dialógico* em que o porta-voz se destaca do grupo, numa imaginária relação de representação, como também destaca Fontana (1997), numa “operação de universalização, pela qual essa operação primeira de divisão interna é apagada pela legitimação jurídico institucional do poder do Estado” (FONTANA, 1997, p. 73). Ou seja, todo o “povo” a quem o porta-voz representa, é universalizado, sem diferenças e nem divisões.

A autora questiona a palavra do representante do povo como sendo uma metáfora (substituta) ou metonímia (tradução) política da língua legítima do povo. Para tanto, evoca Rousseau, que se opõe às concepções jurídicas do contrato social e defende a metonímia política, pois, para ele, a palavra do representante não está no lugar da palavra do povo, mas sim é sua expressão imediata. Ainda conforme a autora, Rousseau defende a teoria da representação política, de modo que

o ato pelo qual o povo se constitui a si mesmo em *povo*, isto é, o ato de interpelação política dos indivíduos – já interpelados juridicamente como cidadãos pelo *Discurso dos Direitos dos Homens* –, que os constitui em sujeito político sobre a forma genérica da denominação *povo*, precede necessariamente ao ato de constituição do poder político, ou seja ao ato de eleição do seu representante e é, portanto, o verdadeiro e único fundamento legítimo da sociedade civil. Dessa maneira, para que a palavra do representante seja legítima, ela deve coincidir necessariamente com a do povo representado e, para isto, é preciso que ela se institua no instante mesmo em que o povo se constitui como *povo* (FONTANA, 1997, p. 74).

Nas justificativas em que o *povo* se constitui em sujeito político, foi possível notar diferentes níveis de significação para este item lexical (*povo*), que não remete a coletividade, mas a grupos específicos de pessoas que representam uma parcela do todo. Essa ocorrência nos direcionou para analisar a forma de representação do item lexical *povo* nos discursos e ainda como este se configurava. Tais ocorrências são demonstradas na tabela que segue:

Tabela 2. Representação do item lexical *povo* nas justificativas dos votos pela admissibilidade
Representação do item lexical *povo*

Nível	Descrição
Povo – A	Apoiadores do <i>Impeachment</i>
Povo – B	Manifestantes favoráveis ao <i>Impeachment</i>
Povo – C	Eleitores

Fonte: Elaboração própria.

Temos assim, três representações diferentes para o item lexical “povo” utilizado na sessão de votação de abertura do processo de *Impeachment*. Trataremos de cada representação e suas formas de significar nas análises adiante.

Na série (VIII), observamos o funcionamento do item lexical *povo* que, aparentemente, representa toda a coletividade de brasileiros, mas que se trata, na verdade, do nível Povo - A discriminado na tabela 2a, e, portanto, representa os brasileiros que são favoráveis ao *Impeachment* de Dilma Rousseff, conforme observamos nas SDs seguintes:

Série (VIII)⁴⁸

70. Sr. Presidente, nem a favor do PMDB nem a favor do PT, **com a consciência do povo brasileiro** eu voto “sim”. [...].

71. Sr. Presidente, [...] **houve uma tentativa muito clara no meu Estado e na cidade de Manaus, por parte dos meus adversários, sem eu nunca ter dito o meu voto, de me jogar contra o povo. Eu fui um dos deputados mais votados na Capital do Amazonas. O meu lado é o do povo.** [...], voto com o povo. O meu voto é “sim”.

⁴⁸ Iguais a estes, temos mais 125 excertos.

72. Sr. Presidente, eu disse no meu relatório que o povo do meu Estado de Goiás, que o povo brasileiro, que a juventude brasileira merece uma nova chance. Esta é a nova chance!

E peço ao povo brasileiro que, através de seu trabalho, respeite, a partir de agora, um Parlamento que sempre defendeu o povo, que é a Câmara dos Deputados da República Federativa do Brasil.

[...]! Meu voto é “sim”.

73. Sr. Presidente, em 1992, eu estava nesta Casa e votei “sim”, junto com o povo brasileiro.

Pelo meu povo honrado de Mato Grosso, [...], eu voto “sim”.

74. [...], mas eu não posso deixar de atender aos pedidos que chegam a mim, pelas redes sociais (palmas), para que nós demos uma nova oportunidade ao povo brasileiro, tão necessária, diante dessa crise política que levou a uma economia desastrosa, desenfreada, desandada.

[...]. Meu voto é “sim”.

75. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, foi-me dada a honra, pelo povo do Rio Grande do Sul, de estar nesta Casa. E é carregando a esperança de todos os gaúchos que eu voto “sim”.

76. Sr. Presidente, [...], em nome de todo o povo do Estado do Pará, eu voto “sim”.

77. [...], sobretudo em razão da vontade, uma vontade manifesta, clara e sincera do povo de Minas, [...], o meu voto é “sim”.

78. Sr. Presidente, para chegar a esta Casa pedimos confiança à população.

[...], a população inteira pede mudança. A população não aceita este modelo administrativo implantado no País. A minha população, através dos vários segmentos da sociedade, fez com que se decidisse neste instante o futuro do Brasil, que precisa de todos. Precisamos nos unir num Governo de coalizão, para o futuro deste País. [...], voto “sim”!

79. [...], o Ceará é feito por homens e mulheres de bem. Em respeito ao meu povo, [...], de um povo que foi enganado no castelo de mentiras que elegeu a Presidenta Dilma, [...], eu voto “sim” ao afastamento da Presidenta Dilma.

80. Por todos aqueles brasileiros que foram enganados por este Governo, [...], por todos aqueles que produzem e trabalham neste Brasil, pelos nossos agricultores que nos alimentam todos os dias, [...], voto “sim”, Sr. Presidente.

81. Sr. Presidente, eu voto com a maioria do povo brasileiro. [...], do futuro de todos os brasileiros. [...] Meu voto é “sim”.

82. Sr. Presidente, [...]. Essa grande manifestação do Parlamento brasileiro é o sentimento da maioria da sociedade brasileira. [...], eu voto “sim”.

83. Pela minha cidade Criciúma, pela maioria do povo do meu Estado e por uma esperança para o Brasil, voto “sim”.

84. **Pelas baianas e baianos que querem um País decente, [...], digo que o povo brasileiro não é refém deste momento, mas passageiro rumo ao futuro e ao seu melhor destino.**

[...], voto “sim”, pelo Impeachment.

85. [...]. **Estamos legitimados pelo povo brasileiro para dizer um “basta” para a roubalheira.**

É “sim”, de esperança num novo futuro para o nosso Brasil.

86. Sr. Presidente, [...].

[...]. **Neste momento histórico, nós somos o povo brasileiro, nós somos a Pátria.**

[...], eu voto “sim”, Sr. Presidente, pelo Impeachment.

Embora o emprego de *povo* seja com a intenção de universalizar todos os brasileiros, considerando-os um só coletivo, como observamos na expressão “a população inteira pede mudança”, o *povo* a que se referem as formulações acima não corresponde a coletividade dos brasileiros, visto que uma parcela significativa da população considerava o pedido de *Impeachment* de Dilma Rousseff como um “golpe” à democracia. Assim, o emprego de “povo” é *partitivo*⁴⁹, vez que só se pode estar “legitimado” para votar sim, por aqueles que comungam dos mesmos ideais. Desse modo, nas SDs de 70 a 78 e nas SDs 85 e 86, observamos o funcionamento de um discurso que universaliza o povo brasileiro, pois votar com o “povo” ou com a “consciência do povo” ou estar “do lado do povo”, ou ainda dar uma “nova oportunidade ao povo brasileiro”, implica necessariamente votar “sim”. Justifica-se assim o voto pela admissibilidade em razão da vontade do *povo*.

A posição-sujeito porta-voz funciona em todas as SDs da série VIII. Na SD71, observamos que tal funcionamento se dá de modo que votar pela admissibilidade é estar ao lado do povo. O sujeito, para se constituir porta-voz, precisar falar “pelo povo”, o que neste caso implica votar pela admissibilidade.

Na SD72, o sujeito porta-voz tenta legitimar a casa legislativa perante o povo. Há o funcionamento de um efeito-sentido de que o “povo brasileiro” não respeita o parlamento, não se identifica com os representantes eleitos e que não acredita que representa ou que defende os interesses do povo. Nessa caso, observamos um discurso “para o povo” e não “do povo”. O sujeito porta-voz clama o respeito do povo pela casa legislativa, alegando que esta casa sempre defendeu os interesses do povo. Conforme Fontana (1997) o porta-voz é constituído por uma

⁴⁹ Termo utilizado por Indursky em seu livro *A fala dos quartéis e as outras vozes* (2013), quando analisa a construção discursiva do outro, especificamente no tópico 2.1.2 *POVO como representação do outro*, no discurso presidencial dos militares no período da ditadura militar.

contradição que afeta seu funcionamento enunciativo, qual seja a de que essa representação é produzida “a partir de processos discursivos de identificação e de diferenciação que igualam/distinguem ao mesmo tempo o porta-voz do grupo enunciatário que ele representa” (FONTANA, 1997, p. 76). Na SD em questão, portanto, o discurso do sujeito porta-voz se dá no processo de diferenciação, que se distancia do discurso do “povo”.

Já na SD78, na enunciação do sujeito porta-voz, atravessa um discurso de legitimação do seu lugar como representante do povo, como pode ser observado em “**para chegar a esta Casa pedimos confiança à população**”, para então funcionar nesse lugar de porta-voz e ilusoriamente falar “pelo povo”, num efeito de universalização dos anseios da população brasileira, que no caso deseja mudança de governo. Ao votar, o porta-voz faz parecer que o seu voto foi decidido com base no pedido direto do grupo ao qual ele representa “*A minha população, através dos vários segmentos da sociedade, fez com que se decidisse neste instante o futuro do Brasil, que precisa de todos.*” Aqui observamos o funcionamento discursivo na direção povo-líder, em que o povo diz o que o líder deve falar, produzindo uma ilusão de diálogo e interlocução entre o representante e os representados, quando na verdade o seu discurso possui uma função de destinação. Observamos ainda nessa SD um efeito de que país e governo estão desunidos, e que se faz necessário unir-se (o país e o governo), fato que supostamente ocorrerá se o *impeachment* acontecer.

Nas SDs 85 e 86, o discurso do sujeito porta-voz funciona como substituto do discurso do “povo” representado, como observamos em “Estamos legitimados pelo povo brasileiro para dizer um “basta” para a roubalheira.”, e em “Neste momento histórico, nós somos o povo brasileiro, nós somos a Pátria.” Nesse caso, o seu discurso o afasta do discurso do “povo”, do grupo que originou o discurso e o legitima em uma nova função enunciativa: ‘falar do lugar de’ funciona então discursivamente como “falar do lugar próprio” (ORLANDI, 1987, *apud* FONTANA, 1997, p. 84).

Ao tratar de um estudo realizado por Conein sobre o surgimento da posição do porta-voz na Revolução Francesa, Pêcheux (1990) observa que os agentes políticos deixam de se dirigir ao povo, para dirigirem-se ao sujeito porta-voz do povo e com ele dialogar. Este, por sua vez, não introduz o que o povo diz ou disse (p. 18). O autor mostra que, constituída a figura do porta-voz, não é mais possível que o povo ocupe o lugar de orador, caso contrário, a função do porta-voz seria anulada. Assim, o porta-voz, autorizado e legitimado, age como um mediador entre o seu grupo e o outro a quem se dirige. No entanto, como afirma Indursky (1997), o porta-voz pode também usurpar ou silenciar a voz do grupo. É o que podemos perceber na série VIII de SDs, em que a voz do povo brasileiro é silenciada e usurpada por um sujeito que é porta-voz

de um determinado grupo, porém fala em nome de todos, provocando a ilusão de que todo o povo brasileiro tem o mesmo anseio e deseja, em unanimidade, a saída da então Presidente.

As SDs de 70 a 78 constroem a significação de *povo* relacionada a pessoas que foram enganadas pelo PT nas eleições e durante o governo, o que produz um efeito de que o PT mentiu e enganou nas eleições de 2014. É o que podemos observar em “*de um povo que foi enganado no castelo de mentiras que elegeu a Presidenta Dilma*” e “*Por todos aqueles brasileiros que foram enganados por este Governo*”. Ou seja, trata-se aqui de eleitores que apoiaram Dilma Rousseff, mas agora são favoráveis a sua saída da presidência, agrupando-se ao nível de *povo* – A, antipetistas e apoiadores do *Impeachment*.

As SDs 80, 81, 82 e 83 produzem um efeito de que a “maioria” do povo brasileiro deseja a saída de Dilma Rousseff, o que mostra o reconhecimento de que não se trata da totalidade dos brasileiros, mas, também, trata-se do nível Povo – A. Entretanto, a separação aparece, embora se considere nesse discurso, que a maior parte da população almeja o *Impeachment*.

No *corpus* discursivo deste trabalho, identificamos oito ocorrências de *povo* com efeito de maior número de brasileiros. Na SD 84, por sua vez, também identificamos um discurso que não universaliza *povo*, mas também o divide. Podemos observar, em “*Pelas baianas e baianos que querem um País decente*”, o que significa dizer que existem baianas e baianos que não querem um país decente, logo, existe um outro grupo de baianas e baianos que não é favorável a admissibilidade do processo contra Dilma Rousseff. Assim, nas SDs de 81 a 84, identificamos um discurso que reconhece a existência de um *povo* contrário ao *Impeachment*, mas que é reduzido à minoria. Essa redução também legitima o discursos dos parlamentares que buscam a aprovação do *povo* para falar de um lugar que respeita a democracia.

Nesse caso, podemos afirmar que, da posição-sujeito em que se enuncia esse discurso, ser “povo brasileiro” implica necessariamente apoiar o *Impeachment*. Assim como afirma Indursky em *A fala dos quartéis e as outras vozes* (2013), em que a autora analisa discursos políticos dos presidentes militares da época da Ditadura, aqui, como nas falas dos militares, atravessa um discurso sobre o povo e não um discurso do povo, que visa unificar o país, produzindo um efeito de que todos os brasileiros almejam a saída de Dilma Rousseff do poder. Desse modo, o sujeito inscrito na posição sujeito favorável ao *Impeachment* se coloca como o intérprete dos anseios de todo o povo, e assim, ao falar, dá-lhe voz, assumindo aqui a função de porta-voz do povo. Produz-se então um efeito-sentido de universalidade do povo que, conforme Brito (2016), não está unido, mas dividido em petistas e antipeetistas. Esse efeito de divisão, no entanto, quase não aparece nas formulações de quem pretende falar em nome de todos, fazendo parecer uníssono um anseio que é partitivo.

Esse ato de universalizar um anseio partitivo e pertencente a apenas um lado do país, investe o discurso do sujeito de autoridade, porque fala-se em nome dos que apoiam o *Impeachment*, mas como se falasse em nome de toda a sociedade, efeito que também aparece nos discursos políticos analisados por Indursky (2013), o que faz parecer que é algo recorrente no jogo discursivo do discurso político. O político precisa revestir o seu discurso de autoridade para ser acreditado pela população, principalmente num estado democrático, e os deputados foram eleitos pelo povo e a este povo precisa representar. Assim, o sujeito instaura a ilusão de um discurso universal ao falar em nome de todo o povo brasileiro e se legitima diante da população que acompanha a votação.

As SDs da série (IX) estão numa relação interparafrástica e produzem o sentido de que os votos pela admissibilidade do *Impeachment* se justificam pela vontade do povo, pelo bem do povo. Nesse caso, o *povo* representa os manifestantes que estão nas ruas protestando pelo *Impeachment*, indicado na Tabela 2 (Povo – B – Manifestantes favoráveis ao *Impeachment*)

Série (IX) – Pelos manifestantes.⁵⁰

87. [...] e pelo povo brasileiro que foi às ruas pedindo mudanças e um Brasil melhor [...]. Eu voto “sim”.
88. [...]; pelo povo de Santa Catarina, que vai às ruas protestar contra a corrupção, eu voto “sim”.
89. [...], em honra do povo do Paraná e das pessoas de bem que querem tirar uma oligarquia instalada neste poder, eu voto “sim” pelo Impeachment.
90. O povo do Paraná pede o voto “sim”. Espero que nós continuemos a ouvir a voz das ruas.
O meu voto é “sim”.
91. Sr. Presidente, [...], pelo povo que foi às ruas do Brasil de verde e amarelo [...], eu voto “sim”.
92. Pelo povo de São Paulo nas ruas, com o espírito dos revolucionários de 1932; [...], é “sim”. E Lula e Dilma na cadeia.
93. Sr. Presidente, este é o momento de silenciarmos a nossa voz e o nosso coração e de ouvirmos a voz que vem das ruas inundadas de verde-amarelo no Brasil.
[...].

⁵⁰ Iguais a essas, temos mais 22 SDs.

94. Sr. Presidente, [...], **em um momento este País escolheu a bandeira vermelha, mas viu que errou e quer novamente o verde-amarelo, a ordem e o progresso.**

Esse povo que está aí fora não veio da Venezuela, não veio da Coreia do Norte.

[...].

95. Sr. Presidente, [...]. **Quero fazer homenagem aqui aos brasileiros de bem, àqueles milhões que foram às ruas para reivindicar mudanças, e mudança é o Impeachment.**

[...], voto “sim”, Sr. Presidente.

96. [...]; **pelos evangélicos do meu Estado; pelos movimentos sociais, Movimento Brasil Livre – MBL, Vem Pra Rua, Revoltados Online e todos os outros que ocuparam as ruas deste País;** [...]; voto “sim” ao Impeachment, Sr. Presidente

97. [...].

Na certeza de que, sem o movimento popular das ruas do Brasil, nós não teríamos a votação que nós tivemos hoje, em respeito a todos que foram às ruas, aos milhares de brasileiros, [...], eu voto “sim”.

98. Sr. Presidente, [...]. **A voz do povo ecoará na Casa do Povo.** [...], digo “sim” ao Impeachment.

99. **Os dois lados da rua pedem ética na política.** [...]. **Em nome dos desempregados** [...], eu voto “sim”.

Rosário (2008) analisa a constituição da função enunciativa do porta-voz no discurso jornalístico-político de *Zero-Hora* (ZH) sobre o governo Olívio Dutra e afirma que o jornal, na posição-sujeito porta-voz do discurso do povo gaúcho, fala, na verdade em nome de uma parcela da população, e silencia, por outro lado, uma outra parcela, configurando-se assim como um porta-voz não-legítimo e não autorizado do povo gaúcho. Do mesmo modo, na sessão da admissibilidade, por meio do uso contínuo de itens lexicais como “povo brasileiro”, “nação brasileira”, “povo do meu estado de Goiás”, “povo do Rio Grande do Sul” etc., o sujeito porta-voz busca estender sua autoridade e legitimidade como representante de um todo, produzindo um efeito de que fala em nome de todos, quando, e veremos mais adiante, fala por um determinado grupo, silenciando e emudecendo outros grupos que não se identificam com essa posição-sujeito.

Ressaltamos que, embora as ruas tenham se dividido entre manifestantes favoráveis e contrários ao *Impeachment*, nessa série observamos que *manifestantes*, refere-se apenas aos que apoiam o impedimento. “Ouvir a voz das ruas” aqui, implica necessariamente ouvir a voz de um lado das ruas e silenciar o outro. *Povo* representa os manifestantes que saíram, vestindo o verde e amarelo, pedindo “Fora Dilma” e “Fora PT” pelas ruas em diversos estados do país e

não o grupo que saiu de vermelho pedindo a permanência da então Presidente Dilma com mensagens como “Não vai ter golpe”.

Aqui funciona um efeito de que a admissibilidade do *Impeachment* foi autorizada pelo povo brasileiro. Os representantes do povo, apenas como *porta-voz* expressam uma vontade que é do povo-B, que foi recomendada a eles dizer, visto que esse *povo* está nas ruas pedindo e expressando a sua vontade, se manifestando a respeito da votação. Nesse caso, o processo discursivo se dá na direção povo-líder, vez que o líder funciona aqui como mediador de um anseio do grupo, media então a voz desse grupo que foi às ruas pedir a saída da então presidente. Tal justificativa produz um efeito de legitimação do discurso do sujeito, pois “a voz do povo ecoará na casa do povo”, não há nada mais legítimo e democrático do que o povo decidir sobre as questões políticas do país. Entretanto, funciona, também aqui, o efeito de universalização de *povo*, como se apenas os brasileiros pró-*Impeachment* estivessem se manifestando pelas ruas do país.

Na SD93, observamos uma suposta relação de diálogo entre o sujeito porta-voz e o grupo ao qual ele representa, de modo que ele escuta o grupo, como observamos no trecho “e de ouvirmos a voz que vem das ruas” e então transmite a mensagem que vem do povo executando-a, ao votar “sim” pela abertura do processo. Para que isso ocorra, essa “voz que vem das ruas”, na verdade, trata-se da voz que vem de um dos lados das ruas. Identificamos mais uma vez um efeito totalizante, que considera apenas o lado do povo-B.

Na SD94, identificamos um efeito-sentido de arrependimento do eleitor, atribuído pelo sujeito do discurso, o que pode ser constatado em “em um momento este País escolheu a bandeira vermelha, mas viu que errou e quer novamente o verde-amarelo, a ordem e o progresso”. Temos aqui o funcionamento de um efeito metafórico que desliza o sentido simbólico das cores. O uso do verbo “errou” evidencia a interpretação de que a cor vermelha carrega um valor negativo, enquanto as cores verde-amarelo, representam valores positivos. Há aqui um efeito de que o governo de direita no Brasil representa as origens do país, já o governo de esquerda, destoa e se afasta do patriotismo do país, de modo que a saída de Dilma implicaria num retorno ao nacionalismo. Ressoa ainda aqui um efeito de memória da cor vermelha associada ao Socialismo e ao Comunismo, o que diverge do governo brasileiro, que é capitalista. Assim, o governo do PT é significado como um governo que diverge dos governos anteriores, visto que é a primeira vez em que um governo de esquerda assume a liderança do país.

Já na SD95, funciona um discurso de que as pessoas que foram às ruas em favor da saída de Dilma são consideradas “cidadãos de bem”, e, portanto, um efeito de que existem pessoas

que não são “de bem”, no caso, aqueles que não apóiam o *Impeachment*, de modo que atribui-se um valor positivo aos favoráveis e um valor negativo aos que são contrários ao afastamento de Dilma Rousseff.

Na SD99, identificamos um discurso de reconhecimento da divisão das ruas do país em dois lados, pró e contra o *Impeachment de Dilma*. Funciona, entretanto, um efeito de universalidade quanto ao anseio de ambos os lados, conforme verificamos em “Os dois lados da rua pedem ética na política”. Logo, embora aqui apareça a divisão, surge de modo a unificá-la num só propósito.

Nas SDs da série (X), concentra-se o nível *Povo* – C (eleitores). Embora em algumas SDs, o item lexical *eleitor* seja utilizado, identificamos o uso dos itens lexicais *povo*, *cidadão* para também designar este nível, como mostramos, a seguir:

Série (X).⁵¹

100. [...], **pelo amor aos 115.294 eleitores**, [...], eu voto “sim”.

101. Sr. Presidente, [...], **pelos meus eleitores que votaram em mim de forma espontânea, por esse povo maravilhoso do Estado do Amapá**, [...], eu voto “sim”.

102. Sr. Presidente, **o meu Estado, o Estado de São Paulo, me deu a honra de ser o Deputado mais votado do Brasil, com 1.524.286 votos. Não poderia, de forma nenhuma, de forma nenhuma, fazer com que o povo do meu Estado se decepcionasse comigo.**

[...], eu voto “sim” ao Impeachment, Sr. Presidente.

103. Sr. Presidente, [...].

Mas, com o sentimento de dever e obrigação, representando os mais de 105 mil eleitores que me colocaram aqui neste meu primeiro mandato, honrando esta confiança que recebi; [...] —, Sr. Presidente, eu voto “sim”.

104. Sr. Presidente, **pelos pernambucanos e, de forma especial, pelos 100.785 cidadãos que me honraram com o seu voto para representá-los nesta Casa**, [...], “sim”!

105. [...]

O meu voto, [...], entendo que não pertence ao Governo, não pertence à Oposição, não pertence ao meu partido e sequer pertence a mim. **O meu voto pertence ao povo do Amazonas, que me colocou na vida pública há mais de 30 anos, vida pública da qual eu me orgulho muito, e majoritariamente o povo do meu Estado do Amazonas vota pelo impedimento.**

Eu voto “sim”, Presidente.

⁵¹ Iguais a esses, temos mais 35.

106. Sr. Presidente, **ecoa nesta Casa o clamor das ruas. A Nação exige mudança.** A Nação terá mudança.
[...]; **pela honra dos meus eleitores da Paraíba, pelos meus companheiros médicos e da área da Saúde, pelos meus conterrâneos de Pedras de Fogo,** pela minha querida João Pessoa, pela Paraíba e pelo Brasil, “sim” ao Impeachment.
107. Sr. Presidente, [...]; **pelos que me fizeram chegar até aqui; [...]** e pelo **bem do povo brasileiro**, eu voto “sim”, Sr. Presidente.
108. Sr. Presidente, **quando fui eleito no meu Estado, eu jurei, acima de tudo, respeitar e honrar a vontade do meu eleitor. E é em respeito a essa vontade** que, hoje, eu voto “sim” ao Impeachment.
109. Sr. Presidente, **por todos que acreditaram em mim;** [...], o meu voto é “sim”, Sr. Presidente.
110. Sr. Presidente, [...], **em nome do povo do meu Estado do Rio Grande do Norte, que me concedeu 191 mil votos, em nome do povo do Brasil**, eu voto “sim”.

As SDs da série X constroem discursivamente *povo* como eleitores dos respectivos representantes e uma relação discursiva povo-líder, em que o sujeito porta-voz, que funciona em todas as SDs, ouve as demandas e anseios dos seus eleitores e age a partir deles, fala por eles, como mediador dos interesses dos seus eleitores.

Observamos um efeito-sentido de cumprimento do voto como um dever de resposta aos eleitores, em “com o sentimento de dever e obrigação”, “pelos 100.785 cidadãos que me honraram com o seu voto para representá-los nesta Casa”, “O meu voto, [...], não pertence ao meu partido e sequer pertence a mim. O meu voto pertence ao povo do Amazonas, que me colocou na vida pública há mais de 30 anos” e ainda “eu jurei, acima de tudo, respeitar e honrar a vontade do meu eleitor. E é em respeito a essa vontade...”. Funciona um efeito ilusório de que o parlamentar vota de acordo a vontade dos eleitores, ouvindo e respeitando o anseio do povo que o elegeu.

Nas SDs de 100 a 110, diferentemente das SDs anteriores, não funciona o efeito de universalidade, mas de representatividade somente do grupo de eleitores responsáveis por eleger o deputado/deputada. *Povo* aqui representa unicamente aqueles que votaram no deputado e é a esse grupo apenas que este representa e por ele vota.

Por fim, observamos efeito-sentidos semelhantes e diferentes na construção da significação de *povo* nas SDs destacadas e analisadas, de modo que povo refere-se tão somente aos brasileiros que apóiam ao *impeachment*. Concluímos, desse modo, que todos os níveis,

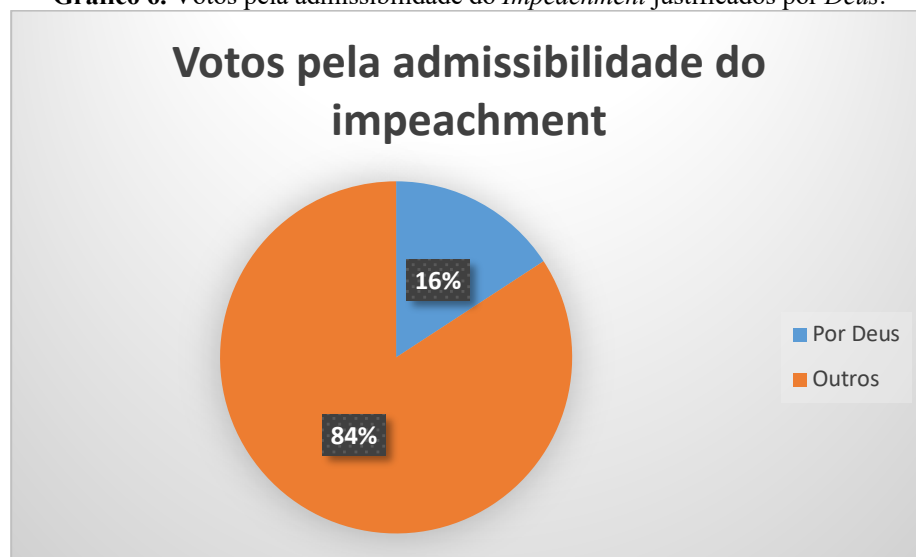
apresentados na Tabela 2, apresentam uma significação partitiva de povo, que não compreende a totalidade dos brasileiros, mas apenas aqueles que comungam com os votos pela admissibilidade.

Com base nas análises que precedem, podemos dizer que o item lexical *povo* é um ponto de deriva que faz desse item um instrumento político bastante eficaz, pois produz um efeito de universalidade do voto em nome de todos os brasileiros, o que reveste de autoridade e legitimidade tais votos pela admissibilidade, e mobiliza o apoio dos que assistem a votação no congresso. Assim como Indursky (2013) em sua análise, pudemos identificar no movimento do item lexical *povo* um efeito-sentido de que aparentemente o sujeito do discurso considera a interlocução política, assumindo a função de porta-voz de povo – A, de relator do discurso de povo – B, e mediador de povo – C, reforçando a noção de soberania do povo, para adquirir autoridade e legitimidade nos votos pela admissibilidade do *impeachment*.

3.5 Sentido e a posição-sujeito porta-voz de Deus⁵²

Nas justificativas dos votos pela admissibilidade do *impeachment*, identificamos uma repetibilidade de justificativas por *Deus*, que corresponderam a 16%, conforme demonstrado no gráfico VI que segue:

Gráfico 6. Votos pela admissibilidade do *Impeachment* justificados por *Deus*.



Fonte: Elaboração própria.

⁵² Classificamos como votos por *Deus*, os votos que remetem a Deus ou a grupos religioso e ainda a fé e símbolos religiosos.

As SDs apresentadas na série (XI), indicam o atravessamento do discurso religioso nas justificativas dos votos pela admissibilidade com a ocorrência do clamor a Deus por misericórdia, proteção, bênçãos e gratidão:

Série (XI)⁵³

111. Sr. Presidente, **que a partir de amanhã, segunda-feira, Deus possa derramar muitas bênçãos sobre o nosso Brasil e sobre o povo brasileiro.**
Sr. Presidente, voto a favor.

112. Sr. Presidente, **que Deus abençoe o nosso País! Que Deus tenha misericórdia de nossa Nação! [...],** o meu voto é “sim”, Sr. Presidente.

113. Sr. Presidente, [...], **eu gostaria de, primeiro, pedir a Deus que abençoe o Brasil.** [...].

114. [...], o Brasil chegou hoje ao juízo final de uma luta de quase 1 ano dizendo que o Impeachment tinha que ocorrer.

Que Deus ilumine este País!

Pela nossa Pátria unida, não a do Brasil de nós e eles, porque o Brasil é um só – ninguém vai nos dividir —, [...], eu voto “sim”, pelo Brasil.

115. Sr. Presidente, pela reconstrução da unidade de uma Nação que tentaram dividir, [...], **e, acima de tudo, por amor a Deus,** o meu voto é “sim”.

116. Sr. Presidente, **que Deus tenha misericórdia do nosso País! [...], em respeito e fidelidade ao meu povo assembleiano, que me trouxe para este Parlamento —,** o meu voto é “sim”, Sr. Presidente.

117. Sr. Presidente, neste momento histórico que vivo, **agradeço a Deus por ter a oportunidade de ajudar o meu povo a limpar este País de mazelas, corrupção e malfeitos.**
[...], o meu voto é “sim”.

118. [...] **em primeiro lugar, eu quero agradecer a Deus a oportunidade de ser eleito por um Estado tão amável, tão maravilhoso como Minas Gerais.** Neste Estado, nasceu uma pessoa que admiro muito, que é o apóstolo Valdemiro Santiago, e aquela Igreja maravilhosa me ajudou neste trabalho.
[...], eu voto “sim”.

119. Sr. Presidente, [...]
Mas eu tenho uma gratidão e uma dívida para com Deus, [...]. Agradeço a Deus, pela vida que me devolveu inúmeras vezes; [...], meu voto é “sim”, pelo Impeachment.

120. Sr. Presidente, nunca foi tão atual a palavra bíblica que diz:

⁵³ Iguais a estes, temos mais 27 excertos que compõem essa série.

“E se o meu povo, que se chama pelo meu nome, se humilhar, e orar, e buscar a minha face e se converter dos seus maus caminhos, então eu ouvirei dos céus, e perdoarei os seus pecados, e sararei a sua terra.”

[...], pelos meus irmãos brasileiros, [...], o meu voto é “sim”.

121. [...]

Eu quero pedir a Deus sabedoria. [...]

Eu voto “sim” pelo Impeachment.

122. **Eu pedi a Deus que me desse sabedoria para votar com dignidade.**

Eu pedi a Deus que me iluminasse[...]. Eu voto “sim” por Minas Gerais e pelo Brasil!

123. Presidente, [...], **em defesa** da vida, da família **e da fé**, voto “sim”.

124. **Com a proteção de Deus** [...], meu voto é “sim”.

Nas SDs de 111 a 124, identificamos um efeito-sentido de legitimação dos votos, pelo atravessamento do discurso religioso. Clamar auxílio a Deus, pedir orientação ao divino implica um efeito de autorização do mesmo, de orientação do voto baseada no querer divino. Justificar os votos com base em “Deus” mascara outras intencões que não sejam as de obediência e subserviência do homem de fé cristã. Desse modo, há um efeito-sentido de autoridade do voto, de legitimidade. Há um efeito de que votar “sim” é estar de acordo ao querer de Deus, fazer a vontade de Deus na terra, o que está nos princípios da fé cristã, conforme materializados na Bíblia, assim como mostra Amorim (2015, p. 68), e como observamos nos versículos bíblicos que seguem:

O mundo e a sua cobiça passam, mas aquele que faz **a vontade de Deus** permanece para sempre (1 JOÃO 2:17).

Espere no Senhor e **siga a sua vontade**.

Ele o exaltará, dando-lhe a terra por herança; quando os ímpios forem eliminados, você o verá. (SALMOs 37:34)

Nem todo aquele que me diz: 'Senhor, Senhor', entrará no Reino dos céus, mas apenas **aquele que faz a vontade de meu Pai** que está nos céus. (MATEUS 7:21)

Vocês, orem assim:

Pai nosso, que estás nos céus!

Santificado seja o teu nome. Venha o teu Reino;

seja feita a **tua vontade**,

assim na terra como no céu (MATEUS 6:9-10)

Não se amoldem ao padrão deste mundo, mas transformem-se pela renovação da sua mente, para que sejam capazes de experimentar e comprovar a boa, agradável e perfeita **vontade de Deus** (ROMANOS 12:2)

Em amor nos predestinou para sermos adotados como filhos, por meio de Jesus Cristo, conforme o bom propósito da **sua vontade**, para o louvor da sua gloriosa graça, a qual nos deu gratuitamente no Amado (EFÉSIOS 1:5-6)

A Bíblia, composta do Antigo e do Novo Testamento, constitui-se, segundo Amorim (2015), como um dos lugares de dizer sobre princípios e é enunciada de uma posição-sujeito cujo sujeito-forma ou forma-sujeito constitui o saber universal do discurso judaico-cristão e funciona como um conjunto de princípios universais com efeitos positivos. As formulações dos versículos enunciadas acima tratam do querer do divino que precisa ser buscado pelo homem que crê. Fazer a vontade de Deus é ser obediente, reconhecê-la como boa e agradável implica colocar Deus sobre todas as coisas.

Na votação pela admissibilidade do *Impeachment*, os votos justificados por Deus, ou por amor a Ele, em nome dEle, ou ainda os que pedem a orientação, proteção ou a bênção de Deus, produzem um efeito legitimador do discurso religioso. O sujeito do discurso “por Deus” ou que “pediu orientação a Deus para votar” comporta-se como porta-voz do querer de Deus e em seu nome enuncia. Tal sujeito se legitima por meio do discurso religioso, e enuncia a vontade de Deus, com um mediador. O voto pela admissibilidade, portanto, apresenta-se como um voto conforme a vontade divina que não deve ser contrariada pelo cristão, mas, ao contrário, obedecida.

As SDs 114 e 115 produzem o efeito-sentido de que o país se unirá a partir da abertura do processo de *Impeachment*, o que significa que a divisão do Brasil aconteceu por conta da esquerda brasileira, como vemos em “Pela nossa Pátria unida, não a do Brasil de nós e eles, porque o Brasil é um só – ninguém vai nos dividir —,” e “pela reconstrução da unidade de uma Nação que tentaram dividir”. Temos aqui a atualização de uma memória do discurso do ex presidente Lula, em que este se refere aos adversários políticos como “eles”, e aos aliados políticos como “nós”. Aqui o efeito-sentido de divisão do Brasil foi produzido pelo PT. Desse modo, votar pela admissibilidade está associado à reconciliação nacional, ou seja, a saída do PT do poder irá “restaurar” a união do país que foi ilusoriamente quebrada ou dividida pelo partido.

Ainda na SD114, observamos o movimento do discurso religioso, que rememora o juízo final “o Brasil chegou hoje ao **juízo final** de uma luta de quase 1 ano dizendo que o *Impeachment* tinha que ocorrer”. Na Bíblia, o “dia do juízo final” ou o “dia do Senhor” remete a um julgamento final do homem que terá Deus como juiz, e se realizará sobre todas as nações, levando em conta os atos praticados pelos seres humanos e marcando o fim dos tempos. Nessa

formulação, há um deslizamento de sentido, em que o juízo final representa agora o *Impeachment* de Dilma Rousseff. Assim como na Bíblia, existe a promessa de que chegará o dia do juízo final, agora, chega o dia em que o *Impeachment* que já a um ano “tinha que ocorrer”, enfim se inicia.

Na SD121, observamos o funcionamento do sujeito porta-voz que, legitimado pela discurso religioso ao citar um versículo bíblico (2 Crônicas, 7:14) em que Deus fala com o seu povo, retoma o dizer de Deus a atua como um mediador entre Deus e o “povo”, a fim de legitimar seu discurso e sua posição do voto pela admissibilidade. Produz assim a ilusão de que votar “sim” implica uma certa redenção com Deus. O acontecimento da admissibilidade do *Impeachment* agora funcionaria como uma redenção para aqueles que votaram e escolheram a presidente, ou seja, a saída do PT do governo, tem efeito-sentido de perdão do pecado de votar no PT e sarar a terra, “reconstruir” o país, o que quer dizer restaurar o Brasil.

Observamos o mesmo efeito nos votos pela admissibilidade justificados pela fé cristã, católica, mas principalmente evangélica, como pode ser observado nas SDs da Série (XII):

Série (XII)⁵⁴

125. Pelos fundamentos do cristianismo, [...], eu voto “sim”.

126. Sr. Presidente, [...], e em consideração e respeito à nação evangélica, o meu voto é “sim”.

127. [...], pelos evangélicos, pelo meu Brasil, pela minha família, voto “sim”.

128. Sr. Presidente, [...]; pela nação evangélica e cristã e pela paz de Jerusalém, eu voto “sim”.

129. Sr. Presidente, [...], em nome do Brasil, em nome do povo cristão, que detesta a corrupção, o meu voto é “sim”. [...]

130. A palavra de Deus diz: “Quando um justo governa, o povo se alegra. Quando um ímpio domina, o povo sofre”. [...], pela Nação Quadrangular no Brasil, por um pai de 78 anos que me ensinou os princípios da palavra de Deus, [...], eu voto “sim”, Sr. Presidente.

131. Pelo povo de Deus, [...], o meu voto é “sim”.

132. Sr. Presidente, [...] e para nenhum governo se levantar contra a Nação de Israel, [...], voto “sim”.

⁵⁴ Iguais a estes, temos mais 5 SDs.

133. Sr. Presidente, [...]; **pela gratidão que tenho à Renovação Carismática Católica, à Canção Nova e aos demais movimentos que me ajudaram a me livrar das drogas;** [...], o meu voto é “sim”. [...].

134. Sr. Presidente, [...], **em nome de todos os evangélicos, de todos os cristãos do nosso País,** [...], nós votamos “sim”, pelo Brasil.

Na atualidade das SDs de 125 a 134, movimenta-se uma memória de “já ditos” na “Marcha da família com Deus pela liberdade”. As manifestações que antecederam ao golpe militar de 64, entre 19 de março e 08 de junho, lutava contra o comunismo e contra o discurso realizado pelo então presidente João Goulart, num comício em 13 de março daquele ano, que foi considerado pelos militares e por alguns setores da sociedade como uma ameaça comunista. As manifestações foram lideradas por organizações femininas⁵⁵ e mulheres de classe média, com o apoio da igreja católica. Assim a “família” presente na marcha era representada pelas mulheres e “Deus” pela fé católica. As SDs das justificativas de admissibilidade do processo de *Impeachment* movimentam essa memória na luta contra a esquerda e tudo o que ela representa, uma luta contra o comunismo. Mas a novidade é que agora “Deus” representa não apenas a fé católica, mas principalmente a fé cristã evangélica.

Nessas SDs, identificamos o sujeito porta-voz do povo cristão e evangélico, que discursiviza pela fé cristã. Observamos também aqui um efeito de universalização do povo cristão, como um coletivo que tem os mesmo anseios.

Na SD130, o sujeito porta-voz evoca um enunciado da Bíblia que diz “*Quando um justo governa, o povo se alegra. Quando um ímpio domina, o povo sofre*”, o que significa que o país está sendo governado por um “ímpio” que, conforme o dicionário da língua portuguesa significa “*adj.1. que não tem fé, incrédulo*” (FERREIRA, 2008, P. 464) e, por conta disso, o povo está sofrendo. Desse modo, a SD em questão é atravessada por um discurso religioso que, por sua vez, no encontro com a atualidade do voto em questão produz um efeito-sentido de que o país precisa ser governado por um cristão. Embora Dilma Rousseff não tenha se declarado atea, o fato de seu governo ser considerado um governo de esquerda, a memória do comunismo, do comunismo anti-cristão é retomada e atualizada, tornando-a assim inapta para governar, pois, seu governo seria responsável pelo sofrimento do “povo”. Também na SD132, observamos o atravessamento do discurso religioso que produz um efeito de que o governo do

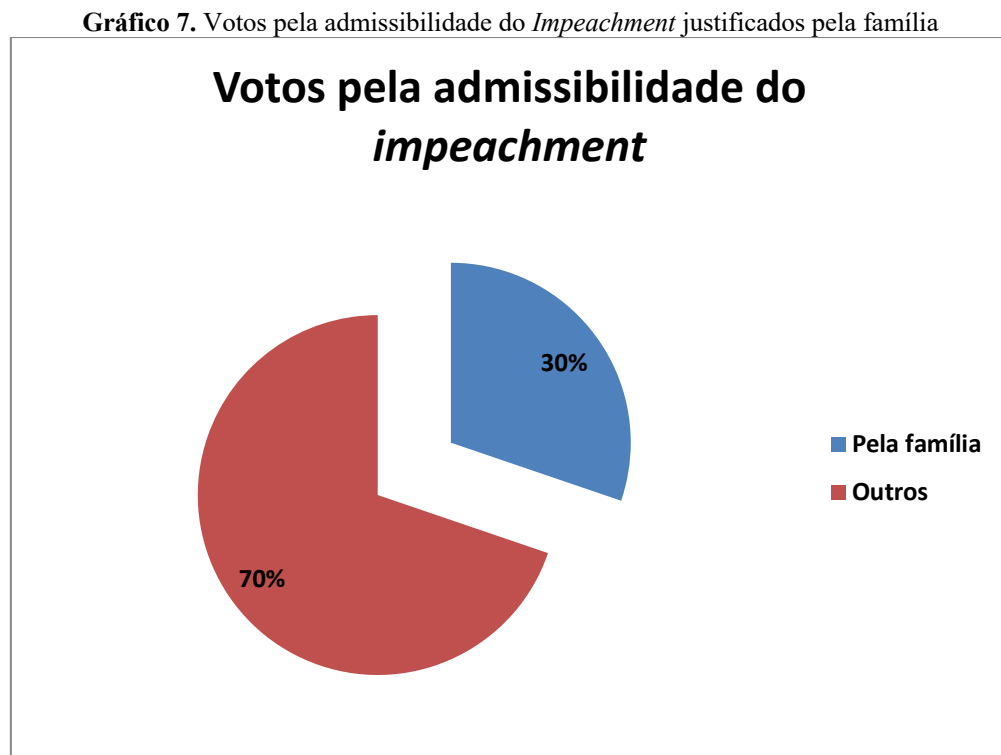
⁵⁵ “Destas instituições femininas, as principais eram: a carioca CAMDE (Campanha da Mulher pela Democracia) e as paulistas UCF (União Cívica Feminina) e MAF (Movimento de Arregimentação Feminina).” Fonte: <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/reportagens/34445/golpe+de+64+marcha+da+familia+com+deus+pela+liberdade+completa+50+anos+saiba+quem+a+financiou+e+dirigiu.shtml>. Acesso em 02/01/2018.

PT é contrário ou se levanta contra a “nação evangélica”, conforme observamos em “e para nenhum governo se levantar contra a Nação de Israel”.

Observamos, assim, que o sujeito porta-voz, na série XII em questão, legitimado pelo discurso religioso, fala em nome do povo cristão e produz uma ilusória relação de interlocução, como se todo o povo cristão aprovasse, ou melhor, almejasse a saída da Presidente Dilma.

3.6 Sentido e o sujeito porta-voz da família

Uma outra justificativa para votar pela abertura do processo de *Impeachment* da Presidente Dilma na qual identificamos uma regularidade discursiva foi a do voto pela família. Muitos parlamentares dedicaram seu voto a sua própria família ou às famílias do Brasil. É o que fica indicamos no gráfico 7:



Fonte: Elaboração própria.

Nas SDs da série (XIII), identificamos o funcionamento da posição-sujeito porta voz de pai/mãe, filho/filha, esposo/esposa, ou ainda avô/avó:

Série (XIII)⁵⁶

135. Sr. Presidente, [...], **pela minha família**; [...], eu voto “sim”, Sr. Presidente.

136. **Para que meu filho ou minha filha que vão chegar vivam num país de futuro**, [...], “sim” ao Impeachment!

137. **Em homenagem à minha família**, [...], o voto é “sim”.

138. Sr. Presidente, **pela honra da minha família**, [...], eu digo “sim”.

139. Com a proteção de Deus **e em respeito à minha família**, [...], meu voto é “sim”.

140. **Em memória do meu pai, Paulo Wandscheer, que, tenho certeza, estaria mandando – ele nem pediria; ele mandaria – eu votar pela minha cidade**, [...], **pela minha família** e pelo meu Brasil querido, eu voto “sim”.

141. Sr. Presidente, [...]; **pela minha mãe, que está em casa, já com 93 anos; infelizmente, na ausência do meu pai; pela minha família, esposa, filhos, netos e o primeiro bisneto**, eu voto pelo Impeachment.

142. Sr. Presidente, [...]. **Em respeito à minha família, para honrar o futuro das minhas filhas**, [...] eu voto “sim”, pelo Impeachment da Presidente.

143. Sr. Presidente, [...]. **O meu voto é pela minha família**, [...] Voto “sim” ao Impeachment!

144. Sr. Presidente, [...].
Gostaria de dedicar o meu voto especificamente [...], e à minha família, em especial à minha mulher e aos meus netos.
O meu voto é “sim”!

As SDs de 135 a 144 são atravessadas pela posição-sujeito porta-voz da família nas justificativas dos votos pela admissibilidade do *Impeachment*. O uso do pronome possessivo “meu”, “minha”, “meus” e “minhas” aliado ao termo “família” produz efeito-sentido de defesa e de proteção da vida privada.

Já na série XIV, as SDs, identificamos a posição-sujeito porta voz da família privada e pública:

Série (XIV)⁵⁷

145. Sr. Presidente, **em nome do meu filho Éder Mauro Filho, de 4 anos, e do Rogério, que, junto com a minha esposa, formamos uma família no**

⁵⁶ Iguais a esses excertos, temos mais 114.

⁵⁷ Iguais a essas SDs, temos mais 17.

Brasil, que tanto esses bandidos querem destruir com propostas de que criança troque de sexo e aprenda sexo nas escolas, com 6 anos de idade, [...] eu voto “sim”.

146. [...], pelo meu neto Pedro, que nasceu há 10 dias, pelo futuro dele **e por todas as famílias de bem do Brasil**, meu voto é “sim”.

147. **Pelos valores da família;** [...]. Vai haver Impeachment! Meu voto é “sim”, a favor do Brasil!

148. Presidente, [...], mas, sobretudo, em **defesa da vida, da família** e da fé, voto “sim”.

149. Pela minha história, [...] **e pela unificação das famílias**, [...], eu voto “sim”, Sr. Presidente.

150. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, **eu voto aqui hoje a favor das nossas crianças, da nossa juventude, das nossas famílias**, [...] Voto “sim” ao Impeachment da Presidente Dilma Rousseff!

151. **Pela minha família, minha esposa, meus filhos, pelas famílias brasileiras, pelas crianças do Brasil**, [...], é “sim”, Sr. Presidente!

152. Pelo povo de Deus, **em defesa da família, tão atacada por este Governo**, [...], o meu voto é “sim”.

153. Sr. Presidente, pelo Rio de Janeiro, **contra este Governo, que sempre tentou destruir a família**. Agora, temos a oportunidade de votar pelo “sim.” do Brasil. “Sim.” Pelo Impeachment.

154. [...]. Na defesa do Estado Democrático de Direito, [...], **na defesa da vida e da família**, por Goiás, pelo Brasil, **por minha família**, [...], o meu voto é “sim”, Sr. Presidente.

155. [...]**! Em defesa da vida, da família**, da moral, dos bons costumes, [...], meu voto é “sim”.

156. Pelo povo de São Paulo nas ruas, com o espírito dos revolucionários de 1932; em respeito aos 59 milhões de votos contra o Estatuto do Desarmamento, em 2005; pelos militares de 1964, hoje e sempre; pelas polícias e, **em nome de Deus e da família brasileira**, é “sim”. E Lula e Dilma na cadeia.

157. [...].
Perderam em 1964. Perderam agora em 2016. **Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula, que o PT nunca teve... Contra o comunismo, pela nossa liberdade**, contra a Folha de S. Paulo, **pela memória do Cel. Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff!**
Pelo Exército de Caxias, **pelas nossas Forças Armadas, por um Brasil acima de tudo, e por Deus acima de todos**, o meu voto é “sim”!

As SDs de 145 a 157, que compõem a série (XIV) em relação interparafrástica, assim como nos tópicos anteriores, inscrevem-se num jogo de circulação-confronto de formulações que precede o acontecimento da admissibilidade do *Impeachment*. Esse jogo é marcado por uma posição-sujeito anticomunista e antipetista, que faz ressoar efeito-sentido sobre o PT e a esquerda como destruidores da família. Nesse caso, o governo de esquerda e do PT é responsabilizado pelo surgimento de modelos de família que coloca em questão o modelo tradicional de família no país.

Expressões como: “Pelos valores da família”, “em defesa da vida, da família”, “eu voto [...] a favor das nossas crianças, da nossa juventude, das nossas famílias”, “Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula, que o PT nunca teve... Contra o comunismo, pela nossa liberdade”, atualizam uma memória de combate ao comunismo, como aconteceu em 1964 no país. Defender valores da família e defender a vida implica, entre outros, reprovar as novas estruturas familiares, a luta pela legalização do aborto, as diferentes sexualidades etc, emancipação da mulher e igualdade de gênero. Defender a família significa defender o modelo tradicional de família, formado por casal heterossexual. Defender a vida, por sua vez, implica defender a proibição do aborto; defender a inocência das crianças implica rejeitar as questões de gênero e das diferentes sexualidades.

As SDs 145,a 157 produzem efeito-sentido de o PT ter tentado destruir o modelo tradicional da família no Brasil. Na SD145, por exemplo, temos “formamos uma família no Brasil, que tanto esses bandidos querem destruir com propostas de que criança troque de sexo e aprenda sexo nas escolas, com 6 anos de idade”. Observamos um efeito de memória que atualiza já-ditos sobre uma campanha desenvolvida pelo Ministério da Educação (MEC), em maio de 2011, que elaborou um material desenvolvido no Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNPCDH-LGBT) e consistia num conjunto de diretrizes elaboradas pela Secretaria de Direitos Humanos e por entidades não governamentais, cujo objetivo seria promover a cidadania e os direitos humanos da comunidade LGBT, uma vez que o resultado de uma pesquisa da Unesco⁵⁸ divulgada no ano anterior, demonstrou uma intolerância entre jovens do ensino médio por

⁵⁸ “Segundo pesquisa da Unesco divulgada em 2004 e aplicada em 241 escolas públicas e privadas em 14 capitais brasileiras, 39,6% dos estudantes masculinos não gostariam de ter um colega de classe homossexual, 35,2% dos pais não gostariam que seus filhos tivessem um colega de classe homossexual, e 60% dos professores afirmaram não ter conhecimento o suficiente para lidar com a questão da homossexualidade na sala de aula.” Fonte: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2011/05/projeto-de-distribuir-nas-escolas-kits-contra-homofobia-provoca-debate.html> (Acesso em 17/12/2017)

pessoas homossexuais e a dificuldade dos professores em lidar com a diversidade sexual em sala de aula.

Tal iniciativa sofreu muitas críticas e represálias por parte dos setores mais conservadores da sociedade, e principalmente pela bancada evangélica e cristã do Congresso Nacional. O material ficou conhecido como “Kit-gay”⁵⁹ pelos opositores e foi duramente criticado. Circularam discursos de que o material estimulava as crianças a fazerem sexo e incentivava os menores à prática homossexual.

Nas SDs 156 e 157, a memória atualiza já-ditos sobre a ditadura militar 54 anos depois. No momento em que o congresso decide, num dos espaços de poder político da democracia brasileira, sobre a abertura de um pedido de *Impeachment* contra a então Presidente da República, ressurgem o enaltecimento ao regime militar, o exato oposto ao regime democrático atual, pelos representantes, eleitos democraticamente pelo voto popular e ocupantes de cargos políticos constituídos pelo regime democrático. Desse modo, a memória da exaltação da ditadura militar vem se opor à própria sessão de votação.

Nas SDs 156 e 157, identificamos uma posição-sujeito de ditador, que dedica o voto aos militares, exaltando e enaltecendo o período ditatorial do país. Na SD 157, o efeito-sentido de “comunismo” desliza-se para “esquerda”. Indursky (2003) analisa a expressão “Lula lá” e aponta, dentre outras coisas, o deslizamento de sentido que sofreu o comunismo na atualidade. A autora mostra o funcionamento de um efeito de memória que faz “ressoar saberes e afetos sobre o comunismo, projetando-os sobre a esquerda”.

[...] Não fala-se mais de comunismo. Este “desaparece”, sendo substituído por uma outra designação, a esquerda. Estamos aí face a uma reformulação pelo viés da qual comunismo continua ressoando, produzindo um efeito de memória (COURTINE, 1981, *apud* INDURSKY, 2003, p. 105).

[...] E isto nos leva a perceber que o desaparecimento da diabolização (do comunismo) é apenas aparente. Dizendo diferentemente: desaparece a diabolização e, em seu lugar, permanece o preconceito, o desafeto, o ressentimento como vestígio. Senão vejamos. Já não se fala mais em perversidade. Agora, fala-se em incompetência (INDURSKY, 2003, p. 105).

O efeito de diabolização do comunismo deslizou-se para o PT e para a esquerda no Brasil. Esse efeito-sentido de diabolização do PT pode ser identificado em todas as SDs aqui analisadas. O efeito de memória sobre a esquerda no Brasil, em que ressoam o preconceito,

⁵⁹ O material não chegou a ser distribuído, pois sua circulação foi vetada pela presidente Dilma Rousseff.

desafeto e ressentimento pelo comunismo, pode também ser identificado em: “Perderam em 1964. Perderam agora em 2016”, da SD156.

Em um primeiro momento, podemos nos questionar quem perdeu e o que perdeu. Nesse caso, considerando que em 1964, o golpe militar deflagrado no Brasil foi justificado pelo combate ao comunismo, uma vez que alguns setores da sociedade consideravam o presidente João Goulart como uma ameaça ao país, como alguém que iria implantar um regime totalitário comunista no Brasil, “perderam em 64”, refere-se assim a perda do mandato de João Goulart que foi deposto do cargo. Por outro lado, “Perderam agora em 2016”, refere-se ao *Impeachment* de Dilma que, naquele momento, caminhava para também perder o cargo de presidente. O “Eles” implícito em ambas as frases é que reproduz o deslizamento de sentido também apontado por Indursky, vez que João Goulart representava uma ameaça comunista e Dilma Rousseff representa a esquerda no país. O deslizamento de sentido dá conta de atribuir os efeitos de negativização e desqualificação do comunismo à esquerda, de modo que comunismo e esquerda tornam-se sinônimos. Logo, os mesmos que “perderam” em 64, “perdem” em 2016.

Ainda na SD157, identificamos o funcionamento de uma posição-sujeito de porta-voz da ditadura em “pela memória do Cel. Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff!”. Mais uma vez, a memória que é atualizada nessa SD rompe com o discurso político que circulava na sessão, por meio de uma exaltação à prática da tortura, produzindo um efeito de memória que contradiz o motivo do pedido de abertura do processo de admissibilidade do *Impeachment*. O Cel. Brilhante Ustra⁶⁰, foi coronel do Exército Brasileiro que chefiou o DOI-Codi do 2º Exército, um dos órgãos que atuavam na repressão da política durante o regime militar no Brasil (1964-1985)⁶¹ e, em 2008 foi apontado como responsável por crimes de ditadura, pela 23ª Vara Cível central em São Paulo.

⁶⁰ Durante o período em que Ustra chefiou o DOI-Codi (Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna), de 29 de setembro de 1970 a 23 de janeiro de 1974, foram registradas ao menos 45 mortes e desaparecimentos forçados, de acordo com relatório elaborado pela Comissão Nacional da Verdade, que apurou casos de tortura e sumiço de presos políticos durante os governos militares. Em outubro de 2008, o juiz Gustavo Santini Teodoro, da 23ª Vara Cível central, em São Paulo, julgou procedente o pedido dos autores da ação, que buscava que a Justiça apontasse Ustra como responsável por crimes de tortura. Fonte: <<http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2015/10/morre-brilhante-ustra-ex-chefe-de-orgao-de-repressao-na-ditadura.html>> (Acesso em 28/02/2018).

⁶¹ Através da Lei 12528/2011, no primeiro ano do governo Dilma Rousseff, foi criada a Comissão Nacional da Verdade e instituída em 16 de maio de 2012. A CNV tinha por finalidade apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. Em dezembro de 2013, o mandato da CNV foi prorrogado até dezembro de 2014 pela medida provisória nº 632. O relatório pode ser encontrado no link: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>> (Acesso em 28/02/2018)

À época da ditadura militar, Dilma Rousseff⁶² combateu diretamente o regime, aliando-se a grupos de resistência de luta armada. Uma das líderes de uma organização chamada Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), Dilma foi presa em janeiro de 1970, pela Operação Bandeirante, e como outros opositores do regime militar foi também torturada. Assim, na SD157, essa memória de tortura é evocada e exaltada, produzindo efeito-sentido positivo em relação à prática da tortura contra a então Presidente e ainda um efeito de ameaça e intimidação. O sujeito funciona assim como um porta-voz do próprio órgão de repressão e de suas práticas.

Por fim, nas SDS da Série (XV), identificamos efeito-sentido de o governo do PT ser perseguidor de opositores e efeito-sentido de vingança ao PT:

Série (XV)

158. Por São Paulo, pelo fim dessa quadrilha que assaltou o País, **pelo meu pai, que tanto sofreu na mão do PT**, [...], eu voto “sim”.
Sr. Presidente, [...].

159. **Há 11 anos, meu pai perdeu seu mandato porque disse a verdade, quando muitos aqui disseram que o que ele estava falando era mentira. Portanto, hoje, em homenagem ao meu pai, Roberto Jefferson**, à verdade, à democracia, o meu voto é “sim”.
Sr. Presidente, [...].

160. **Pela minha família, mas principalmente pelo meu pai, Cesar Maia, que quando Prefeito do Rio, foi atropelado pelo Governo do PT** – o PT rasga a Constituição no Rio de Janeiro e rasga a Constituição aqui —, o meu voto é “sim”.

161. Sr. Presidente, **quero deixar aqui o meu abraço à minha mulher Mariana; às minhas filhas Marianinha, Heloísa e Camila; aos meus netos Antônio e João; à minha neta que está por vir, Olímpia; à minha irmã Zélia; e à minha Tia Elzamir, com 96 anos. Esse pessoal sabe o que eu sofri nas mãos do PT de 2010 até agora. O voto que eu vou dar não é um voto de rancor, é o voto da lógica, é o voto do futuro do Brasil**. [...]. Portanto, ele é “sim”.

Nas SDS de 158 a 161, identificamos o funcionamento de uma posição-sujeito antipetista na circulação-confronto de formulações que antecederam o acontecimento da Sessão

⁶²Nos anos 1960, a presidente Dilma Rousseff integrou as organizações clandestinas Política Operária (Polop), Comando de Libertação Nacional (Colina) e Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), dedicadas a combater a ditadura militar. Condenada por "subversão", ela passou três anos presa no presídio Tiradentes, em São Paulo (entre 1970 e 1972). No final dos anos 1970, no Rio Grande do Sul, ajudou a fundar o PDT, de Leonel Brizola. Em 1990, filiou-se ao PT. Fonte: < <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2015/10/morre-brilhante-ustra-ex-chefe-de-orgao-de-repressao-na-ditadura.html> > Acesso em 28/02/2018)

de Admissibilidade do *Impeachment*. Nessas formulações, observamos o efeito-sentido do PT como partido que governou com perseguições aos adversários, causando sofrimentos e “atropelos”. Identificamos assim um efeito-sentido de vingança ao PT que motivou também os votos pela admissibilidade do *Impeachment*. Nesse caso, votar pela admissibilidade implica vingar-se do PT.

Isto posto, ressaltamos que este gesto de descrição e interpretação que operamos indica que na Sessão de admissibilidade do *Impeachment*, o efeito-sentido jurídico de crime de responsabilidade fiscal entrou em deriva, deslizou-se discursivamente, foi “esvaziado” e quase apagado.

4. CONCLUSÃO

A Sessão de votação pela admissibilidade da abertura do processo de *Impeachment* da Presidente Dilma Rousseff, na Câmara dos Deputados Federais, amplamente transmitida pelos meios de comunicação, deixou marcas no país. Não apenas pelo que ali foi votado – a admissibilidade do processo que afastou, mais tarde, após votação no Senado Federal, a primeira mulher eleita presidente desta Nação, mas pela forma como aconteceu.

Naquela casa legislativa, lugar de criação de leis, símbolo do exercício da representatividade democrática, muito foi dito naquele dia. Este dito, discursos que ali apareceram, funcionaram, em múltiplos significados, atualizando memórias, reavivando marcas temporais, deslocando sentidos, e instaurando outros, nos fez olhar para este acontecimento, objetivando lançar novas luzes, fazer novas leituras, em seus entremeios, utilizando a Análise de Discurso.

Consideramos a admissibilidade do Processo de *Impeachment* da Ex-presidente Dilma Rousseff, que ocorreu na sessão de votação do dia 17 de abril, como um acontecimento discursivo, marcado pela circulação-confronto de formulações favoráveis e contrárias ao impedimento, e tentamos responder como se deu o movimento de efeito-sentido nas justificativas dos votos favoráveis à admissibilidade do *Impeachment*.

Como resposta a esta questão, operamos um gesto de descrição/interpretação para mostrar que, na circulação-confronto ocorrida na Sessão de Votação pela Admissibilidade do Processo de *Impeachment* na Câmara de Deputados, o efeito-sentido jurídico de crime de responsabilidade fiscal, que teve base jurídica para o pedido de abertura do processo, entrou em deriva, deslizou-se discursivamente, foi “esvaziado” e quase apagado.

No capítulo 2, intitulado *A sessão da admissibilidade do impeachment como acontecimento discursivo*, tratamos da sessão da admissibilidade enquanto um acontecimento discursivo, e para tanto, analisamos a circulação-confronto de algumas formulações que foram responsáveis por prefigurá-lo discursivamente.

Analisamos enunciados que circularam em sites de notícias acerca das manifestações populares de 2013, 2015 e 2016 e identificamos a circulação de confrontos discursivos que evidenciavam a insatisfação popular e a divisão do país entre manifestantes favoráveis e contrários ao governo. Tal circulação funcionou de modo a tentar antecipar/impedir a chegada do acontecimento da admissibilidade do processo de *impeachment*. Na circulação-confronto de formulações da mídia nacional e internacional, que noticiou o resultado da votação identificamos, no espaço do sentido logicamente estabilizado, a opacidade das formulações,

que produziram um efeito metafórico, resultado de uma tensão parafrástica e polissêmica que retornava ao mesmo no espaço do dizível, mas também deslizava o seu sentido. Tais formulações também provocaram o encontro entre uma atualidade e uma memória. A atualidade da abertura do processo e uma memória atravessada por uma série de situações inéditas na história do país, a eleição do primeiro governo de esquerda, a chegada do PT ao poder, a chegada de um operário ao poder, a chegada da primeira mulher a presidência do país, além de evocar também uma memória da história política de Dilma Rousseff como guerrilheira que lutou contra a ditadura militar em favor da democracia.

Os discursos que circularam nas manifestações de 2013, 2015 e 2016 e na mídia impressa, discursos defendiam combate a corrupção, melhora do descabro econômico, intervenção militar, fim do PT, saúde e educação de qualidade, defesa da democracia, prisão de Eduardo Cunha, contrários ao “golpe” etc., circularam também na sessão de votação, como um eco do que se ouviu nas ruas, na mídia, nas redes sociais, discursos estes realizados sob o regime da repetibilidade, que para a AD significa que os saberes pré-existem ao discurso do sujeito.

Analizamos também o enunciado “Tchau, querida” que ressurgiu das ruas, da mídia e foi repetido durante a votação, nos votos favoráveis a abertura do processo, além de também ter aparecido estampado em cartazes que os deputados erguiam ao longo da sessão, sobredeterminando o acontecimento, ressaltando sua equivocidade. Tal equivocidade, que produziu efeito-sentido diversos, nos autorizou dizer que a votação pela admissibilidade do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff se configurou como um acontecimento discursivo, uma vez que o resultado se inscreve sob a aparência do sentido logicamente estabilizado, mas constitui-se profundamente opaco, gerando efeito-sentido diversos, alguns negativizando, outros positivizando o resultado, produzindo diferentes significações, além de promover o encontro entre uma atualidade (o presente do acontecimento) e uma memória que foi evocada para ser ressignificada, qual seja a memória da esquerda ou do PT no poder no Brasil.

Por fim, no capítulo 3, intitulado *Efeito-sentido e efeitos de memória nos votos pela admissibilidade*, observamos uma regularidade de justificativas que divergiram do objeto da acusação constante na denúncia contra Dilma, qual seja: crime de responsabilidade fiscal e prática das chamadas “pedaladas fiscais”, cujos sentidos são esvaziados e quase apagados (apenas 12% dos votos baseiam-se no *Crime de responsabilidade*) deslizando para outros objetos de discurso, quais seja: *corrupção* (18% dos votos), *Deus* (14% dos votos), *família* (30% dos votos), *povo* (60% dos votos). Diante dessa constatação, passamos a análise de cada um dos objetos de discurso, para identificar os efeito-sentido que atravessaram tais justificativas.

Nos votos pelo crime de responsabilidade, identificamos que, dos 45 que foram justificados com base no crime, 11 foram justificados somente pelos crimes juridicamente constituídos, e os outros 34 votos foram justificados também pelo crime de responsabilidade somados a outras justificativas que em nada relacionavam-se às prerrogativas jurídicas da acusação. Dos votos justificados somente pelo crime, identificamos efeito-sentido de que comprovadamente Dilma Rousseff havia cometido crime de responsabilidade fiscal e, portanto, precisava responder pelos seus atos, além do efeito-sentido da legitimidade do voto, sustentado pelo próprio sujeito suposto saber e pela Constituição Federal, também evocada para legitimar o ato de votação. Verificamos ainda, efeito-sentido de legitimação do ato da sessão de votação, bem como o papel da casa legislativa e dos legisladores de aprovar o relatório e autorizar a abertura do processo.

Na série II, identificamos a repetição de “já-ditos” que apareceram nas manifestações de 2013/2015/2016, e que também circularam na mídia, produzindo efeitos de memória sobre a corrupção, o descalabro econômico e a esquerda no poder. Na Sessão de votação, verificamos a atualização de uma memória sobre a prática da corrupção no governo Dilma, a grave crise econômica pela qual o país passava/passa e ainda a incompetência administrativa da Presidente para governar figurando os motivos pelos quais se gritou “Fora Dilma” nas ruas, e agora se vota a favor da abertura do processo de *impeachment*. Além de efeito-sentido sobre o PT como um partido inconsequente, mentiroso e rasteiro, que contradiz sua própria bandeira de luta.

Identificamos também o funcionamento de uma posição-sujeito porta-voz, que falava sob a ilusão de intermediar uma vontade dos grupos aos quais representava, na tentativa de estender a sua autoridade e legitimidade como representante de um determinado grupo, para falar em nome de todo o povo brasileiro, cristão e evangélico etc., silenciando e emudecendo arbitrariamente a voz daqueles que não se identificavam com essa posição-sujeito.

Dos votos pelo combate a corrupção, identificamos repetição, retomadas, modificações e atualizações que produziram efeitos de memória sobre o PT: Mensalão durante o Governo Lula e Petrolão durante o governo Dilma, e efeitos de memória de uma *esquerda incompetente*, que não está preparada para governar, ou que não soube lidar com o poder. O conjunto de formulações interparafrásticas sobre Lula e o PT, atualizam uma memória do PT enquanto partido corrupto e produzem/reproduzem saberes sobre o PT, definindo-o como um partido corrupto, destruidor, salteador, dilapidador e saqueador do país, fraudulento, estelionatário, mentiroso, populista e assistencialista (produzindo efeito-sentido que negativizam tais adjetivos), uma quadrilha, uma organização/facção criminosa, um partido que remunera a “vagabundização”, e que, portanto, precisa ser erradicado, extirpado, finalizado. Por fim,

circularam também discursos de que a corrupção pode ocorrer em qualquer partido político e deve ser combatida sem restrição.

Na análise dos votos “pelo povo”, identificamos a construção de uma ilusória relação de interlocução entre ‘o povo’ e seu líder. Essa posição se afirma e constrói um “Nós” que funciona como um lugar discursivo coletivo, uno e indiferenciado, onde povo e líder são conjuntamente constituídos, numa ilusão de uma constante relação dialógica. Assim, verificamos três representações diferentes para o ítem lexical “povo” (apoiadores do *impeachment*, manifestantes favoráveis ao *impeachment*, eleitores), de modo que da posição-sujeito em que se enuncia esse discurso, ser “povo brasileiro” implica necessariamente apoiar o *impeachment*. Esse ato universalizador um anseio partitivo, que pertencente a um lado do país, investe o discurso do sujeito de autoridade, porque fala-se em nome dos que apoiam o *impeachment*, mas como se falasse em nome de toda a sociedade.

Podemos dizer que o ítem lexical *povo* tem um significado amplo que resulta num grau de ambiguidade que faz desse ítem um instrumento político bastante eficaz, pois produz um efeito de universalidade do voto em nome de todos os brasileiros, o que mobiliza o apoio dos que assistem a votação no congresso.

Nos votos justificados por Deus, verificamos um atravessamento do discurso religioso que produziu um efeito legitimador. O sujeito como porta-voz do querer de Deus e que em seu nome enuncia legitimava-se por meio do discurso religioso e enunciava a vontade de Deus, com um mediador. O voto pela admissibilidade, portanto, apresenta-se como um voto conforme a vontade divina que não deve ser contrariada pelo cristão, mas ao contrário, obedecida. Verificamos o funcionamento de um sujeito porta-voz do povo cristão e evangélico que discursiviza pela fé cristã. Observamos também aqui um efeito de universalização do povo cristão, que supostamente não possui divisão interna, como um coletivo que tem os mesmos anseios.

Por fim, nos votos justificados pela família, identificamos o funcionamento de uma posição-sujeito anti-comunista/antipetista, que fez ressoar efeito-sentido sobre o PT como destruidor da família, e sobre o governo de esquerda como o responsável pelo desmontar do modelo de família tradicional no país, além de um efeito de memória sobre a esquerda no Brasil, em que ressoaram o preconceito, desafeto e ressentimento pelo comunismo.

Identificamos ainda o irromper de uma memória da ditadura militar, que provocou uma tensão entre os confrontos discursivos. Identificamos o funcionamento de uma posição-sujeito ditador e o atravessamento de discursos que exaltavam e enalteciam período ditatorial do país. A memória de tortura ocorrida na ditadura foi evocada e exaltada, produzindo efeito-sentido

que positivisaram a prática da tortura contra a então Presidente, atualizando uma memória dos discursos que circularam à época da ditadura.

Por fim, identificamos também nos votos favoráveis efeito-sentido de vingança ao PT. O voto pela admissibilidade como retaliação por “perseguições políticas”, uma resposta às supostas perseguições, maus-tratos, atropelos, atribuídos ao governo do PT.

Os efeito-sentido jurídico, único meio possível de tornar um presidente impedido de prosseguir num mandato em que fora democraticamente eleito, foram então esvaziados das justificativas dos votos favoráveis ao *impeachment* de Dilma Rousseff e quase apagados, e, em seu lugar, funcionaram outros objetos discursivos que em nada se aproximam dos dispositivos legais que determinam o afastamento de um presidente do poder.

REFERÊNCIAS

- ACHARD, P. Memória e produção discursiva do sentido. In: _____. et al. **Papel da memória**/Pierre Achard. [et al.]; tradução e introdução José Horta Nunes. - Campinas, SP: Pontes, 1999. Edição original: 1983.
- ALVES, F. F. **Mídia impressa e as manifestações de junho de 2013/2014: uma análise discursiva**. Anais do III Seminário Interno de Pesquisas do Laboratório Arquivos do Sujeito, UFF, Niterói, 3, , 2015. p. 91-101.
- AMORIM, M. A. **Posição-sujeito utópico e efeitos-sentido**. Orientadora: Maria da Conceição Fonseca-Silva. 2015. 93f. Dissertação (mestrado em Linguística) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-graduação em Linguística, Vitória da Conquista, 2015. DOI: <https://doi.org/10.54221/rtdppglinuesb.2015.v3i1.67>. Acesso: 20 mai. 2017.
- AMORIM, M. A.; FONSECA-SILVA, M. C. Posição-sujeito utópico imbricada com efeitos-sentido de utopia (Subject position utopian imbricated with effects sense of utopia). **Estudos da Língua(gem)**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 159-180, 2015. ISSN: 1982-0534. DOI: <https://doi.org/10.22481/el.v13i2.1306>. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/estudosdalinguagem/article/view/1306>. Acesso em: 21 mai. 2017.
- BARBOSA, L. C. **Mídia e discursividade; Dilma, Lula, radicais do PT e corrupção**. orientador: Adilson Ventura da Silva; coorientadora: Maria da Conceição Fonseca-Silva. 2014. 83f. Dissertação (mestrado em Linguística) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2014. DOI: <https://doi.org/10.54221/rtdppglinuesb.2014.v2i1.43>. Acesso em: 30 jun. 2017.
- BARBOSA, L. C.; FONSECA-SILVA, M. da C.; VENTURA, A. Dilma e “radicais do PT”: uma análise discursiva (Dilma and “radicals of the PT”: a discursive analysis). **Estudos da Língua(gem)**, [S. l.], v. 15, n. 2, p. 99-117, 2017. ISSN: 1982-0534. DOI: <https://doi.org/10.22481/el.v15i2.3546>. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/estudosdalinguagem/article/view/3546>. Acesso em: 30 jun. 2017.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. **O paradoxo da esquerda no Brasil**. Novos estud. - CEBRAP, São Paulo, n. 74, p. 25-45, Mar. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010133002006000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 de fev. 2018.
- BRITO, E. J. **Memória discursiva e efeitos-sentido de divisão do Brasil em processos de eleições presidenciais**. Orientadora: Maria da Conceição Fonseca-Silva. 2016. 84f. Dissertação (mestrado em Linguística) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-graduação em Linguística, Vitória da Conquista, 2016. DOI: <https://doi.org/10.54221/rtdppglinuesb.2016.v4i1.76>. Acesso em: 22 jul. 2017.
- CARDOSO, H. **Um pouco da história da esquerda**. Lua Nova, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 41-49, Dec. 1984. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451984000300012&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 23 fev. 2018.
- CONCEIÇÃO, N. M. S. S. **Memória e efeitos-sentido sobre dilma rousseff em veja: construção e desconstrução**. Orientadora: Maria da Conceição Fonseca-Silva. 2018. 116f. Dissertação (mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2018. Disponível em:

<http://www2.uesb.br/ppg/ppgmls/wp-content/uploads/2019/05/Dissertacao-Naiara-Morena-Conceição-Santos-da-Conceicao.pdf>.

COSTA, T. D. L. **A posição-sujeito réu no acontecimento discursivo do Impeachment de Dilma Rousseff**. Orientadora: Maria da Conceição Fonseca-Silva. 2018. 91f. Dissertação (Mestrado em Língua). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista, 2018. DOI: <https://doi.org/10.54221/rtdppglinuesb.2018.v6i1.160>.

CRETELLA JÚNIOR, José. **Do impeachment no Direito brasileiro**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1992.

FERREIRA, M. C. L. et al. (Org.). **Memória e história na/da análise do discurso**. Campinas –SP: Mercado das Letras, 2011, p. 67-89.

FREITAS, M. A. **A esquerda brasileira em tempos neoliberais**. Revista *achegas.net*, nº 17, mai./jun. 2004. Disponível em: http://www.achegas.net/numero/dezessete/marcel_freitas_17.htm. Acesso em 23 de fevereiro de 2018.

FONSECA-SILVA, M. C. Materialidades Discursivas: A fronteira ausente (Matérialités Discursives: La frontiere absente). **Estudos da Língua(gem)**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 91-97, 2005b. ISSN: 1982-0534. DOI: <https://doi.org/10.22481/el.v1i1.982>. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/estudosdalinguagem/article/view/982>. Acesso em: 18 mai. 2017.

FONSECA-SILVA, M. C. **Poder-Saber-Ética nos discursos do cuidado de si e da sexualidade**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2007a.

FONSECA-SILVA, M. C. Mídia e Lugares de Memória Discursiva. In: FONSECA-SILVA, M. C. POSSENTI, S. (Org.). **Mídia e Rede de Memória**. 1ed. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2007b. p. 11-37.

FONSECA-SILVA, M. C. O sentido como efeito de e bases simbólicas de significação. In: INDURSKY, F; FERREIRA, M. C. L. **Análise do discurso no Brasil**: mapeando conceitos e confrontando limites. São Carlos: Claraluz, 2007c. p. 207-212.

FONSECA-SILVA, M. C. Funcionamento discursivo e cenas validadas de escândalos na esfera do poder político. **Estudos Linguísticos** (São Paulo), v. 38, p. 193-203, 2009. Disponível em: http://www.gel.hospedagemdesites.ws/estudoslinguisticos/volumes/38/EL_V38N3_15.pdf. Acesso em: 10 jun. 2017.

FONSECA-SILVA, M. C. Enunciado, objetos de discursos e domínio de memória. In: MILANEZ, N.; GASPAR, N. R. (Org.). **A (des)ordem do discurso**. 1ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 35-44.

FONSECA-SILVA, M. C. Memória, mulher e política: do governo das capitanias à presidência da república, rompendo barreiras. In: **Produção de identidades e processos de subjetivação em práticas discursivas**. TASSO, Ismara; NAVARRO, P. (org.). Maringá: Eduem, 2012. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/hzj5q/pdf/tasso-9788576285830-09.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2017.

FONSECA-SILVA, M. C. Língua, memória discursiva e efeitos de sentido. In: PETRI, V.; DIAS, C. **Análise de Discurso em perspectiva**: teoria, método e análise. Santa Maria: Editora da UFSM, 2013.

FONTANA, M. G. Z. **Cidadãos Modernos**: discurso e representação política. Campinas, SP. Editora da Unicamp, 1997.

FERREIRA, A. B. H. **Miniaurélío**: minidicionário da Língua Portuguesa. 7ª ed. Curitiba, Editora Positivo, 2008.

GONÇALVES, L. C. A. **Memória e Interpretação: Constitucionalidade e Eficácia da Lei da “Ficha Limpa” no STF**. Orientadora: Maria da Conceição Fonseca-Silva. 2012. 146 f. Dissertação (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2012. Disponível em: <http://www2.uesb.br/ppg/ppgmls/wp-content/uploads/2017/06/Goncalves-L-C-A.pdf>. Acesso em: 15 set. 2018.

GONÇALVES, L. C. A. **Memória e interpretação no STF: o controle de constitucionalidade da Lei da “Ficha Limpa” em práticas de subjetivação e hermenêutica**. Orientadora: Maria da Conceição Fonseca-Silva. 2016. 228 f. Tese (Doutorado em Memória: Linguagem e Sociedade), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2016. Disponível em: <http://www2.uesb.br/ppg/ppgmls/wp-content/uploads/2017/06/Tese-Lu%C3%ADs-Cláudio-Aguiar-Goncalves.pdf>. Acesso em: 15 set. 2018.

GONÇALVES, L. C. A.; FONSECA-SILVA, M. da C. Memória discursiva e a lei da “ficha limpa” no STF (Discursive memory and the Law of "Clean Sheet" in STF). **Estudos da Língua(gem)**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 87-107, 2012. ISSN: 1982-0534. DOI: <https://doi.org/10.22481/el.v10i1.1174>. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/estudosdalinguagem/article/view/1174>. Acesso em: 3 15 set. 2018.

HENRY, P. Os fundamentos teóricos da “Análise Automática do Discurso” de Michel Pêcheux. In: GADET, F; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1993. p. 13-38. Edição original: 1969.

INDURSKY, F. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. 2 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

INDURSKY, F. A Memória da Cena do Discurso. In: INDURSKY, F., MTTMAN, S., FERREIRA, M. C. L. F. (Org.). **Memória e História na/da Análise do Discurso**. 1ed. Campinas: Mercado de Letras, 2011. p. 1-35.

INDURSKY, F. Lula lá: estrutura e acontecimento. **Organon**. v. 17, n. 35, p. 101-121, 2003.

MACHADO, M. N. **Memória, relações de poder e corrupção política no Brasil: o escândalo do mensalão como acontecimento discursivo**. Orientadora: Maria da Conceição Fonseca-Silva. 2013. 118f. Dissertação. (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2013. Disponível em: <http://www2.uesb.br/ppg/ppgmls/wp-content/uploads/2017/06/Dissert-Marcelo-Nogueira-Machado.pdf>. Acesso em: 11 mai. 2017.

MEDEIROS, V. G.; BENAYON, F. R. Os protestos de junho de 2013 na Caros Amigos. **Entremeios**. v. 11, p. 63-74, jul. - dez. 2015.

NUNES, J. H.. Introdução. In: ACHARD, Pierre.et al. **Papel da memória**. Campinas-SP: Pontes, 2007.

OLIVEIRA, A.; COSTA, S.; NETO, L. **As manifestações de junho de 2013 à luz da opinião pública**: causas, significados e mudanças de opinião. 2013. Disponível em <http://www.cenariointeligencia.com.br/files/abep14012013.pdf>. Acesso em 26 de julho de 2017.

OLIVEIRA, J. C. M. M. **Memória, corrupção, espetacularização e efeitos de memória**. Orientadora: Maria da Conceição Fonseca-Silva. 2013. 101f. Dissertação. (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.Vitória da

Conquista, 2013. <http://www2.uesb.br/ppg/ppgmls/wp-content/uploads/2017/06/Dissert-José-Carlos-Melo-Miranda-de-Oliveira.pdf>. Acesso em: 16 mai 2017.

OLIVEIRA, A., COSTA, S., NETO, L. **As Manifestações de junho de 2013 à luz da opinião pública: causas, significados e mudanças de opinião**. Abep. 2013. Disponível em <http://cenariointeligencia.com.br/publicacoes>. Acesso em: 16 de janeiro de 2018.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 8º Ed. Campinas – SP: Pontes, 2009.

ORLANDI, E. P. Michel Pêcheux e a Análise de Discurso (Michel Pêcheux et l'Analyse de Discours). **Estudos da Língua(gem)**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 9-13, 2005. ISSN: 1982-0534.DOI: <https://doi.org/10.22481/el.v1i1.973>. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/estudosdalinguagem/article/view/973>. Acesso em: 21 mai. 2017.

ORLANDI, Eni P. **O sujeito discursivo contemporâneo: um exemplo**. In. Seminário de Estudos em Análise do Discurso (2. : 2005a : Porto Alegre, RS). Anais do II SEAD - Seminário de Estudos em Análise do Discurso [recurso eletrônico] – Porto Alegre : UFRGS , 2005. Disponível em: <http://www.analisedodiscurso.ufrgs.br/anaisdosead/sead2.html>. Acesso em: 15 de agosto de 2017.

PÊCHEUX, M. Análise do Discurso: três épocas. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993. Edição original: 1969.

PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso. In: GADET, F; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1993. p. 61-105. Edição original: 1975.

PÊCHEUX, M. **O Discurso: Estrutura ou Acontecimento**. 7ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015a. Edição original: 1983.

PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre. et al. **Papel da memória** [et al.]; tradução e introdução José Horta Nunes. - Campinas, SP: Pontes, 2015b. Edição original: 1983.

PÊCHEUX, M; FUCHS, C. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas In: GADET, F; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1993. p. 163-252. Edição original: 1975.

PÊCHEUX, M. Delimitações, Inversões, Deslocamentos. Trad. José Horta Nunes. In: **Cadernos de Estudos Lingüísticos**, no 19, p. 7-24, jul-dez, 1990. Edição Original: 1982.

PÊCHEUX, M. Sobre os contextos epistemológicos da análise do discurso. Eni Puccinelli Orlandi, tradutora. **Escritos**, no. 4, Campinas: Nudecri; 1999, p. 7-16, 1999. Edição original: 1984.

PINTO, P. B. S. **O Impeachment: aspectos da responsabilidade política do Presidente da República**. 1965. Oficinas Gráficas da Livraria do Globo S.A. Porto Alegre - RS.

PINTO, D. R. F. **Interceptações telefônicas e gravações clandestinas como meios de produção probatória em casos de corrupção**: recorte de memória. Orientadora: Maria da Conceição Fonseca-Silva. 2017. 115 f. Dissertação (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, Vitória da Conquista, 2017. Disponível em:

<http://www2.uesb.br/ppg/ppgmls/wp-content/uploads/2018/03/Dissertação-Danielsa-Rara-Ferraz-Pinto.pdf>. Acesso em: 16 set. 2018.

PRADO, C. O. **Memória e mulher que atua nas esferas do poder político: tensão entre lugares de subjetivação na mídia**. Orientadora: Maria da Conceição Fonseca-Silva. 2010. 82f. Dissertação (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2010. Disponível em http://www.uesb.br/mestradoemmemoria/dissertacoes/Prado_CO.pdf. Acesso em: 8 mai. 2017.

PRATES, C. R. O.; FONSECA-SILVA, M. C. A corrupção em números nos partidos brasileiros: memória e efeitos de verdade. In: ATAÍDE, Cleber; SOUSA, Valéria Viana. (org.). **Língua, texto e ensino: descrições e aplicações**. 1ed. Recife: Pipa Comunicação, 2018, p. 40-49.

ROSÁRIO, H. M. O sujeito do discurso e a noção de porta-voz na mídia. In.: MITTMANN, S., GRIGOLETTO, E., CAZARIN, E. (Org.) **Práticas discursivas e identitárias: Sujeito e língua**. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

SANTOS, G. L. **Corrupção, memória e o ato de julgar: o senso de justiça e o espírito de vingança no caso Collor de Mello**. Orientadora: Maria da Conceição Fonseca-Silva. 2016. 130f. Dissertação (mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2016. Disponível em: <http://www2.uesb.br/ppg/ppgmls/wp-content/uploads/2017/06/Dissert.Glauber-Lacerda.pdf>. Acesso em: 16 mai 2017.

SANTOS, G. L.; FONSECA-SILVA, M. C. Efeito de memória e de espírito de vingança no processo de *impeachment* de Dilma Rousseff. In: ATAÍDE, C.; SOUSA, V. V. (org.). **Língua, texto e ensino: descrições e aplicações**. 1. ed. Recife: Pipa Comunicação, 2018, p. 1-10.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. UNIDADE 2 – A PESQUISA CIENTÍFICA. In: GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

VIEIRA, R. P.; FONSECA-SILVA, M. C. Efeitos sentido, descrição/interpretação e *Veja* como lugar de memória discursiva (Effets de sens, description/interpretation et de *Veja* comme lieu de mémoire discursive). **Estudos da Língua(gem)**, [S.l.], v. 11, n. 2, p. 195-209, dez. 2013. ISSN 1982-0534. DOI: <https://doi.org/10.22481/el.v11i2.5493>. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/estudosdalinguagem/article/view/5493>. Acesso em: 20 jul. 2017.

VIGGIATO, K. D. **Memória, corrupção e o acontecimento discursivo PC Farias espetacularizado na mídia**. Orientadora: Maria da Conceição Fonseca-Silva Dissertação. 2012. 82f. (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade). Universidade Estadual do Sudoeste Da Bahia, Vitória da Conquista, 2012. Disponível em: <http://www2.uesb.br/ppg/ppgmls/wp-content/uploads/2021/04/Dissertação-de-Katharinne-Dantas-Viggiato.pdf>. Acesso em: 21 de mai. de 2017.